



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL

PATRICIA SCHAEFER

**O ATO DE PENSAR E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA NA PRISÃO:
estratégias criativas de resistência**

Rio de Janeiro
2014

PATRICIA SCHAEFER

**O ATO DE PENSAR E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA NA PRISÃO:
estratégias criativas de resistência**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Memória Social.

Linha de Pesquisa: Memória, Subjetividade e Criação

Orientador: Prof. Dr. Francisco Ramos de Farias

Rio de Janeiro
2014

Ficha catalográfica

S294a

Schaefer, Patricia

O ato de pensar e a construção da memória na prisão :
estratégias criativas de resistência / Patricia Schaefer ;
orientador: Francisco Ramos de Farias. – 2014.

122 f.; 30cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Estado
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Memória
Social, 2014.

1. Memória social. 2. Psicologia social. 3. Memória
coletiva. 4. Comportamento humano. 5. Prisioneiros. 6.
Prisão. I. Título

CDD 302
CDU 316.6

Catálogo na publicação:
Bibliotecária: Márcia Saraiva Carvalho – CRB7/5678

PATRICIA SCHAEFER

**O ATO DE PENSAR E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA NA PRISÃO:
estratégias criativas de resistência**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Memória Social.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Ramos de Farias – Orientador – UNIRIO

Prof^a. Dr^a. Josaida de Oliveira Gondar - UNIRIO

Prof. Dr. Eduardo Henrique Passos Pereira - UFF

Aos meus pais:
com vocês, conheci o mundo e o amor,
aprendi a ética e a coragem.

À liberdade, à vida.

AGRADECIMENTOS

À CAPES, pela bolsa, incentivo ao aprimoramento dos meus estudos.

Ao Eduardo Losicer, meu eterno supervisor e mestre, pela presença marcante e fundamental no meu percurso de psicanalista e analista institucional, pelos preciosos ensinamentos e principalmente pela amizade e abertura que sempre permearam a relação profissional. Se cheguei até aqui, foi em grande parte, graças a ele.

Ao meu orientador Francisco Ramos de Farias, pela simpática acolhida na Memória Social, por suas breves e incisivas pontuações (“catuques”!) e pistas antes de me lançar à deriva, o que hoje, reconheço com gratidão, me permitiu traçar a “cartografia do desejo” e encontrar meu rumo, com liberdade.

À Heliana Conde, por ter me direcionado à Memória Social e me chamado a atenção sobre um Foucault, para além da sociedade disciplinar do *Vigiar e Punir*.

À Jô Gondar, por ter me recebido e introduzido no tema da Memória Social, inspirando-me através de seus textos instigadores, que me deram a direção da teoria na pesquisa.

Ao Eduardo Passos, por sua cuidadosa avaliação na banca de qualificação, que me incentivou no desenvolvimento final da dissertação e me deu mais confiança no caminho.

Ao professor Alessandro Sales, pela revisão, crítica e indicação de textos sobre Deleuze após o exame de qualificação, o que me ajudou a aperfeiçoar e aprofundar a parte teórica.

À minha família, pelo amor e companheirismo sem os quais nada seria possível. Em especial, à minha irmã Cristina pelas sessões de harmonização energética, que me ajudaram a atravessar os momentos de sufoco, ao meu sobrinho Daniel, pelo suporte nas traduções do inglês e à minha cunhada Kátia, pela ajuda, dicas e esclarecimentos que desataram alguns nós nos momentos de deriva.

Aos homens presos no Complexo Penitenciário do Rio de Janeiro que, independente de qualquer julgamento moral, me inspiraram e me possibilitaram penetrar e conhecer um outro lado da vida, um mundo “que corre paralelo ao mundo lá fora”, como disse um deles.

Aos colegas/amigos da SEAP, em especial, Denise Gevaerd, José Meirelles, Maria Cristina Vianna e Verônica Romano, companheiros de muitos questionamentos e luta pela prática ética, contra o instituído aprisionante.

Aos também colegas e amigos da SEAP e CRP com quem compartilhei ideias, discussões, reuniões, assembleias, GTs e um livro, importantes na minha trajetória institucional.

Aho Mitakuye'Oyasin (Por todas as nossas relações).

*O que pode o pensamento contra todas as forças
que, ao nos atravessarem, nos querem fracos,
tristes, servos e tolos?*

Deleuze não cessou de dar a essa pergunta
inquietante uma resposta alegre: *criar*.

Peter Pál Pelbart

RESUMO

O objetivo deste estudo é refletir sobre o ato de pensar e a construção da memória na prisão, que surgem como processos de singularização, de produção de subjetivação, criação e resistência do preso frente à violência dessa experiência de confinamento e opressão. O principal método utilizado é o cartográfico e o ponto de partida para as reflexões são fragmentos de discursos dos presos - falados, escritos, transformados em ação (projetos, livros) - colhidos nos atendimentos, nas atividades e na relação com eles e depoimentos publicados sobre a vivência no cárcere, escritos por presos ou sobre eles. Considerando que teoria e prática, reflexão e ação são inseparáveis, a articulação do material clínico-institucional e de pesquisa bibliográfica com o conceito de memória social e com a Filosofia da diferença de Foucault e Deleuze, especificamente com os conceitos e teorias da instituição prisão, do ato de pensar e da construção da memória, direciona o aprofundamento das reflexões para mapear um território específico na situação de confinamento prisional. A prisão se apresenta como uma experiência de violência que produz subjetividades confinadas e pode levar ao aniquilamento do sujeito. Porém, frente à violência da prisão, há presos que resistem, dobrando a força que assujeita, num processo de singularização e produção de subjetivação manifestados no ato de pensar e construir sua memória, uma potente e criativa aposta ao porvir. Pretende-se compreender o ato de pensar no pensamento e a memória enquanto criação e resistência como acontecimentos produzidos a partir da violência da prisão.

Palavras-chave: Ato de pensar. Memória social. Prisão. Resistência. Criação.

ABSTRACT

The objective of this study is to reflect about the act of thinking and the construction of memory in prison, which come up as processes of singularization, of subjectivation production, inmate's creation and resistance facing the violence of this experience of confinement and oppression. The main method utilized is the Cartographic and the starting point for the reflections are the inmates' fragments of speech – spoken, written, transformed in action (projects, books) – collected at the appointments, at the activities and the relation with them and the published testimonies about livelihood in jail, written by the inmates or about them. Considering that theory and practice, reflection and action are inseparable, the articulation of the institutional-clinical and the bibliographical research with a concept of social memory and the Philosophy of difference from Foucault and Deleuze, specifically with the concepts and theories of jail institution, the act of thinking and construction of memory guides the deepening of reflections to chart a specific territory in the situation of jail confinement. The jail presents itself as an experience of violence that produces confined subjectivities and can bring it to the annihilation of the subject. However, facing jails violence, there are inmates that resist bending the force that subjugates in a process of singularization and production of subjectivation expressed in the act of thinking and construction of its memory, a powerful and creative bet hereafter. It is intended to comprehend the act of thinking in the thought and a memory as creation and resistance as events produced from the violence in prison.

Key words: Act of thinking. Social memory. Prison. Resistance. Creation.

LISTA DE SIGLAS

ADA	Amigos dos Amigos
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CONSEG	Conferência Nacional de Segurança Pública
CRP	Conselho Regional de Psicologia
CTC	Comissão Técnica de Classificação
CV	Comando Vermelho
DEGASE	Departamento Geral de Ações Socioeducativas
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
DESIPE	Departamento do Sistema Penitenciário
GT	Grupo de Trabalho
LEP	Lei de Execução Penal
PPGMS	Programa de Pós-Graduação em Memória Social
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
RPERJ	Regulamento do Sistema Penal do Estado do Rio de Janeiro
SEAP	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária
SUSP	Sistema Único de Segurança Pública
TC	Terceiro Comando

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 DESENVOLVIMENTO.....	17
2.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	17
2.2 CORPUS METODOLÓGICO	55
2.2.1 Metodologia	55
2.2.2 Universo de estudo	60
2.2.3 Construção do material em campo	60
2.2.4 Análise e interpretação	62
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS.....	116

O ato de pensar e a construção da memória na prisão: estratégias criativas de resistência

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende refletir sobre o ato de pensar e a construção da memória como criação na prisão, do ponto de vista do preso. O ponto de partida para as reflexões são fragmentos de discursos dos presos - falados, escritos, transformados em ação (projetos, livros) - colhidos nos atendimentos, nas atividades e na relação com eles¹ e depoimentos publicados sobre a vivência no cárcere, escritos por presos ou sobre eles.

Nesse trabalho, me interessa o sujeito na sua condição de confinamento, incluindo os que cometeram crimes, os que estão presos por algum equívoco² ou por motivos políticos³. A questão que me mobiliza é a potência criativa do ato de pensar e da construção da memória que surge nessa instituição, independente de qualquer juízo moral. A prisão, como experiência de confinamento, produz efeitos na subjetividade, que podem levar ao aniquilamento do sujeito. Porém, frente à violência dessa experiência o preso pode engendrar o ato de pensar e construir a memória de forma criativa, numa produção de subjetivação⁴. Essa possibilidade acontece quando o sujeito cria linhas de fuga⁵, ou seja, processos de singularização, na medida em que inventa outras formas de ser, de sentir e de estar no mundo. Pode-se entender esses processos como estratégias conscientes ou inconscientes de resistência ao efeito totalizante do cárcere. O ato de pensar e a construção da memória se constituem, assim, como resistência e criação nessa circunstância adversa de confinamento e opressão.

¹Refiro-me aos presos do sistema prisional do Rio de Janeiro, principalmente os de unidades de regime fechado e de segurança máxima.

²É comum usuários de drogas serem confundidos com traficantes. Também acontece de moradores de comunidades que passavam pelo local ou estavam próximos de uma ação policial serem presos como autores do crime objeto da referida ação.

³Refiro-me aos casos descritos nos livros aqui citados, como os presos políticos de Ilha Grande, Dostoiévski, Gramsci, Monteiro Lobato e outros.

⁴Os “processos de produção de subjetivação livre, produtiva, desejante, revolucionária (...) geram sujeitos singulares” e estão em “contraposição ao processo de produção de subjetividade uniforme, assujeitada e submetida” (BAREMBLITT, 1994, p. 192).

⁵Linhas de fuga são linhas de desterritorialização que fazem parte do rizoma e têm um valor positivo. Movimentos de desterritorialização e reterritorialização estão presentes nas linhas de fuga. A desterritorialização é uma potência positiva, sempre relativa, tendo na reterritorialização seu reverso e complementaridade. (DELEUZE,G.; GUATTARI,F., 2000, p. 10-37).

O que suscitou o tema desse estudo foi a minha experiência como psicóloga do sistema penitenciário do Estado do Rio de Janeiro. Nesse tempo, exerci minha função no Complexo Penitenciário de Gericinó, em instituições de regime fechado⁶: penitenciária de segurança máxima e penitenciária industrial, com cerca de 1000 apenados e cadeia pública de presos “especiais” (policiais, servidores públicos e pessoas com escolaridade de nível superior)⁷. Durante esse período reuni material clínico através de várias práticas que implicam a escuta dos presos. Cabe ressaltar que somos aproximadamente 87 psicólogos na Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro (SEAP) para 33.826 presos⁸, e visto que as funções exigidas desses profissionais pela Lei de Execução Penal (LEP) – as disciplinares e o exame criminológico – ocupam quase todo o seu tempo, ainda são minoria os que desenvolvem práticas extras⁹ com os presos. Escutando-os, constato que se estabelece um ato de pensar criativo ao contrário do controle e da sujeição que se tenta produzir. Considerando, portanto, singular o material de que disponho e a minha experiência de tantos anos de escuta, senti necessidade de estudar e buscar a teoria que trouxesse luz à vivência clínica e ao mesmo tempo pudesse ser enriquecida por ela. Pensei então, que o Mestrado seria a melhor forma de ter acesso ao conhecimento que precisava. Na busca pela linha de pesquisa que tivesse mais relação com a minha proposta, me deparei e encontrei ressonância na Memória Social.

Muito se teoriza sobre a prisão, mas não se escuta quem está preso. Este, geralmente é ouvido, quando existe um objetivo, uma intenção de pesquisa, por alguém que vem de fora. No meu caso, a ideia da pesquisa surgiu dentro, depois de anos de atendimento, de convívio, de conversas informais com os presos, a partir de suas demandas de ajuda, de serem escutados, de falarem sobre temas determinados. Ouvindo o preso, conheci a prisão de um outro ângulo, diferente do que imaginava de fora. Porém, mesmo trabalhando no cárcere, junto às galerias e celas, não é suficiente para apreender integralmente essa realidade, pois mais lá dentro ainda, como em qualquer instituição fechada, é um mundo à parte, “que corre paralelo ao mundo lá fora”, como disse um preso. Além do material clínico, me chamaram a

⁶São três os tipos de regime para cumprimento da pena: fechado, semiaberto e aberto. No regime fechado o preso fica na prisão em tempo integral, onde vive, realiza todas as atividades, se for o caso trabalha e estuda, não podendo sair.

⁷ Os presos “especiais” só ficam separados dos presos “comuns” enquanto a decisão judicial ainda não transitou em julgado, ou seja, enquanto ainda há possibilidade de recurso. Ao serem condenados definitivamente, vão para as mesmas prisões dos presos “comuns”. Sendo assim, nas penitenciárias, tem presos de todos os níveis de escolaridade, embora predomine a escolaridade de nível fundamental.

⁸ Dados oficiais mais recentes do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN/Ministério da Justiça, de dezembro de 2012.

⁹ Pela LEP, a função do psicólogo no sistema penitenciário é participar das Comissões Técnicas de Classificação (CTC) e realizar o Exame Criminológico. Poucos psicólogos desenvolvem outras práticas com os presos, como atendimentos, grupos, etc.

atenção algumas leituras sobre experiências vividas no cárcere, muito próximas do que eu escutava, o que me levou a incluí-las como material de pesquisa.

Em *Microfísica do Poder* (1979), Foucault afirma que um estudo sobre a prisão hoje, não deveria se limitar aos discursos formulados sobre ela. Não teria sentido, pois existem discursos que vêm da prisão, que a constituem, como os regulamentos, as decisões, o funcionamento com suas estratégias, seus discursos não formulados e as astúcias que são vividas na instituição e asseguram sua permanência. Deve-se recolher esses discursos e fazê-los aparecer em suas conexões estratégicas com outros discursos.

É de certa forma, o que pretende o presente trabalho, na medida em que parte de fragmentos de discursos dos presos que, tanto quanto expressam a sua própria vivência do cárcere, revelam o funcionamento da instituição prisional.

Em uma conversa entre Foucault e Deleuze (FOUCAULT, 1979), este diz que a prática é necessária para transpor o muro que se encontra no desenvolvimento de uma teoria. E lembra que Foucault, após fazer uma análise teórica de um meio de reclusão, sentiu necessidade que as pessoas presas falassem por si próprias. Para que isso fosse possível, organizou o G.I.P. – Grupo de Informação sobre as Prisões - depois de 1968, tendo Deleuze se juntado a ele e a Daniel Defert (DELEUZE, 2008). O G.I.P. foi um grupo multivocal, de “transversalidade”, como chama Guattari, o oposto dos grupos hierarquizados onde se fala pelos outros. Segundo Deleuze (2008) era comum, mesmo depois de maio de 68, que em um programa televisivo sobre as prisões, todos falassem da prisão, menos os presos e egressos. Isso tornou-se mais raro; foi uma conquista de 68 que cada um fale em seu próprio nome. Foucault (1979) relata que ao começarem a falar, verificou-se que os presos possuíam uma teoria da prisão, como também da penalidade e da justiça. Para Foucault, uma teoria sobre a delinquência não é fundamental, e sim esse discurso dos presos ou dos delinquentes contra o poder. Ele surpreendeu-se ao constatar o interesse por esses discursos e pelos problemas da prisão, por parte de pessoas que não estavam na prisão. Foucault sugere que isso ocorra devido ao sistema penal ser a forma mais manifesta com que o poder se mostra. Colocar e manter uma pessoa na prisão, privada de necessidades básicas, sem poder sair, se relacionar, seria a manifestação mais delirante de poder, ao mesmo tempo pueril, arcaica e cínica. Para Foucault, “a prisão é o único lugar onde o poder pode se manifestar em estado puro em suas dimensões mais excessivas e se justificar como poder moral.” (FOUCAULT, 1979, p. 43). Segundo esse autor, quando os presos ou os médicos das prisões, mesmo que seja por um instante, confiscam o poder de falar sobre a prisão, esses discursos são lutas, que se opõem ao

segredo e não ao inconsciente. Revelar o segredo seria talvez mais difícil do que revelar o inconsciente.

Ao contrário de Foucault, que partiu da teoria para a prática, nessa pesquisa, foi a prática que precisou de uma teoria para transpor o muro que a esconde, como a todo o contexto que ela envolve. Aqui, os presos falam e através de suas falas, também confisco o poder de falar sobre a prisão, revelando as lutas por trás dos discursos, nossas e dos presos.

Foucault também trabalhou com fragmentos de discursos. Para escrever *A vida dos homens infames* (FOUCAULT, 2003), pesquisou documentos do período de 1660-1760 dos arquivos de internamento, da polícia, das petições ao rei e das cartas régias com ordem de prisão. O objetivo dessa compilação de documentos não estava claramente definido e Foucault não teve pressa em sua composição. Não seguiu exatamente uma regra; sua escolha dos documentos pesquisados partiu do que o afetou, foi motivada por intensidades. E essa intensidade que atravessa os textos pode vir do clamor das palavras ou da violência dos fatos. Trata-se de vidas singulares transformadas em estranhos poemas por obra do acaso. Foucault procurou selecionar o material segundo alguns critérios: que se tratasse de personagens reais cujas existências tivessem sido obscuras e desventuradas, contadas de forma breve, sendo os relatos parte dessas existências, com sua desgraça, raiva ou loucura e finalmente, que o choque dessas palavras e vidas provocasse uma mistura de beleza e terror. Nesse texto, Foucault pretendeu juntar alguns restos dessas infâmias. São fragmentos de discursos que remetem a fragmentos da realidade dessas vidas destinadas a jamais terem sido faladas, a desaparecer, deixando apenas rastros breves, incisivos, desde que tiveram um rápido contato com o poder. O ponto em que a energia dessas vidas se concentra de forma mais intensa é onde se chocam com o poder que quis aniquilá-las ou apagá-las. São essas falas breves que lhes dão um pouco de evidência.

As falas breves do presente trabalho, fragmentos de discursos dos presos, foram colhidas a partir do que me afetou, do que chamou atenção pela intensidade, pela surpresa suscitada, pela semelhança com outras falas. Não se trata de relatos de vidas, mas de pensamentos, reflexões, que podem conter em seu cerne violência ou clamor.

Aqui, a prisão é analisada de duas perspectivas: por um lado, a prisão como instituição, como mecanismo de poder, o propósito da prisão, segundo Foucault e por outro, a prisão da perspectiva de quem a vive, a prisão como experiência de confinamento, a partir dos discursos dos presos. A primeira, poderia chamá-la de uma análise político-social. A segunda remete à subjetividade, à produção de subjetividade; seria mais uma análise psicossocial. São as duas faces da mesma moeda.

A fim de desenvolver essas reflexões trabalharei com os filósofos da diferença, os pensadores nômades, principalmente, Foucault e Deleuze. São os filósofos que qualificam o pensamento como potência, como criação, que pensam o ser como devir, diferença e movimento, em oposição às ideias de permanência, de imobilidade. Nessa mesma linha, a memória social é um conceito em processo de construção (GONDAR, 2005, p.7), que implica movimento e diversidade.

Podemos entender o ato de pensar como criação, transformação, processo de subjetivação, potência nômade e como resistência ao poder. Junto com o ato de pensar, temos a memória como construção de subjetividade, como processos de criação de si que rompem com os modos de subjetivação predominantes em um campo social (GONDAR, 2005). Qual a relação entre o ato de pensar e a construção da memória? Como pensamento e memória se articulam? Quando me refiro ao ato de pensar, não se trata do pensar do senso comum ou da razão e da reconhecimento, do “penso, logo existo” de Descartes¹⁰. O ato de pensar não é inato, é um ato de criação, que parte de um signo, de uma estranheza ou violência que força a pensar. É um ato potente, singular, que afirma a diferença. Da mesma forma que é a partir da sensibilidade, da intensidade, da diferença, que chegamos ao ato de pensar, a memória também é despertada por signos que nos violentam, por afetos, sendo, portanto, construída socialmente. Sob o efeito da violência se busca um sentido. Assim, o ato de pensar e a memória são criação, invenção, produção de novos modos de subjetivação, rompendo com o instituído e apontando para o porvir. Construção de subjetividade, relação consigo, o tempo como subjetivação são sinônimos de construção de memória e isso inclui o ato de pensar. Acredito que o ato de pensar e a construção da memória sejam inseparáveis.

Introduzirei os conceitos de dobra e relação consigo, e utilizarei também alguns conceitos da Psicanálise (inconsciente, pulsão de morte), da Análise Institucional (produção de subjetividade, processo ou produção de subjetivação, processos de singularização), da Filosofia (linhas de fuga, nomadismo, vida nua) e da Arte (tragédia e barroco) a fim de tornar mais clara a proposta na elaboração desse estudo. Esses conceitos se entrelaçam em vários momentos, mostrando sua transversalidade¹¹.

Tendo como base as reflexões propostas, a elaboração e desenvolvimento desse estudo seguirão o percurso traçado a partir do seguinte objetivo geral:

¹⁰ René Descartes (1596 – 1650), filósofo, físico e matemático francês. O *cogito* “penso logo existo” (*cogito ergo sum*) significa a certeza que o sujeito pensante tem de sua própria existência.

¹¹ Transversalidade é interpenetração, entrelaçamento, uma dimensão do devir “capaz de provocar sínteses insólitas entre elementos incompatíveis”, deflagrando efeitos inventivos e libertários (BAREMBLITT, 1994, p. 195).

- Refletir sobre o ato de pensar e a construção da memória na prisão, que surgem como processos de singularização, de produção de subjetivação, criação e resistência do preso frente à violência dessa experiência de confinamento e opressão.

Os objetivos específicos são os seguintes:

- Definir a prisão como situação de confinamento e experiência de violência que produz subjetividades confinadas e pode levar ao aniquilamento do sujeito.
- Demonstrar que, frente à violência da prisão, há presos que resistem, dobrando a força que assujeita, num processo de singularização e produção de subjetivação manifestados no ato de pensar e construir sua memória, uma potente e criativa aposta ao porvir.
- Compreender o ato de pensar no pensamento e a memória enquanto criação e resistência como acontecimentos¹², produzidos a partir da violência da prisão, identificados nesses registros, surgidos do campo clínico da escuta, do ponto de vista do preso, a partir de fragmentos de seus discursos falados, escritos, transformados em ação (projetos, livros) e de depoimentos publicados sobre a vivência no cárcere, escritos por presos ou sobre eles. Compor o material clínico com os conceitos e teoria de Foucault e Deleuze sobre a questão do ato de pensar e da construção da memória fazendo uma articulação com a situação de confinamento prisional, mapeando assim um território específico.

Partindo dos objetivos propostos, a fim de aprofundar o instrumental conceitual, farei uma incursão teórico-metodológica na Filosofia de Foucault e Deleuze, especificamente a instituição prisão, o ato de pensar e a construção da memória e no Método Cartográfico, na Pesquisa-ação/Pesquisa-intervenção, articulando-os com o material clínico-institucional e de pesquisa bibliográfica, considerando que teoria e prática, reflexão e ação são inseparáveis.

O trabalho será estruturado de acordo com o esquema-sumário que descrevo a seguir.

O primeiro capítulo é a fundamentação teórica. Discorrerá sobre a instituição prisão, seus efeitos na subjetividade, podendo chegar ao aniquilamento e as estratégias conscientes e inconscientes de resistência ao assujeitamento, que surgem por parte de muitos presos, manifestados no ato de pensar e na construção da memória. Inicialmente, farei uma breve contextualização da prisão, segundo Foucault e abordarei os efeitos do confinamento na subjetividade, desde a chegada do indivíduo à prisão até a vivência do dia a dia, a ruptura, o choque que o aprisionamento representa na vida do sujeito, podendo levar a seu

¹² Acontecimento é “ato, processo e resultado da atividade afirmativa do Acaso [modo de devir aleatório, imprevisível e incontrolável]. É o momento de aparição do Novo Absoluto, da Diferença e da Singularidade.” (BAREMBLITT, 1994, p. 151). Nesse estudo, acontecimento também é, especificamente, a “condição sob a qual o pensamento pensa (encontro com um fora que força a pensar [...])” (ZOURABICHVILI, 2004, p.7).

aniquilamento. Na sequência, a partir de Foucault e Deleuze, seguirei teorizando o ato de pensar e a memória como processos de subjetivação. Como Foucault e Deleuze definem o ato de pensar. O ato de pensar e a construção da memória como frutos da violência de um encontro, de um signo, nesse caso o confinamento. Discutirei como frente à violência e à opressão da prisão o preso pode resistir, criar linhas de fuga, alternativas para não enlouquecer e dar sentido ao que vive num processo de singularização, de criação de si, dobrando a força que assujeita. Definirei o ato de pensar e a construção da memória, que se expressam na fala, na escrita, na arte, na elaboração de uma ideia, de um projeto, como produção de subjetivação, considerando ser esta uma estratégia de resistência ao assujeitamento, à tentativa de disciplinarização, de homogeneização que ocorre nessa instituição. Abordarei a pulsão de morte do ponto de vista de Deleuze, mostrando sua face positiva e o conceito de vida nua, de Giorgio Agamben, fazendo um paralelo entre vida e vida nua na situação da prisão.

O segundo capítulo trata do corpus metodológico. Será subdividido em: metodologia, universo de estudo, construção do material em campo e análise e interpretação. No item *metodologia*, descreverei as abordagens metodológicas escolhidas para esse estudo, com as quais identifico minha prática: o método cartográfico e também a pesquisa-ação/pesquisa-intervenção, com contribuições da Psicanálise. Procurarei esclarecer como se deu a relação pesquisador-pesquisado nesse estudo e segundo essa metodologia, de que forma os dados foram construídos e explicitar o procedimento de sua análise ou compreensão. No item *universo de estudo*, falarei sobre o sistema prisional e as instituições onde foram construídos os dados do estudo. No item *construção do material em campo* apresentarei o material clínico-institucional colhido nos atendimentos, nas atividades e na relação com os presos e o material de pesquisa bibliográfica sobre relatos de vivências no cárcere. Serão elencadas e descritas as ferramentas metodológicas utilizadas. Relatarei a prática de cada dispositivo utilizado, sem, no entanto, formular regras ou organizar, visto que o método cartográfico propõe uma reversão metodológica como vai ser explicado. No item *análise e interpretação*, a análise do material parte da análise da implicação¹³, da escuta ou da leitura, com base no método clínico. Visto que na cartografia teoria e prática, reflexão e ação são inseparáveis e o conhecimento vai sendo produzido no decorrer do percurso de pesquisa, é na conexão e

¹³ Implicação é o processo que ocorre no pesquisador analista como resultado de seu contato com o sujeito ou organização analisada. É a compreensão dessa interação e interpenetração, enfatizando na parte que cabe ao analista. Tem semelhança com o conceito psicanalítico de contratransferência, mas não é só psíquico e inconsciente e sim, de uma “materialidade múltipla, variada, complexa e sobredeterminada” (BAREMBLITT, 1994, p.153.)

articulação do material de campo e da análise da implicação com os conceitos e a teoria propostos que chegarei à compreensão dos signos surgidos do território da pesquisa.

Nas Considerações Finais, farei uma síntese das reflexões levantadas na pesquisa com as conexões e articulações que se desenvolveram ao longo do estudo.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A prisão surge no século XIX como um instrumento moderno da penalidade. É considerada a “pena das sociedades civilizadas” e forma, junto com uma série de instituições (escolas, fábricas, asilo psiquiátrico, hospitais, etc.) o que Foucault (2008) chama de uma rede institucional de sequestro onde a existência do homem é aprisionada; suas principais funções seriam controlar o tempo dos indivíduos e controlar seus corpos.

A legislação penal desvia-se da utilidade social, dos atos e infrações efetivas do indivíduo a uma lei e se volta para o controle e a reforma psicológica e moral de suas atitudes e comportamento, valorizando a noção de periculosidade. Assim, a vigilância se exerce sobre o que o indivíduo é, sobre o que ele pode fazer e não sobre o que ele faz; tende a individualizar o autor do ato em vez de considerar a qualificação penal do próprio ato. O criminoso passa a ser o inimigo social, aquele que rompeu o pacto social e deve reparar a perturbação causada à sociedade. Acredita-se, afirma Foucault (1979), que esse projeto foi fruto da necessidade de reformar as prisões por serem depósitos de criminosos. Mas, afirma também que os textos, os programas, as declarações de intenção mostram que isso não é verdade. A prisão devia ser, desde o início, um instrumento de ação precisa sobre os indivíduos, assim como outras instituições, como a escola, o hospital, etc. O discurso da criminologia (FOUCAULT, 1979) tornou-se útil e necessário pelo funcionamento da penalidade no século XIX, pelo alibi que diz que se impõe um castigo a alguém para transformá-lo e não para punir o que ele fez. Quando a ideia de vingança é suprimida, só numa tecnologia de reforma é que a punição tem significação. Assim, os juízes passam de um veredicto de conotações punitivas para um veredicto que não tem justificativa, se não for para transformar o indivíduo. Mas como é sabido que seus instrumentos – pena de morte, reclusão, detenção – não transformam, eles tem que transferir a tarefa para quem vai formular um discurso sobre o crime e os criminosos que justifique essas medidas. O discurso criminológico se torna, desse modo, indispensável para que seja possível julgar. O controle penal punitivo

dos indivíduos quanto às suas virtualidades passa a ser efetuado por uma rede de instituições de vigilância e de correção à margem da justiça, poderes laterais como a polícia e as instituições psicológicas, psiquiátricas, criminológicas, médicas, pedagógicas, os pequenos poderes, que vão produzir sobre os indivíduos algum saber. É, segundo Foucault (2008), a idade da ortopedia social, do controle social. O princípio geral dessa nova “anatomia política” é o panoptismo¹⁴, cujo objeto e fim são as relações de disciplina, devendo-se vigiar sem interrupção e totalmente, tanto a existência individual como o funcionamento cotidiano das instituições, enquadrando a vida e os corpos dos indivíduos (FOUCAULT, 2001).

O panoptismo é uma forma de poder, de formação e transformação dos indivíduos em função de certas normas, através do tríptico aspecto – vigilância, controle e correção – que caracteriza as relações de poder da sociedade disciplinar (FOUCAULT, 2008). O poder que o panoptismo põe em funcionamento é um poder do espírito sobre o espírito, que os homens exercem, de forma direta e física, uns sobre os outros; uma tática das forças e dos corpos, segundo a qual o indivíduo é cuidadosamente fabricado.

O Panóptico de Bentham¹⁵ é uma forma de arquitetura que permite esse tipo de poder e que deve valer para todas as instituições disciplinares. É um local privilegiado para fazer experiências com homens, modificar o comportamento, treinar os indivíduos, como uma espécie de laboratório de poder. E enquanto se exerce esse poder, pode-se vigiar e constituir um saber sobre aqueles que se vigia. O diretor pode espionar, de sua torre de controle, os enfermeiros, médicos, professores, guardas, e julgá-los¹⁶ (FOUCAULT, 2001).

O efeito mais importante do Panóptico é induzir no detento um estado consciente e permanente de se saber vigiado, sem nunca saber se está sendo observado, assegurando assim o funcionamento automático do poder. É o princípio de Bentham de que o poder deve ser visível e inverificável (FOUCAULT, 2001). Para Miller (2008), esse é o maior artilho do Panóptico: ver sem ser visto.

Qualquer indivíduo pode fazer funcionar a máquina, sendo indiferente o motivo que o anima e quanto mais numerosos os observadores anônimos e passageiros, maior o risco

¹⁴ “O *Panopticon* era um edifício em forma de anel, no meio do qual havia um pátio com uma torre no centro. O anel se dividia em pequenas celas que davam tanto para o interior quanto para o exterior. (...) Na torre central havia um vigilante. Como cada cela dava ao mesmo tempo para o interior e para o exterior, o olhar do vigilante podia atravessar toda a cela; não havia nela nenhum ponto de sombra e, por conseguinte, tudo o que fazia o indivíduo estava exposto ao olhar de um vigilante sem que ninguém ao contrário pudesse vê-lo (...)” (FOUCAULT, 2003, p. 87.)

¹⁵ Jeremy Bentham, teórico que escreveu um projeto sobre o Panóptico (BENTHAM, 2008).

¹⁶ Atualmente, em alguns presídios do Rio de Janeiro, o preso e também o funcionário são vigiados através de câmeras; no lugar da torre de controle, é de sua sala que o diretor controla tudo o que se passa na unidade prisional.

para o prisioneiro de ser surpreendido e maior a consciência de ser observado.

Assim, o exercício do poder é controlável pela sociedade inteira e não é necessário recorrer à força para obrigar o condenado ao bom comportamento, o louco à calma, o operário ao trabalho, etc. Quem sabe que está submetido a um campo de visibilidade se sujeita às limitações do poder, fazendo-as funcionar espontaneamente sobre si mesmo.

Segundo Miller (2008, p. 90), “é a casa dos habitantes involuntários, reticentes ou constrangidos”, uma “máquina óptica universal das concentrações humanas”, “uma máquina de produzir uma imitação de Deus”, onde há um controle totalitário e o mundo é dominado. Trata-se de transformar e dominar o homem, que se vê constrangido a renunciar à iniciativa e torna-se instrumentalizável.

É através da arquitetura (MILLER, 2008) que a prisão exibe sua função e que sua aparência conforma-se a sua finalidade e até excede a realidade. Dessa forma, segundo Miller, a ideia de Bentham era que os edifícios penitenciários fossem construídos para chocar e aterrorizar, para serem vistos como a morada do crime, como a residência da morte.

Mas é possível deduzir que esses edifícios são construídos não só para serem vistos, mas de fato vividos como a residência da morte, como constatamos no título do livro escrito por Dostoiévski em 1855, aos 34 anos, fruto de sua experiência, um ano após sua saída da prisão na Sibéria, onde ficou 4 anos: “Recordação da Casa dos Mortos”.

Podemos perceber que a mortificação do sujeito e a submissão do corpo, que deve ser formado, reformado, que deve tornar-se dócil, permanecem nos métodos de trancar ou corrigir que substituíram os castigos violentos. Atingir o uniforme e o único seria o ideal de Bentham (MILLER, 2008), ou seja, chegar à homogeneidade e à diferenciação neutra e sistemática.

Para Miller (2008), a pena é um dispositivo montado com o objetivo de atormentar, de causar dor a um indivíduo. Considerando que todos se ressentem da privação da liberdade, a qual é medida pela duração e sendo a prisão uma “máquina de subtrair o tempo”, segundo Miller (2008, p. 101), “Bentham não duvida: este será o castigo do futuro, o castigo dos tempos modernos”.

As palavras de Monteiro Lobato (1941) confirmam:

A vida aqui me tem feito pensar no horror que V. sempre teve pela prisão, pela condenação do homem ao confinamento por anos e anos. Agora vejo como, sem ter experiência própria, V. adivinhou o certo. Não há castigo maior. Mil vezes a cadeira elétrica ou a forca – dores de um momento. Estou preso há quase três dias e já me parecem três séculos. As horas têm 60.000 minutos. As noites não têm fim.

Como o homem vive sob a soberania do prazer e da dor, essa máquina de calcular o prazer e a dor não seria nada mais do que o meio ideal para dominar, de forma absoluta, os homens e as comunidades. Miller (2008) considera original no homem benthamiano, a sujeição. O homem é submisso, governável, uma máquina elementar, que procurando o prazer e fugindo da dor, pode ser conduzida. Sendo assim, radicalizando a teoria benthamiana, o sofrimento seria o único objeto ao qual as leis se reportam.

Segundo Nietzsche (1877), durante milênios, o que os malfeitores castigados pensaram sobre a falta cometida foi que *algo deu errado* e se submetiam ao castigo, sem revolta, com um fatalismo impávido, como se fosse uma doença, uma desgraça ou a morte. A crítica que pudesse existir sobre o ato era exercida pela prudência. O castigo tem como efeitos uma prudência mais intensa, memória expandida, um querer agir com mais cautela, segredo e desconfiança, uma maior percepção de si, de suas fraquezas. A consequência do castigo é o medo e o controle dos desejos; o homem é domado, mas não se torna melhor, pelo contrário, para Nietzsche, pode se tornar pior.

Em vez de transformar, a prisão fabrica delinquentes, denuncia Foucault (1979), o que se constatou desde 1820, mostrando que seu fracasso foi imediato. No lugar de “reeducar os delinquentes”¹⁷ (FOUCAULT, 1979, p. 76), não se lhes ensina nada para que nada façam ao sair da prisão. Eles são agrupados num meio rotulado, sendo úteis a uma estratégia política e econômica, em que são absorvidos pelo sistema e usados pelo aparelho de poder para vigiar outros delinquentes.

Por outro lado, Foucault (1979) questiona como as pessoas resistiram ao sistema de vigilância permanente, nas oficinas e nas cidades, se tinham consciência de seu caráter de subordinação e dominação, ou se aceitavam essa vigilância como natural. Enfim, se as pessoas se revoltaram contra o olhar. Segundo ele, a resistência efetiva das pessoas ao panopticon é um elemento que torna Bentham irreal, devendo o conjunto de resistências ser analisado quanto à tática e estratégia.

A sociedade cria muros para separar os que considera diferentes ou indesejados. Tanto dentro quanto fora do cárcere, o preso é visto como inimigo social, como o "lixo" que deve ser excluído da sociedade. E é excluindo, com a justificativa da “ressocialização”, que a sociedade afirma seus valores, como indica o art. 1º da LEP: “a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”. O lema da SEAP/RJ é

¹⁷ Embora tenha transcrito aqui o termo *reeducar*, usado pelo tradutor, não sei se foi exatamente essa a palavra utilizada por Foucault ou se traduz a sua ideia.

"Ressocializar para o futuro conquistar." Esta frase está escrita na entrada do complexo penitenciário de Gericinó, onde um agente penitenciário, com um fuzil na mão, recebe os que chegam. Paradoxo ou hipocrisia? Sabemos que "o que é feito para excluir não pode incluir", como dizia uma campanha do Conselho Federal de Psicologia (CFP)¹⁸.

Ao aprisionar um indivíduo e ao se exercer sobre ele vigilância, controle e correção, não é apenas seu corpo que se quer tornar dócil, mas principalmente sua mente. Ao confinar os corpos, pretende-se neutralizar a mente. O preso não deve pensar, só obedecer e seguir regras. Quando Antonio Gramsci, intelectual italiano, foi preso, no julgamento que o condenou a 20 anos de prisão, em 1928, o procurador-geral concluiu: "Devemos impedir esse cérebro de funcionar durante vinte anos" (MONASTA, 2010, p.15). Porém, não só o cérebro de Gramsci não deixou de funcionar, como seus principais escritos foram feitos na prisão - os *Cadernos do Cárcere* - a mais importante análise já realizada sobre "hegemonia", sobre o nexos entre a política e a educação. Portanto, ao contrário do que se pretende, é possível criar na prisão. Grandes obras foram escritas no cárcere, estratégias e planos foram traçados. Na prisão da Ilha Grande, por exemplo, considerada uma das piores do mundo, William da Silva Lima, o Professor, conseguiu construir, com seus companheiros, o alicerce de uma poderosa organização do crime - o Comando Vermelho (AMORIM, 1993).

Para o bem ou para o mal, o ato de pensar pode ser intenso na prisão, como diz Monteiro Lobato, em carta à sua esposa Purezinha, da prisão política de São Paulo em março de 1941: "Só contarei o que é a vida em prisão. É a gente sozinho com o pensamento e nunca o pensamento trabalha tanto."

A questão que se coloca aqui é o que gera o ato de pensar, a criação, numa instituição que pretende calar os corpos e as mentes. Como é possível sentir-se livre em uma experiência de confinamento?

A finalidade da prisão, como de todas as instituições, é fixar os indivíduos, um dos primeiros objetivos da disciplina. Na origem desse objetivo está, por exemplo, o aumento da população flutuante, em função da explosão demográfica do século XVIII, que faz parte da conjuntura histórica em que a sociedade disciplinar se formou. Trata-se de uma tática de poder, a fim de que exercê-lo se torne menos custoso e seus efeitos atinjam o máximo de intensidade e extensão. Seria a princípio, um processo de antinomadismo, em que se

¹⁸A campanha da Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP - "Privação de Liberdade" - de 01/01/2005, dizia: "O que é feito para excluir não pode incluir! Pelo fim da violência nas práticas de privação de liberdade. Os psicólogos defendem a dignidade humana, o direito à ampla defesa, a vida. Combatem a segregação, a humilhação e a tortura." (<site.cfp.org.br>)

imobiliza ou regulamenta os movimentos, se domina as forças que se formam e se neutraliza os efeitos de contrapoder que daí surgem e que formam resistência ao poder, como agitações, revoltas, organizações espontâneas, etc. (FOUCAULT, 2001).

Da mesma forma que os nômades são fixados pela sedentarização, o nomadismo afeta os sedentários por ser um devir (DELEUZE e GUATTARI, 1997).

No entanto, embora os nômades tenham dificuldade para viver fixados, por outro lado, eles não se movimentam necessariamente. Historicamente, aliás, o nômade é aquele que *nomadiza* a fim de ficar no mesmo lugar e escapar dos códigos, além de existirem viagens imóveis ou em intensidade (DELEUZE, 2011).

Por serem um devir, os nômades interessam a Deleuze; estão excluídos da história mas “se metamorfoseiam para reaparecerem de outro modo, sob formas inesperadas nas linhas de fuga de um campo social”. Essa é uma das diferenças de Deleuze e Foucault. Para este “um campo social está atravessado por estratégias”, enquanto para Deleuze, “ele foge para todos os lados.” (DELEUZE, 2008, p.191).

O *nomos* grego remete antes a um sentido de “fazer pastar” do que à lei (ZOURABICHVILI, 2004). Mais que isso, o *nomos* se opõe à lei ou à *polis*, na medida em que é a consistência de um conjunto fluido (DELEUZE e GUATTARI, 1997). Segundo Deleuze (1968) o *nomos* nômade não tem propriedade, nem cerca, nem medida, ou seja, é um meio sem horizonte, como o mar, o deserto ou a estepe (DELEUZE e GUATTARI, 1997). O espaço nômade não é delimitado, mas sim localizado. O princípio territorial do nômade é se distribuir, ocupar e habitar um espaço liso. O espaço sedentário, instituído pelo aparelho de Estado, é estriado, por muros e cercados (DELEUZE e GUATTARI, 1997). Enquanto os sedentários partilham um espaço fechado, os nômades se repartem num espaço aberto (ZOURABICHVILI, 2004). Diferente do migrante, que vai de um ponto ao outro, o trajeto nômade se dá num espaço aberto e indefinido, onde os homens e animais são distribuídos (DELEUZE e GUATTARI, 1997). É por essa razão que não seria correto o nômade ser definido pelo movimento. Deleuze e Guattari (1997) dão razão a Toynbee¹⁹, segundo o qual o nômade não se move, não se desloca. Historicamente, como já foi dito, os nômades não se mudam; eles nomadizam a fim de ficarem num só lugar e escaparem dos códigos (DELEUZE, 2011). O nômade fica no espaço liso, ele não parte, ele se move sentado, ele espera pacientemente. Os nômades se caracterizam por imobilidade e velocidade, pois seu

¹⁹Arnold Joseph Toynbee (1889 - 1975), historiador britânico, cuja obra-prima é *Um Estudo de História (A Study of History)*, em doze volumes.

movimento é intensivo, absoluto, giratório e pertence à sua máquina de guerra. Distribuir-se num espaço é uma distribuição de errância, de delírio, demoníaca, diferente de partilhar o espaço. A primeira é como saltar por sobre os obstáculos, subverter a ordem; nela, a hierarquia se mede pela potência, pela capacidade de um ser de ultrapassar seus limites e desenvolver toda a sua potência; aqui a *hybris*, a desmedida, não é condenável. É quando se atinge o estado de excesso, a diferença, que tudo retorna (DELEUZE, 1968).

A forma de expressão do nomadismo é a máquina de guerra, que tende a se identificar ao desejo (ZOURABICHVILI, 2004). A máquina de guerra é uma invenção nômade que não tem como principal objeto a guerra (DELEUZE e GUATTARI, 1997) e sim, o espaço liso, que ela compõe, ocupa, propaga e onde se desenvolve. O nomadismo é a combinação da máquina de guerra com o espaço liso (ZOURABICHVILI, 2004). A máquina de guerra nômade é o que se opõe à máquina administrativa do aparelho de Estado (DELEUZE, 2011). A essência da máquina de guerra é ser uma linha de fuga criadora, como um movimento da arte, da ciência, de uma ideologia (DELEUZE e GUATTARI, 1997). Para Deleuze e Guattari (ZOURABICHVILI, 2004), a questão da linha de fuga está mais no percurso de um processo desejante, em desorganizar alguma situação do que na sua transformação ou eliminação. Segundo Deleuze (DELEUZE e PARNET, 1998), evadir-se, partir, é traçar linhas de fuga, toda uma cartografia, é uma desterritorialização. Fugir é ativo, é descobrir mundos, não é renunciar às ações. Pode-se fugir sem sair do lugar, numa viagem imóvel, como os nômades, que não possuem nem passado nem futuro. Fugir é como delirar, sair dos eixos. Em uma linha de fuga, existe algo de demoníaco, existe sempre traição das potências fixas, estabelecidas, que querem nos reter. Fugir é produzir, é criar vida. A desterritorialização é uma potência positiva, sempre relativa, complementando-se no seu reverso, que é a reterritorialização (DELEUZE e GUATTARI, 2000). O que constitui a relação do nômade com a terra é a desterritorialização, pois o que se desterritorializa é a terra, tornando-se um território para o nômade. Da mesma forma em que é criado pelo lugar, o nômade o cria, o faz crescer, sendo um vetor de desterritorialização (DELEUZE e GUATTARI, 1997).

O pensamento é afetado pelo espaço (ZOURABICHVILI, 2004). Deleuze e Guattari (1997) caracterizam o pensamento nômade como aquele que se desenrola em um espaço liso. Pensar é viajar. O que distingue as viagens é o modo de ser e de estar no espaço. Pode-se viajar, pode-se pensar de modo liso ou estriado. Não é fácil viajar de modo liso, pois é todo um devir, porém incerto (DELEUZE e GUATTARI, 1997). É possível habitar o espaço liso de um modo estriado como também habitar o espaço estriado, como as cidades, de um modo

liso, sendo um nômade da cidade. O nômade não é aquele que se movimenta, pois é possível viajar no próprio lugar, viajar em intensidade (DELEUZE, 2011). Para Deleuze, todas as intensidades são viagens no mesmo lugar (DELEUZE e GUATTARI, 1997). Os espaços onde se distribuem as intensidades não precisam ser externos. Deleuze (BOUTANG, 1997) diz que todas as suas próprias intensidades são imóveis, como as emoções que sente ao ler um livro ou ouvir uma música que acha bonitos. Mas não inclui aí, nessas viagens, por exemplo, os que se drogam, pois não considera que estes sejam nômades de verdade.

Viajar de fato, não agrada muito a Deleuze (2008), pois para ele, mexer-se demais espanta os devires. Para Deleuze o movimento se faz nas lacunas, dramáticas ou não, que a vida comporta, ou seja, evitando os falsos movimentos, como se mexer demais, falar demais. O movimento se faz, residindo “onde não há mais memória”(DELEUZE, 2008, p.172).

Nesse sentido, podemos pensar nos presos como nômades. Não qualquer preso, mas o que se singulariza, que se diferencia, que cria o pensar no pensamento, que resiste. Aquele que está em movimento, mesmo que num espaço sedentário. A resistência ao poder não se expressa necessariamente em agitações ou revoltas. A resistência pode ser silenciosa, pode ser interna, individual ou ocorrer nos bastidores do cárcere.

Embora a prisão seja um significativo representante de um mundo que não tolera a diferença e as mudanças, na medida em que os presos, que deveriam ficar submetidos, calados e parados, pensam, falam e resistem, encontrando uma certa liberdade do “espírito”, esse pensamento é uma potência nômade, uma “máquina de guerra”, como diz Deleuze (1997), que deixa a vida fluir. Para Schöpke (2004) assumir toda a potência do pensamento significa produzir algo novo para além, justamente onde se busca a igualdade e a semelhança, rompendo com os valores preestabelecidos. Sendo um ato de criação, o pensamento recria esses valores, reinventando a existência ao produzir uma outra forma de ver o mundo.

A fim de compreender melhor essa questão, é preciso antes, discorrer um pouco sobre o confinamento.

Outro autor que estudou as prisões foi Goffman (1961). Sua abordagem difere de Foucault e não pretendo aqui me aprofundar nela, mas sim, destacar a forma como ele usa a noção de “instituição total” para explicar sua pesquisa, com o objetivo que esclarecerei a seguir.

Enquanto para Foucault (2008), a prisão forma, com outras instituições, uma rede institucional de sequestro onde a existência do homem é aprisionada, sendo um local privilegiado para fazer experiências com homens, modificar o comportamento, treinar os indivíduos, como uma espécie de laboratório de poder, para Goffman (1961), a prisão é uma

instituição total, uma estufa para mudar pessoas. Foucault faz uma abordagem histórico-filosófica, analisando a prisão do ponto de vista do poder, exercido através da disciplina, que caracteriza um tipo de sociedade e onde essa instituição está inserida. A abordagem etnográfica de Goffman caracteriza a prisão como instituição total, seu funcionamento, dinâmica e efeitos sobre o eu, levando à sua mortificação; privilegia a questão do confinamento, embora a referência ao poder se faça notar num plano micro, de forma não explícita.

Goffman (1961, p. 11) define descritivamente a instituição total como “um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”. Segundo ele, seu caráter total é definido pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico – por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, etc. O aspecto central das instituições totais é que todos os setores da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade e seu fato básico é o controle de muitas necessidades humanas pela organização burocrática de grupos de pessoas. A instituição total é um híbrido social, parcialmente comunidade residencial, parcialmente organização formal. As instituições totais impedem ao indivíduo as ações que na sociedade civil têm o papel de atestar sua autonomia, liberdade de ação e decisão pessoal. Ao contrário da vida civil, em que o indivíduo desempenha vários papéis, na instituição total ocorre uma ruptura com os papéis anteriores, o despojamento do papel. Se o internado permanece longo tempo na instituição, pode ocorrer o “desculturamento”, que o torna temporariamente incapaz de enfrentar alguns aspectos de sua vida diária. Em toda instituição total aparecem pequenas ilhas de atividades vivas e atraentes, através das quais os internados obtêm satisfações proibidas ou permitidas, mas por meios proibidos, sem desafiar diretamente a equipe dirigente. É o que Goffman (1961) chama de ajustamentos secundários. Segundo este autor, sempre que se impõem mundos, se criam submundos.

Hoje, embora os muros das prisões tenham se virtualizado, com a ajuda da tecnologia e da corrupção, na medida em que muitos presos mantêm contato com o exterior através de celulares, inclusive dando ordens e comandando ações no mundo externo; embora os presos atuais não estejam sob uma única autoridade e alguns não se despojem totalmente do papel que desempenham no seu meio social, considero que o termo “instituição total” continua válido. Talvez pudéssemos pensar que essas são as novas instituições totais, assim como as

plataformas de petróleo e os grandes condomínios fechados da cidade²⁰, que não têm muros, mas onde se vive em situação concentracionária.

O fato é que a vida do preso é circunscrita dentro dos muros durante meses ou anos e quando há contato com o mundo externo, este é virtual. Mesmo os presos ligados a facções, que criam seus próprios códigos ou que possuem um comando interno das lideranças, paralelo ao comando da administração, têm que se submeter também a este, à rotina da instituição, aos horários, às proibições²¹. Se desobedecerem as ordens da administração, cometem “faltas disciplinares” e são julgados por isso pela Comissão Técnica de Classificação (CTC), sendo frequentemente punidos com rebaixamento de índice de aproveitamento, perdendo benefícios, como visita íntima e atividade laborativa, por exemplo, e até ficando entre 10 e 30 dias no isolamento.

Assim, a noção de “instituição total” se refere a um confinamento físico-geográfico característico de certas instituições fechadas. A territorialidade totalista significa que os indivíduos fazem tudo dentro daquela instituição; seu caráter total é definido pela barreira à relação social com o mundo externo, como já foi dito. Mas, segundo Perlongher (1989), o território não é apenas geográfico, por ser fator determinante no comportamento dos que o habitam, impondo ou propondo perfis psicossociais conforme a sociabilidade do território. Goffman foi um dos primeiros que usou o termo “instituição total”. No presente estudo, aproveito esse termo para mostrar os “efeitos totalitários”, como diz Losicer (2002), que uma instituição fechada, como a prisão, provoca; abordo a questão da subjetividade em situação de confinamento, adotando o conceito “efeitos de confinamento” nas subjetividades, utilizado por Losicer (2002) na análise de sua pesquisa-intervenção nas plataformas de petróleo. Concebo os efeitos totalistas do confinamento como processos de subjetivação e não meramente como efeitos no ego, conforme Goffman, ou seja, em vez de “mortificação do

²⁰ Sobre esse tema, ver SCHAEFER, P. et al. Confinamento e Subjetividade “O paraíso é uma Instituição Total”. In: **A CIDADE VIVENTE: subjetividade, socialidade e meio ambiente na cidade contemporânea**, 1997, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Movimento Instituinte de Belo Horizonte; Engendra; Instituto Félix Guattari, 1997.

²¹ É importante esclarecer que a distribuição dos presos pelas unidades prisionais de acordo com as facções do tráfico de drogas não significa que todos os presos pertençam à facção. Os presos que cometeram crimes de roubo, furto, homicídio, extorsão, estupro, falsidade ideológica, etc., são colocados nas unidades de acordo com a divisão territorial da cidade pelas facções, ou seja, de acordo com a região onde moram, principalmente se forem moradores de comunidade. Cada bairro ou comunidade do Rio de Janeiro é comandado por uma facção que domina o tráfico de drogas daquela região, embora os moradores do “asfalto”, de modo geral, não saibam disso. Ainda não se tem notícia de alguma mudança nesse sentido, pelo menos dentro das prisões, a partir da entrada das Upps em várias comunidades. Há alguns anos, a Secretaria Estadual de Administração Penitenciária tentou acabar com a divisão por facções dentro do sistema penitenciário, mas a tentativa não deu certo, chegando a colocar os presos em risco de morte.

ego”, prefiro falar da subjetivação homogênea que apaga as diferenças e dificulta qualquer processo de singularização. Isso significa que quando o processo se fecha, cai num vazio, se repete, deixa de ser singularidade.

A importância dessa expressão – instituição total – está justamente em enfatizar a intensidade dos efeitos da totalização, do confinamento na subjetividade, que acontecem nas situações concentracionárias, a fim também de evidenciar a potência dos movimentos de resistência, de dobrar a sujeição. Quanto a certos atos de transgressão, prefiro defini-los como modos dissidentes de subjetivação, para além dos ajustamentos secundários relatados por Goffman. Perlongher (1989) destaca a ideia de Guattari de que os funcionamentos marginais indicariam modos dissidentes de subjetivação, de produção de subjetividade. Para ele, as existências marginais podem ser pensadas sob uma ótica positiva. “Vê-las na sua positividade desejante, em seus curto-circuitos de paixão e violência, talvez seja um passo para começar a escutá-las.” (PERLONGHER, 1989, p. 67).

O momento da chegada à prisão é de ruptura, é traumático, um rito de passagem violento, ameaça de aniquilamento. Subitamente, a pessoa se vê confinada atrás de grades, perde sua liberdade de ir e vir, isolada do mundo, longe do seu contexto social, do dia a dia. O sentimento é de estranheza, de dissociação. Passa a ser vigiada, controlada, vida e corpo enquadrados, disciplinados.

Essa experiência radical nos insere num dos elementos destacados pela tragédia; viver no limite do possível, no limite do que podemos ver acerca de nossa destinação – a *Até* - nos remete à *hybris*, à desmedida, "porque se está aí confrontado ao inevitável." (MAURANO, 2011, p.44). Como na tragédia, a mudança repentina, a súbita retirada da vida cotidiana para ser aprisionado, obriga a ser outro, com Dioniso²², a enfrentar "a experiência da evasão para uma desconcertante estranheza." (VERNANT, 1988, p.13). Também a alteridade encarnada por Gorgó diz respeito ao que "arranca o homem de sua vida e de si mesmo" para projetá-lo na confusão e no horror do caos (VERNANT, 1988, p.37). Já da perspectiva barroca, pode-se pensar a prisão, lugar de turbulentas mudanças e reações, como uma lente deformadora da realidade, que provoca o descentramento do sujeito, confrontando-o com o risco sempre presente de dessubjetivação e aniquilamento (MAURANO, 2011).

O fato de ser uma experiência de exílio forçado, de viver em outro mundo, desterritorializado, a torna inenarrável aos de fora. A expressão “lá fora”, ouvida

²² Dioniso, assim como Ártemis e Gorgó são os três Poderes do além, os deuses gregos mascarados, que têm em comum exprimir a alteridade; “eles dizem respeito à experiência que os gregos tiveram do Outro.” Com Dioniso temos “a súbita intrusão de algo que nos afasta da existência cotidiana.” (VERNANT, 1988, p.12)

frequentemente, indica essa relação de exterioridade com o universo fechado e separado que produz uma forma de vida radicalmente exclusiva que só pode ser conhecida pela experiência. O preso tem a convicção de “viver fora do mundo”; vive num singular território existencial que está fora de todos os territórios, isolado e muito distante de todas as experiências que nós temos de viver dentro do espaço urbano. Não precisa de paredes ou grades para provocar os efeitos que eles sentem. Há uma barreira intransponível, não real, que faz com que o universo interno seja em última instância, intraduzível. Segundo Losicer (2002) o fechamento das instituições totais também é simbólico, na medida em que a experiência que se vive dentro é intraduzível e intransmissível para quem está fora. É o que acontece com a experiência da prisão, assim como em diversas situações concentracionárias. Isso é o efeito de confinamento. O sujeito, “conscientemente ou não, descobre que a sua experiência se torna inenarrável e é assim que ele fica simbolicamente confinado” (LOSICER, 2002, p. 189), independente do objetivo da concentração. Podemos entender essa afirmativa em dois exemplos de situação concentracionária: num campo de concentração e numa plataforma de petróleo. Primo Lévi (1988, p. 60) descreve um sonho que se repete, sobre a narração que os outros não escutam, a indiferença de seus familiares e amigos em relação aos seus relatos: “bem me apercebo de que eles não me escutam”. Apesar da grande diferença entre um campo de concentração e uma plataforma de petróleo, o depoimento de um embarcado é semelhante ao sonho de Lévi:

(...)Das outras vezes contava cada vez menos,até que parei de contar,quando me dei conta que ela não ía saber mesmo do mundo que eu vivia. Hoje [dois anos depois] sei que vocês, de terra, nunca vão nos conhecer de verdade... não dá para falar... (LOSICER, 2011, p.106).

A vivência da prisão também provoca o sentimento de que só quem vive pode saber; é o indizível.

Além da barreira ao mundo externo, o preso sofre humilhações, degradações. A privação da liberdade física provoca uma convivência forçada e permanente entre pessoas completamente diferentes entre si, estranhas umas às outras. E convive-se com essas pessoas muito mais do que se convive com qualquer um na vida livre. Mas embora não haja privacidade e a pessoa esteja sempre entre outros, existe um sentimento de solidão, de não ter com quem falar as questões mais íntimas, de precisar manter uma determinada imagem como defesa dentro do grupo. A dificuldade de convívio com o outro é problemático e fonte de muitos conflitos, mas também a relação consigo mesmo, com o seu outro. A mudança de papel agride o preso enquanto sujeito social - deixa de ser sujeito político, perde direitos;

alguns, que ocupavam lugar de poder e saber, passam a obedecer e seguir regras impostas. A imagem que o preso tem de si mesmo é colocada em questão a partir da prisão assim como a imagem que os outros - família, amigos, sociedade - terão dele. Segundo Nietzsche (1996), sob a realidade em que vivemos e somos, está oculta uma outra, diferente mas também aparência, como uma imagem onírica. Esse é o outro que existe em cada um. O preso se defronta com o seu outro, o outro que era e esqueceu, o outro que foi revelado à sociedade, o outro que cometeu um crime. Seria o outro do homem, como diz Vernant (1988, p.35), a extrema alteridade, o que se manifesta como diferença radical. Aí está a face de Gorgó (VERNANT, 1988, p.105), nosso Outro, nosso duplo, o Estranho no espelho. Mas essa imagem é mais e menos do que nós, pois não é simples reflexo; ao representar em sua careta o horror de uma alteridade radical, ela se apodera de nós e ao nos identificarmos com ela, nos tornamos pedra. Aí estaria também o risco do aniquilamento.

Há ainda que se considerar a luta de forças, a tentativa de disciplinarização, de assujeitamento do cárcere sobre o sujeito, sem esquecer que o que está dentro, está fora e portanto, o jogo de forças é anterior à prisão e a atravessa. Nesse sentido, a prisão se apresenta mais como uma zona limítrofe, de fronteira, do que um espaço de alteridade radical em relação ao espaço urbano. Reproduz-se entre os presos e entre estes e os funcionários, a discriminação que sofrem em relação aos que estão fora, à sociedade. Na prisão convivem a barbárie e a civilidade, em oposição e em interpenetração; também se aprende a tolerância.

Na tragédia, a deusa Ártemis trata de tornar as fronteiras, entre um e outro, permeáveis (VERNANT, 1988). A partir do momento em que Ártemis estrangeira se torna grega, sua função se inverte. Em vez de traduzir a impossibilidade de convívio entre o selvagem e o civilizado, ela passa a traduzir a capacidade da cultura de integrar e assimilar o outro, o estranho, sem tornar-se selvagem. O outro como elemento constituinte de si. Há uma convocação para que cada um se deixe penetrar pela diferença do outro. Exprime-se a possibilidade de convivência e enunciação do outro. Essa deusa trabalha com as dualidades, com o que se contrapõe. Ela consegue lidar com o mundo das divisões. Já Dioniso “representa, entre os deuses gregos, segundo a fórmula de Louis Gernet, a figura do outro, do que é diferente, desnorteante, desconcertante, anômico” (VERNANT, 2000, p. 144). Tendo Ártemis o poder de integração e assimilação e sendo Dioniso, no panteão grego, a figura do Outro, os gregos nos ensinam o valor e a importância da tolerância para a ideia da civilização.

Vemos entre os presos manifestações de união e solidariedade, afetos e também mudanças e transformações. Próprio de uma obra barroca, vemos na prisão “a íntima comunicação entre planos supostamente antagônicos” como o bem e o mal, vida e morte,

pulsão de vida e pulsão de morte, o sagrado e o profano, a profundidade e a superfície, o dentro e o fora, o sofrimento e a alegria, a esperança e o desânimo, o desejo de mudança e o de vingança, o impulso de transformação e o de repetição, num movimento de torção moebiana²³ (MAURANO, 2011, p.46). Fica aí caracterizado o modo como o inconsciente funciona, com sua estrutura de paradoxo, em que não se excluem as antinomias, ao mesmo tempo em que se demonstra sua relação dinâmica com a consciência. Esse mundo do paradoxo, “onde se acolhe a antítese, sem exclusões e sem sínteses, positivando a presença simultânea de elementos heterogêneos” (MAURANO, 2011, p.48), esse “fundo turbulento de profundas mudanças, contestações e reações” (MAURANO, 2011, p.64), é também o mundo da expressão e da obra barroca. O paradoxo é sempre tensão, se sustenta na manutenção da diferença, polaridade onde não há destruição de um pólo em relação ao outro.

Enquanto toda essa complexidade marca o dia a dia no cárcere, este como numa obra barroca que valoriza a percepção sensorial da realidade, reflete “um mundo impregnado de subjetividade” e tensão, com cor, perfume, sensação tátil (MAURANO, 2011, p. 48). Na prisão, a cor que predomina é cinza; o paladar é de uma comida “incomível”; o cheiro não é de perfume; a sensação tátil é de frio e aspereza, pois faltam roupas, colchões e água quente. Mas a percepção mais intensa é o barulho. Não dos gritos como os que Aquiles²⁴ emite antes do combate, ou a voz estridente do clarim que sacode de terror o inimigo (VERNANT, 1988); o som terrível, gutural que se ouve no cárcere, é o das grades e cadeados. Som desumano, que desperta angústia. É a confirmação de estar separado do mundo e da vida. Em vez do bater e ranger de dentes de Aquiles ou das serpentes, o que se ouve é o bater da “tranca” e o ranger das portas das celas. Sonoridades inquietantes integradas ao universo do cárcere, assim como ao que se ligam as Górgonas²⁵. Essas sonoridades infernais causam efeito de pavor, dando a sensação de um eco vindo de longe, talvez de um poder além-túmulo (VERNANT, 1988). Na prisão, assim como no Inferno, domínio da treva e do terror, os presos podem viver como se estivessem em estado temporário de coma, “privados de respiração e de voz”, como na morte (VERNANT, 1988, p.67).

²³ A banda de Möebius é “uma fita que se fecha em círculo, após se ter efetuado nela uma meia-torção.” Devido a essa meia-torção ela passa a ter apenas uma borda e uma face, “de modo que o lado direito reencontra o lado do avesso.” Como há uma continuidade dos dois lados, pode-se ir de um lado ao outro arrastando o dedo por um dos lados sem passar pela borda. (MAURANO, 2011, p. 47)

²⁴ Herói guerreiro da Grécia, personagem da *Ilíada* - poema épico de Homero.

²⁵ Deusas gregas mascaradas. A górgona Medusa ou Gorgó é um dos três poderes do além, junto com Dioniso e Ártemis. “A máscara monstruosa de Gorgó traduz a extrema alteridade, o temor apavorante do que é absolutamente outro, o indizível, o impensável, o puro caos: para o homem, o confronto com a morte que o olho de Gorgó impõe aos que cruzam seu olhar”, transformando todo ser vivo em pedra. (VERNANT, 1988, p. 12)

Da mesma forma que a obra barroca, a prisão indica que existe "Outra Cena" além do que é revelado aos "de fora", como num jogo de claro-escuro, sombrio-solar. A cena apresentada é, portanto apenas um recorte do mundo, que pode ser visto de outras maneiras (MAURANO, 2011).

O tempo parado, espaço limitado, cheiros, paladar, cores e o barulho das grades e cadeados marcam os sentidos, talvez para sempre.

Na prisão, o tempo não passa. A sensação é de que o tempo "para", pois se está "fora do mundo". Os dias se repetem, a "paisagem" é sempre a mesma. O espaço na prisão é limitado, impessoal e sem privacidade. Dificilmente a pessoa presa sentirá a prisão como sua casa.

A relação do sujeito preso com o outro, o horror da prisão, o isolamento, a opressão, ser excluído da sociedade para viver em outro mundo como um estrangeiro, como se estivesse em um país distante, são vivências de violência. Nesse contexto, na medida em que está confrontado a uma situação da qual não tem como sair por sua vontade, o sujeito pode chegar a seu limite e entrar em colapso. De fato, alguns presos tentam atenuar ou eliminar seu sofrimento, como nos indica o texto de Freud (1930/1987), através do uso de drogas lícitas - remédios que os fazem dormir o tempo todo - e ilícitas ou mesmo negando a realidade externa (FREUD, 1924/1987), como acontece em um surto psicótico; muitos entram em depressão ou atuam, reproduzindo a violência da rua e do cárcere.

Observando os presos de forma coletiva, vemos que eles reproduzem o que sofrem passivamente, pois também se vigiam e se controlam entre si. Nesse exercício de poder, exercem a opressão e a exploração uns sobre os outros e podem usar a violência, principalmente com os que desrespeitam os códigos de convivência. Freud já dizia (1930/1987, p.133) citando Plauto, que "O homem é o lobo do homem", ou seja, possui uma agressividade poderosa, que tenta satisfazer sobre seu próximo, explorando-o no trabalho, apoderando-se de suas posses, humilhando-o, fazendo-o sofrer, torturando-o e matando-o. Na prisão tem classes, tem hierarquia. Na prisão, herói e anti-herói se confundem. O mesmo homem que suporta bravamente o sofrimento é aquele que oprime e explora seu próximo, seu igual. "A tragédia aniquila, destrói o indivíduo". Maurano (2011, p. 43) cita Nietzsche (1996) para fundamentar essa afirmação. Segundo este autor (1996, p. 70), Dioniso é o herói que, quando criança, foi despedaçado pelos Titãs²⁶ e sofre por essa individuação, fonte e causa de todo sofrimento. Sendo um deus despedaçado, Dioniso tem uma duplicidade: a

²⁶ Os Titãs, na mitologia grega, são 12 deuses, filhos de Urano (deus que representa o Céu) e Gaia (deusa que representa a Terra). Nasceram no início dos tempos, sendo ancestrais dos deuses olímpicos.

natureza “de um cruel demônio embrutecido e de um brando e meigo soberano”. Como o herói das tragédias, o preso também “é aquele que excede, que ultrapassa as medidas. A ética que o rege não é certamente aquela que prima pela referência à interdição moral, à vergonha ou à piedade.” (MAURANO, 2011, p. 44). No entanto, os presos também são capazes de criar alternativas para não enlouquecer e dar sentido ao que vivem, nesse caso, ultrapassando as medidas num sentido positivo, o que nos leva a refletir com Calvino (2005, p. 150):

O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas: aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas: tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno e preservá-lo, e abrir espaço.

No inferno do cárcere, o exercício de poder, por exemplo, ao mesmo tempo em que pode ser usado como instrumento de opressão, pode representar um modo de pensar autônomo e criativo de resistência aos efeitos da prisão e ao poder superior do sistema prisional. Na convivência forçada entre eles, os presos criam um mundo próprio, uma rotina, inventam formas de pensar, de se relacionar e de se inserir no tempo e no espaço; criam internamente língua, códigos, leis, como se fosse um Estado. São os “códigos simbólicos de convivência”, que dominam as relações intersubjetivas na prisão, como nas instituições em que há um “isolamento social coletivo” (LOSICER, 2009).

Podemos constatar esses códigos de convivência ao ler o relato de Carlos Amorim (1993, p. 54), em seu livro “Comando Vermelho”, sobre a história dessa facção do crime, na prisão: “[...] Cada um dos grupos ou falanges tinha uma estratégia própria, um código interno de ‘leis’, normas de conduta e outros modelos de identificação”.

Deleuze (2008) afirma que existe nas instituições um movimento distinto das leis e dos contratos, sendo as criações coletivas o que considera interessante. É o que nos mostra Amorim (1993, p. 97) sobre o Comando Vermelho, que criou dentro do cárcere um funcionamento alheio às regras da instituição:

Algumas iniciativas práticas são verdadeiros sucessos. O Comando Vermelho funda e controla o Clube Cultural e Recreativo do Interno (CCRI), entidade única na história do sistema penal no país. O grêmio administra uma cantina onde os presos sem recursos podem comprar fiado, do cigarro à cachacinha e – dizem – até a maconha. Dinheiro emprestado não é problema para os membros da organização, que preparam uma caixinha, um fundo de aplicações que recolhe contribuições voluntárias.

Também os presos políticos em Ilha Grande criavam sua estratégia, como escreve Amorim (1993, p. 65):

[...]Os quadros das organizações de esquerda tentavam formar um grupo diferenciado dentro da cadeia, mantendo as características das estruturas de militância que trouxeram da rua. Ou seja: tinham secretários, dirigentes, tarefas internas, obrigações políticas. A ideia era reproduzir dentro do presídio o modo de vida típico do revolucionário, sustentando a tradição que vinha desde o 'ano vermelho' de 1917. [...] A postura de resistência como um grupo diferenciado garantia algum reconhecimento internacional e alargava o caminho da anistia.

Esse ato coletivo e criativo de resistência pode ser entendido como a luta dos presos para se manterem íntegros, manterem sua sanidade. Quando os indivíduos ou as coletividades escapam dos saberes constituídos e dos poderes dominantes, ao se constituírem como sujeitos, sob diferentes formas, pode-se dizer que são processos de subjetivação (DELEUZE, 2008).

Nesses processos que geram sujeitos singulares, percebemos a importância da palavra para a subjetividade. A prisão tem a missão de controlar ou destruir a potência do pensar, de calar a palavra, ameaçando a subjetividade de cair num vazio. A queixa de não ser escutado é comum entre os presos, sua palavra é desacreditada pelos administradores, deixa de ser sujeito de sua fala. Mas através das criações, que podem ser coletivas ou individuais, os presos contornam o vazio, o nada, representado no risco permanente de aniquilamento (MAURANO, 2011).

A angústia de não encontrar uma escuta gera silêncios e "não-ditos"; a ausência de um ouvinte aniquila o relato (JELIN, 2002). Para Jelin (2002), o temor de não ser compreendido provoca silêncios e as situações traumáticas provocam rachaduras na capacidade narrativa, na medida em que não é possível dar sentido ao acontecimento, em que não se encontram as palavras para expressá-lo e representá-lo. Nessas situações, em que não existem espaços sociais para circular a memória, necessários para elaborar a experiência traumática, as pessoas podem sentir-se isoladas, vivendo a sua dor numa repetição ritualizada, sem conseguir elaborá-la socialmente. Segundo Farias (2008, p. 107), “a experiência traumática transborda os limites da capacidade mnêmica no que concerne ao registro das experiências vividas, tornando-as indizíveis e impossíveis de serem apreendidas no campo da significação”. Frente ao trauma, o homem precisará produzir um sentido a fim de ser agente de sua história. A construção de uma memória criativa pode dar uma significação a essas vivências, ao reconstituí-las, o que implica uma atitude ativa-reflexiva do sujeito.

A escuta e acolhimento do psicólogo, sem julgamento, de acordo com sua ética profissional de inclusão e não de exclusão, de ouvir e respeitar as diferenças e não segregar e a intervenção do psicanalista, que trabalha com a escuta do “não-dito”, podem permitir ao preso, afetado de forma radical na sua subjetividade pela interdição de sua palavra, a “des-interdição” da mesma (LOSICER, 2009). O psicólogo/psicanalista pensa com o sujeito, provocando a reflexão e levando-o a responsabilizar-se pelo seu ato, o que significa dizer, implicar-se com o seu ato e suas consequências.

Mas a escuta de um outro, seja ou não o profissional psicanalista, pode abrir e estimular o ato de pensar, de resgate e construção da memória como produção do novo, como possibilidade de liberdade, ainda que no cárcere.

Segundo Jelin (2002), no processo de quebrar silêncios, é central encontrar alguém com capacidade de escutar, uma presença ativa e não obstrutiva. A recepção de palavras e atos, para quem transmite, é um ato de reconhecimento outorgado socialmente pelo grupo ou instituição a qual se dirige. Esse processo está relacionado à “memória como construção social narrativa” (JELIN, 2002, p. 35). O ato de produzir uma narrativa e escutá-la consiste num processo através do qual se constrói uma nova “verdade”. No ato de compartilhar, de narrar e escutar, a experiência e a memória individuais se manifestam e se tornam coletivas. Jelin (2002, p. 26) cita Enriquez para dizer que essa memória narrativa implica em construir um “compromisso novo” entre o passado e o presente.

Assim, o ato de pensar irrompe, seja de modo espontâneo, na relação com o outro, no confronto com a diferença, na solidão ou através da leitura, da participação em grupos de debate, de palestras, da escuta analítica do psicólogo (psicanalista) e da religião. Pode ser uma ideia, um plano, um projeto, uma escrita, uma descoberta. Pode ser a consciência de si, um encontro ou reencontro consigo mesmo.

Projetos, poemas, livros, teatro, música, arte, reflexões, organizações, consciência, surgem como fênix a partir da dor, da revolta, provocados pela violência do confinamento, como processos de singularização, de resistência aos efeitos totalizantes do cárcere. Dessa forma, o aprisionamento força a pensar, levando o preso, criminoso ou não, a buscar um sentido para sua experiência.

Porém devemos considerar que outras forças, além da prisão, calam a palavra. E paradoxalmente, pode ser justamente na prisão que ela seja libertada. Pois, supondo que alguém esteja vivendo numa atuação compulsiva²⁷, ao parar o ato, por estar confinado, pode

²⁷ O que estou chamando aqui de atuação compulsiva é quando o sujeito passa do estado inconsciente ao ato, ou seja, quando coloca em ato pulsões, desejos e fantasias, repetidamente.

desencadear o ato de pensar. Assim, poderíamos pensar numa passagem do ato para a palavra, da atuação para o ato de pensar, indicando a possibilidade de se penetrar num novo mundo simbólico. A psicanálise, sendo a terapia da palavra, na medida em que “restaura a ideia de que o homem é livre por sua fala” (ROUDINESCO, 2000, p. 9), pode ser um facilitador para essa passagem, mas também na leitura, no debate e até na religião, o preso pode encontrar a palavra que lhe dê um sentido. Conecta-se com um novo eu pensante. Entra em outro universo simbólico diferente do progresso. É um novo eu, é uma subjetivação.

Foi o que aconteceu com João Guilherme Estrella, que passou pela prisão por tráfico internacional de drogas e pelo manicômio judiciário, por ser também usuário dependente. Na situação de confinamento, saiu da atuação para a reflexão, segundo o relato de Guilherme Fiuza em seu livro “Meu nome não é Johnny” (2005, p. 243):

Até que aquela situação de privação tinha o seu lado bom. Passara os últimos dez anos (ou seriam quinze?) entre namoros, casamentos e casos, quase sempre entrelaçado com alguém, fora as demandas frenéticas da vida social, amigos etc. Só na prisão foi notar que mal olhava para dentro de si, que nunca parava para refletir, para pôr a vida em perspectiva – o pensamento vinha sempre na garupa da ação.

O uso compulsivo de drogas, que para alguns presos representa uma fuga da realidade indesejada, para outros é sentido como uma prisão da qual querem se libertar. Para João Guilherme, a privação das drogas representou mais consciência de si:

[...] O afastamento do álcool e das drogas tinha sido um capítulo decisivo nessa depuração de consciência. [...] A prisão acabara sendo um passaporte para aquele estado mental mais *clean*, que não experimentava há tanto tempo e que o fazia enxergar-se melhor. Fisicamente se sentia outro. [...] e, para ajudar a manter a cabeça boa, vinha cumprindo uma rotina de exercícios físicos como nunca fizera na vida. (FIUZA, 2005, p.243)

Também “sua criatividade parecia favorecida pelo estado mental mais concentrado e interiorizado que adquirira na prisão” (FIUZA, 2005, p. 244).

Farias (2010, p. 162) aponta para uma relação entre o aniquilamento subjetivo e a impossibilidade de expressão pela palavra. Segundo ele, a Psicanálise aposta na produção de uma escrita para levar o sujeito a uma reflexão de suas experiências, sendo interrompida a cadeia de atos. A escrita seria uma retratação do sujeito relativa à sua vida, tendo um valor significativo para aquele que cometeu um crime, na medida em que o dizer sobre o seu ato pode sobrepujá-lo. Assim, se houver possibilidade de expressão pela palavra, a condenação pode representar um freio ao gozo e promover, “num ato de invenção”, o engajamento desse sujeito onde sua palavra possa circular, ainda que seja escrevendo a partir ou sobre o crime.

Na apresentação do livro “Memórias de um sobrevivente”, escrito por Luiz Alberto Mendes, conhecido como “o Professor” por detentos e funcionários do Complexo Penitenciário do Carandiru- SP, Fernando Bonassi (apud MENDES, 2009, p. 3) escreve:

Se é sabido que a palavra empenhada é muito forte num presídio, é bom saber que a palavra escrita também o é. Cartas, diários, poemas... embora “aqui fora” raramente nos interessemos por essas manifestações, elas representam, se não o único, o principal meio de reflexão e expressão do mundo afetivo e espiritual de milhares de brasileiros postos para mofar nas nossas cadeias.

Amorim (1993, p. 72) também mostra a importância da palavra e da escrita:

Os presos comuns do ‘fundão’ tiveram contato também com textos clássicos da literatura marxista.[...]Os prisioneiros políticos empregavam nesses grupos um método definido:alguém era escolhido para ler um capítulo e fazer depois um relatório em voz alta – a seguir, havia uma discussão coletiva. Muitas vezes, os presos comuns da Galeria LSN²⁸ entravam nos grupos. Outras vezes, organizavam eles mesmos a discussão. Sobre isso há um depoimento inquestionável: o primeiro e mais importante líder do Comando Vermelho, William da Silva Lima – o Professor, diz que leu muitos livros na cadeia. Como nessa história todo mundo escreveu memórias, William não ia ficar de fora. O fundador do Comando Vermelho publicou Quatrocentos Contra Um – Uma História do Comando Vermelho, pela Editora Vozes.

Foucault, em *Microfísica do Poder* (1979, p.79), afirma que existem inúmeros testemunhos nas prisões da prática de escrever sua vida, lembranças e o que lhe aconteceu. Conta que um filantropo que percorreu muitas prisões, “fez os detentos escreverem suas memórias”, tendo publicado alguns fragmentos. Médicos e juízes fizeram o mesmo, devido a essa curiosidade, que só surgiu no século XIX, a respeito do indivíduo que cometeu um crime.

Mas independente de haver ou não um ato criminoso, a expressão pela palavra é fundamental para quem está confinado e afastado do mundo.

Segundo Monasta (2010), vários intelectuais italianos que tiveram importância na história europeia produziram na prisão ou no exílio, o melhor de sua obra. Tommaso Campanella (1568-1638) escreveu *A Cidade do Sol* - a primeira “Utopia” italiana - durante os vinte e sete anos em que esteve preso. Antonio Gramsci escreveu os *Cadernos do Cárcere*, texto sobre a função educativa e política dos intelectuais, considerado o mais importante produzido sobre o assunto, que lhe rendeu o mais prestigioso prêmio literário da Itália - “Prêmio Viareggio”- e a reputação de um grande pensador e educador italiano.

²⁸ A Galeria B do Instituto Penal Cândido Mendes, em Ilha Grande, era conhecida como Galeria da Lei de Segurança Nacional – LSN - ou “fundão”, onde ficaram, entre 1969 e 1975, presos políticos condenados por atividades revolucionárias e onde “estavam os presos comuns condenados por crimes previstos na LSN, como assaltos a bancos, joalherias e instituições financeiras”(AMORIM, 1993, p. 46).

Para Albert Camus²⁹ (apud SILVA BARBOSA, 2001, p. 16), em seu artigo *O artista na prisão*, as verdadeiras obras de arte de Oscar Wilde³⁰ foram *De Profundis* e *A Balada do Cárcere de Reading*, “ditadas pelo sofrimento e pela compaixão” daqueles que estiveram com ele no cárcere de Reading. Essas obras nasceram da reflexão de Wilde sobre sua condição após o golpe que sofreu e tudo que perdeu (SILVA BARBOSA, 2001). Afirma Silva Barbosa que escrever significaria dar sentido a esse sofrimento de que fala Wilde (2002, p. 4) em *De Profundis*:

Mas embora houvesse momentos em que me alegrava ante a ideia de que meus sofrimentos jamais teriam fim, não podia suportar o pensamento de que não tivessem qualquer sentido. Agora encontro, oculto em algum lugar de mim mesmo, algo que me diz não haver nada neste mundo que não tenha sentido, menos ainda o sofrimento. E esta coisa que descobri em mim, como um tesouro enterrado no campo, é a humildade.

Wilde (2002, p. 10) parece encontrar no sofrimento a força para resistir e encontrar o *novo* na vida e na arte:

Vejo novos progressos, tanto na vida quanto na arte, constituindo-se cada um deles numa nova forma de perfeição. Desejo viver para poder explorar o que é para mim nada menos do que um novo mundo. Quer saber qual é esse novo mundo? Creio que é capaz de adivinhá-lo: é aquele em que tenho vivido – o sofrimento, e tudo aquilo que ele pode ensinar, é o meu novo mundo.

Segundo Deleuze (1999) a obra de arte e o ato de resistência têm uma importante afinidade. A arte seria o que resiste. Cita várias obras em que o ato de fala, seja uma música ou um romance, é um ato de resistência. O ato de resistência é humano e um ato de arte. Seguindo André Malraux³¹ (DELEUZE, 1999, p. 13), que diz que a arte “é a única coisa que resiste à morte”, Deleuze diz que só “o ato de resistência resiste à morte”. Esse ato pode ser uma obra de arte ou uma luta entre os homens.

Inventar uma possibilidade de vida, manifestar a criação de uma saúde no delírio, é o principal objetivo da literatura, segundo Deleuze (1996). A literatura seria uma iniciativa de saúde, pois o escritor goza de uma saúde que é fruto do que ele vê e ouve a respeito das coisas, que podem ser pra ele, excessivas, muito fortes, irrespiráveis e que, no entanto, lhe concedem devires. Na língua, a literatura traça um tipo de língua estrangeira, como diz

²⁹ Escritor, romancista, ensaísta, dramaturgo, filósofo, jornalista, militante político francês, nascido na Argélia (1913- 1960). Ganhou o Prêmio Nobel de Literatura de 1957.

³⁰ Escritor e dramaturgo irlandês (1854 -1900).

³¹ Escritor e diretor francês (1901-1976).

Proust³² (DELEUZE, 1996, p. 11), “um devir-outro da língua” que escapa do poder dominante como uma linha mágica.

Para Deleuze (DELEUZE E PARNET, 1998, p.35) “escrever é traçar linhas de fuga”, sobretudo se a escritura não é oficial, não está associada à ordem estabelecida, uma vez que as linhas de fuga são formas de avançar ou de atacar; elas criam devires. No ato de escrever se é capturado, na medida em que a escritura é “um encontro entre dois reinos” (DELEUZE E PARNET, 1998, p.36) que se desterritorializam; entre uma criação e uma destruição está o fluxo, intensivo, mutante, que se conjuga com outros fluxos. A escritura se conjuga com seu próprio devir. A razão para escrever estaria em trair seu próprio reino, seu sexo, sua classe, pois trair é criar e para isso, é preciso desaparecer, perder seu rosto, ultrapassar o muro ou furá-lo. O ato de escrever é um ato de vida, é fazer dela algo além do pessoal, para liberá-la aí onde ela está aprisionada e do que a aprisiona. Uma obra sempre traça “um caminho entre as pedras”, indicando uma saída para a vida, pois “criar não é comunicar mas resistir” (DELEUZE, 2008, p.179).

Antonio Negri, cientista social e filósofo italiano, foi condenado a 13 anos de prisão, por razões políticas. Começou a escrever *Jó, a força do escravo*, sobre o livro bíblico de Jó³³, no quarto ano de prisão, por volta de 1982, 1983. Negri (2007, p. 7) dedicava-se “à reflexão sobre o sofrimento” como forma de resistência:

A situação em que me encontrava era realmente desesperadora: já estava havia um bom tempo trancado, unicamente por razões políticas, em uma prisão de segurança máxima; realmente não via como encontrar uma saída. Buscava na análise do sofrimento uma chave para resistir. Uma vez superada a ilusão de que é possível defender-se diante de um poder absoluto, o problema transformava-se em não mergulhar intelectualmente na dor e na miséria da prisão e em desenvolver uma leitura adequada da repressão que permitisse, justamente, resistir e interpretar a própria derrota política como crítica do poder.

Segundo Deleuze (DELEUZE E PARNET, 1998, p.50), no mundo em que vivemos, tanto as pessoas quanto os poderes estabelecidos nos comunicam afetos tristes, com o fim de diminuir nossa potência de agir e nos fazer escravos. Eles têm mais interesse em nos angustiar do que nos reprimir.

Através da leitura e da escrita, Negri (2007, p. 15) analisou, na prisão, os poderes que nos sujeitam e escravizam:

³² Valentin Louis Georges Eugène Marcel Proust (1871— 1922), escritor francês.

³³ “O *Livro de Jó* é um livro sagrado e, ao mesmo tempo, um grande livro poético (...) de um lado, o drama litúrgico da mais sublime teologia, do outro, a história materialista da libertação do homem.” (NEGRI, 2007, p. 19). O livro de Jó é um dos livros do Antigo Testamento cujo tema central é a relação entre o homem e Deus. É na pobreza e na marginalização que Jó vive a experiência de Deus.

Spinoza foi minha outra grande leitura na prisão. Ora, Spinoza começa onde Jó termina: Spinoza começa vendo Deus, isto é, justamente onde Jó termina o seu caminho. Tratava-se, portanto, de insistir em um corpo a corpo análogo ao de Jó com Deus: mais uma vez nós éramos, de fato, Jós que se batiam contra os poderes que dominavam o mundo e o escravizavam, contra a miséria à qual a dominação dos mais fortes e dos mais cruéis nos sujeitavam.

“Não é fácil ser um homem livre”, ou seja, entre outras coisas, “aumentar a potência do agir (...) multiplicar os afetos que exprimem ou envolvem um máximo de afirmação”. Deleuze sugere que ser livre seria “fazer do corpo uma potência que não se reduz ao organismo, fazer do pensamento uma potência que não se reduz à consciência.” (DELEUZE e PARNET, p. 51).

Negri (2007, p. 8) também buscava um caminho de libertação na prisão:

(...) não se tratava apenas de compreender, mas também de descobrir como construir um caminho de libertação (...) Libertação dentro de uma prisão e no exílio, no absoluto do poder (...) Como seria possível seguir o caminho de Jó e buscar a libertação?

Ele (NEGRI, 2007, p.21) mostra a atualidade de Jó, associando a ideia da libertação à ideia de criação, de criar um mundo novo:

Desçamos, portanto, com Jó, ao ponto mais profundo da criação; remontemos com ele até o ponto mais alto da experiência ética – lá onde ele se defronta com o próprio Deus. A atualidade do trabalho de Jó está toda aqui: no saber construir – radicalmente – um mundo novo, um mundo divino. Jó não resgata, mas liberta, constitui. A ideia da libertação é uma ideia de criação.

Na mesma direção de Deleuze, que escreve sobre o ato de resistência como aquele que resiste à morte, Negri (2007, p. 150) afirma:

O antagonismo da vida e da morte resolve-se a favor da vida. (...) O fundo não se modifica. É sempre dominado pelas grandes forças da destruição e da morte. Mas o homem se reorganiza para resistir-lhes, resistir a esse morbo. A criação é ir além da morte. *A criação é o conteúdo da visão de Deus.* A criação é o sentido da vida.

A potência da vida e a alegria da criação estão no cerne da constituição de um novo ser, como analisa Negri (2007, p.153), para além da dor da existência:

Só nos interessa, portanto, legitimar a “visão” de Jó do ponto de vista da prática, ou seja, como experiência criativa. A “visão” de Jó modifica, transforma, inova o tecido ontológico do mundo na prática, isto é, através de um agir de imediata relevância ontológica. A “visão” de Jó é como uma explosão, uma luz intensíssima que ilumina o existente, que afasta a escuridão ainda presente em suas margens, que torna a vida potente. Não realiza a potência – mas torna a potência potente. O que se acumula não é a dimensão finalista do agir, mas a sua energia potencial. A “visão” de Jó é a verdade do existente, ou seja, uma verdade que se faz, que admite, que se incrementa, que se desenvolve no ritmo da constituição do “novo” ser. “Ver” é um ato, um ato que

não encerra, mas desenvolve a potência, que a reproduz, que a reinventa enquanto potência. É essa incrível potência ontológica, absolutamente entrelaçada à prática, que o *Livro de Jó* nos mostra em movimento. Uma série de explosões ontológicas – este é o horizonte que se liberta além da dor da existência. E muitas vezes em seu nome. (Pois, de fato, no momento em que quiséssemos estabelecer uma comensurabilidade entre existência e valor, ela não poderia ser determinada segundo o ritmo do mérito e numerada sob o selo da distribuição igualitária, mas sim sob o selo do desespero, da crise e, portanto, da alegria da criação.)

Não só para Jó, mas também para Negri, é possível a libertação. Para Jó, através da “visão”, para Negri através do ato de escrever. Literatura é saúde, é invenção. Atos de arte são atos de resistência e vice-versa. Assim, na prisão, lugar inóspito, a vida se potencializa e transforma.

O depoimento de um preso, no Rio de Janeiro, mostra a relação da arte, da literatura com a saúde mental. Segundo Farias (2010, p. 70) esse preso se refere a escritos denominados por ele memórias de sua vida, os quais lhe interessa que sejam publicados, por considerar importante as pessoas saberem o que é a vida no cárcere. Sua ideia é que essa autobiografia do sofrimento seja um testemunho para a humanidade:

Aquele material que mostrei pro senhor, eu vou passar tudo pro computador. [...] Eu acho que mais tarde eu vou escrever alguma coisa. O que se faz pra dar início a um livro? Depende de muitas coisas. Penso em escrever um livro. [...] Quando eu sair daqui eu vou me dedicar à música. É uma terapia maravilhosa. É muito bom pensar em coisas boas. A gente até esquece que vive nesse lugar medonho e assustador onde a vida vale nada ou quase nada.

É assim que muitos presos vão buscar uma palavra ou inventá-la, a fim de dar um sentido ao vivido. Amorim (1993, p. 97) nos mostra a força da palavra, em seu livro sobre o Comando Vermelho: “A didática do grupo é quase infalível. Conversa no pátio, conversa nos corredores, conversa nas celas. A força da palavra em primeiro lugar – mas a força mesmo sempre disponível”.

Porém, é importante que se esclareça, a palavra não é necessariamente falada; pode surgir e se manifestar no silêncio, na solidão, num momento de reflexão, na leitura, como constatamos nos depoimentos dos presos. Um deles parece ter encontrado sua força de resistência à dura realidade, nos livros, na escrita, na mitologia: “Não me acostumei ainda. É muito difícil. Passo o meu tempo escrevendo, lendo livros e jornais. Tem um livro de mitologia que eu gosto muito.” (FARIAS, 2010, p.86). Outro inventou sua forma de resistir criando o próprio mundo no isolamento, no silêncio, no trabalho e nos livros. Diz ele:

[...]Procuo não conversar com ninguém. Vou pra minha cela e fico calado. Saio do meu trabalho e vou pra lá. Faço trabalho artesanal, leio livros. Procuo ficar na minha e não me envolver. Enquanto eles tão planejando as coisas eu finjo que nem

tou ouvindo. Muitas vezes eu tou lendo e nem escuto o que eles conversam. Eu leio muitos livros. (FARIAS, 2010, p.61)

Cada um vai encontrar a sua forma de lidar com a realidade do cárcere. Pautada no pensamento de Foucault, Gondar (2003, p. 34) nos mostra que indivíduos e coletivos podem se relacionar, singularmente, com as regras que são estabelecidas pelo poder, “constituindo processos de criação de si” que escapam ao que foi estabelecido, resistindo à produção de subjetividade dos códigos e dos poderes. Porém, ao invés de opor uma força à força do inimigo, a fim de enfrentá-lo, “dobra-se a própria força que assujeita”, como resistência e criação do novo, para além do assujeitamento.

Pode-se entender que foi essa força de resistência que ajudou a criar a facção criminosa Comando Vermelho, como nos mostra Carlos Amorim (1993, p. 76):

A prisão da Ilha Grande não nega ser uma das piores do mundo. Foi exatamente trabalhando sob essas inimagináveis condições de vida que ele [William da Silva Lima, o Professor] e seus companheiros conseguiram construir o alicerce de uma organização que se tornaria mais poderosa que o próprio sistema penitenciário. “Da primeira vez”, disse o Professor, “não suspeitava que, anos depois, da resistência a essa situação começaria a nascer na Ilha Grande um novo estado de espírito entre a massa carcerária.” A união dos presos comuns para resistir ao clima geral de barbaridade no Instituto Penal Cândido Mendes tinha uma base objetiva: sobreviver. Para não morrer, para não ser roubado pelos grupos já existentes, para continuar “vivendo como homem” era preciso reagir.

Ao dobrar a força sobre si mesma, gestamos uma memória para além da que é gestada em nós, uma memória do futuro, pois que é possibilidade de criação (GONDAR, 2003).

É o que nos revela o relato de Negri (2007, p.15):

Era preciso ter, ao contrário, uma grande força para reconhecer (e cada reconhecimento, naquele momento em que ainda estávamos na prisão, era como um ato de força imposto ao futuro) que a crise não somente era real, mas constituía um novo campo de luta e de reconstrução do ser.

Para Nietzsche, a memória não é uma condição natural, e sim criada socialmente. Pode surgir de castigos, confrontos, sangue, tortura, violência (BARRENECHEA, 2005). Nietzsche (1877, p. 21) radicaliza: “Quanto sangue e quanto horror há no fundo de todas as ‘coisas boas!’”. Apolo mostra como o mundo do tormento é necessário para a redenção e exige o autoconhecimento (NIETZSCHE, 1996). Assim, a opressão pode gerar memória e consciência. Na ótica de Platão retornar à sua origem, ao passado essencial, através da memória, é libertador. Lembrar nos restitui a verdade, tendo valor vital. Mas segundo Barrenechea (2005), numa concepção mítica arcaica, para lembrar do essencial, o poeta

deveria esquecer o presente. Já para habitar o presente e dar lugar ao novo, à criação, a condição fundamental é esquecer o que ficou para trás. E com a sua potência aumentada em função das condições atuais, a memória aponta para o porvir, tendo uma participação ativa na sua construção (GONDAR, 2003). É dessa forma que a perspectiva conceitual da memória social põe em jogo o ato de recordar - interpretar hoje, o que foi vivido - e um futuro, pois é também escolher o que vale ou não ser lembrado, o que se quer viver; “ela desenha um mundo possível” (GONDAR, 2005, p. 17). A memória é uma construção que nos conduz a reconstruir o passado a partir do que questionamos de nós mesmos no presente e é produzida com base em nossas relações e valores. No presente, pensa-se o passado em função do futuro que se quer alcançar. A memória se articula com o que “nos afeta, que nos surpreende, que nos permite apostar em um outro campo de possíveis.”(GONDAR, 2005, p. 25). E o que nos afeta, o que nos impressiona ou nos marca, pode ser um encontro, uma palavra, uma experiência singular.

Ao se referir à prisão, Negri (2007, p.13) revela a intensidade dessa experiência para ele: “Hoje, ao rever esse momento, percebo o quanto ele está ligado, de um lado, à pesada experiência da prisão (...)”.

A prisão é uma experiência singular que afeta o preso. Quando a vivência atual, no cárcere e na relação com o outro – a situação de confinamento, o jogo de forças envolvidas no estar preso – produz o ato de pensar, surgem várias interrogações sobre passado, presente e futuro, que parecem às vezes, não se diferenciar. O que atravessa os três tempos é a busca de um sentido para essa experiência de estar aprisionado, para além do ato cometido. Nesse momento, o preso ressignifica o passado, reflete sobre seu futuro e projeta a vida que quer viver (GONDAR, 2005), confrontando seus valores e hábitos com a possibilidade de se reinventar. A criação de novas formas de pensar e existir pode constituir a memória, fazendo com que essa experiência da prisão seja vivida como um encontro consigo mesmo, ou mais ainda, seja vivida como “a força consigo”, uma abertura para outros caminhos.

Para “colocar mais luz sobre a construção do que sobre o já construído” (GONDAR, 2005, p.20), devemos pensar o tempo de um novo modo, que podemos chamar de devir, um tempo que é permanente alteração, puro processo e que está sempre em tensão, pois aí encontramos os jogos de força e o calor das lutas. A origem e o fim, os pontos de partida e de chegada não importam tanto, pois os confrontos, as lutas e a criação acontecem no durante. O tempo como devir é “diferenciação permanente daquilo que é, emergência ininterrupta do novo e da mudança.” (GONDAR, 2008, p.92). Sendo o devir esse fluxo de diferenciação

permanente, o surgimento de novas formas se dá no tempo e pelo tempo. Essa concepção da memória como processo implica em invenção e produção do novo.

As ideias de construção e de processo também estão presentes em Jelin (2002). Para esta autora, o tempo pode ser concebido de forma linear e cronológico – passado, presente e futuro. Mas quando se introduz os processos históricos e a subjetividade, os sentidos da temporalidade são diferentes: a experiência passada e as expectativas futuras são construídas no presente. As experiências de um momento determinado podem modificar-se posteriormente, ao se superporem a outras, vividas pela própria pessoa ou transmitidas por alguém. São os processos de significação e ressignificação subjetivos. Também são dimensões dessa complexidade a multiplicidade de tempos e sentidos e a transformação constante de processos históricos, conjunturas, cenários sociais e políticos, que modificam a forma de compreender a experiência passada e de construir expectativas futuras, o que faz referência a uma temporalidade futura. Em função dessas expectativas, memórias, silêncios e esquecimentos são ativados no presente. Mais que uma recordação, toda memória é uma reconstrução inscrita numa representação do tempo e do espaço construída socialmente. Assim, a noção de passado e presente varia de acordo com a cultura e é historicamente construída. Para Pollak (1992), a memória é construída, social e individualmente, consciente e inconscientemente, em função das preocupações do momento. Jelin, (2002, p. 39) citando Ricoeur, diz que enquanto o futuro “é aberto, incerto e indeterminado”, o passado é “de-terminado”, não se pode mudar. Mas o sentido desse passado pode mudar em função de outras interpretações e expectativas futuras.

Quando muda alguma coisa na ordem do sentido, podemos dizer que isso é um acontecimento, que afeta a subjetividade, inserindo no sujeito a diferença. O acontecimento marca um corte no tempo, interrompendo-o e fazendo com que este retome em um plano diverso, o que torna o tempo do acontecimento indefinido. Na concepção de Deleuze, o tempo está associado ao sentido (ZOURABICHVILI, 2004). Esse tempo é *Aion*, que se opõe a *Chronos*, o tempo cronológico ou sucessivo. Segundo Zourabichvili (2004) a distinção de *aion* e *chronos* é reabilitada por Deleuze a fim de pensar a temporalidade paradoxal do acontecimento.

Para Deleuze (1968) os presentes antigo e atual não se sucedem no tempo. O atual representa o antigo e a si próprio numa dimensão a mais. O presente atual, ao mesmo tempo que se reflete, forma a lembrança do antigo. É assim que a reflexão tem uma dimensão a mais em relação à reprodução, como a consciência tem em relação à lembrança. Todo presente

passa para dar lugar a um novo presente, devido ao passado ser seu próprio contemporâneo como presente.

Rudger Klinger (2008) pensou sua própria história através do livro que escreveu sobre o tempo que viveu na prisão: *Memórias do submundo*. Ele nasceu em Nuremberg, Alemanha em 1964. Turista no Rio de Janeiro, resolveu traficar cocaína para a Alemanha. Foi preso na primeira tentativa, no aeroporto do Rio de Janeiro, em 24 de dezembro de 1984, aos 20 anos. Ele escreve: “Naquele tempo, eu aprendi muito sobre mim e a vida. Principalmente, quão pouco era necessário para existir” (KLINGER, 2008, p. 111).

Quando presos, de diferentes classes sociais, questionam seus valores e chegam à conclusão que “a vida do crime é uma ilusão”, como é frequente se ouvir, podemos perceber essa expressão como fruto de uma reflexão e conscientização. Essa simples frase traduz uma mudança na relação do preso que cometeu um crime com o tempo, com a memória e com sua própria vida. A “ilusão” a que eles se referem nos remete também a um modo de subjetivação predominante na nossa sociedade, em que o poder e o valor de cada um estão diretamente vinculados à ideia de possuir coisas materiais. Segundo Farias (2008), no mundo atual, vive-se no regime do excesso, do efêmero, o que nos coloca frente à depressão, consequência do vazio de sentido. Valoriza-se muito mais o que se encontra fora do que os aspectos internos do homem.

O seguinte depoimento é um exemplo:

Porque depois que a gente faz uma besteira, tem que arrumar alguma coisa pra fazer pra não continuar no mundo do crime e também pra se esquecer das vantagens que o crime dá: dinheiro, mulher bonita, restaurante e carro. Mas tudo é uma grande ilusão porque dura pouco. (FARIAS, 2010, p.63).

Uma letra de música funk – Deus me Perdoa - de Menor do Chapa e MC Maiquinho, também expressa essa ideia ao retratar um homem do crime que está preso; eis alguns trechos:

(...)
 Dinheiro fácil nem sempre é bom
 Mundo das drogas não passa de ilusão
 Cheio de malote, eu nunca ligava
 Se ganhava 5 mil pegava tudo e gastava
 (...)
 Me entreguei e hoje estou aqui dentro
 (...)
 Mas eu só quero a minha liberdade
 E me livrar do caminho da maldade
 Mas eu só quero o seu perdão, me perdoa
 Vida do crime é ilusão (4x)
 Ela é longa mas não é perpétua
 Vida do crime é ilusão

Vamo estudar
 A autoestima é o que você precisa pra
 vencer na vida
 Vamo lutar por um futuro melhor

A percepção de que “tudo é uma grande ilusão” permite ao preso romper com o estabelecido e se libertar para pensar de outra forma. Segundo Gondar (2005, p. 24), Foucault chama de memória “às práticas ou processos de criação de si que rompem com os modos de subjetivação predominantes em um campo social”. Foucault “investe sobre o que se singulariza, se diferencia, o que resiste aos hábitos e às coerções sociais” (GONDAR, 2005, p. 24). A autora ainda complementa que, para ele, construção de subjetividade e construção de memória são sinônimos, o que significa que memória e poder estão em relação, não podem ser separados. A memória pode ser um instrumento de poder, o qual está presente em todas as relações. Estando o poder em toda a parte, onde a subjetividade teria autonomia? Gondar esclarece que Foucault desloca o eixo de sua investigação do poder para a relação a si, que permite um escape ao poder. Em vez da relação do indivíduo consigo mesmo, o que está em questão aí é a força consigo.

A relação entre poder e resistência foi discutida na 11ª Documenta (GONDAR, 2003), uma grande exposição de arte contemporânea cujo objetivo foi propiciar o diálogo entre o campo artístico e importantes questões contemporâneas - filosóficas, políticas e sociais. Entre os quatro temas principais dos debates ou quatro plataformas, a quarta foi denominada “Sob sítio – quatro cidades africanas”; nesta se discutiu a situação de quatro cidades em estado de sítio, em função de guerras, explosão populacional, desemprego, AIDS, etc. Porém, a proposta dessa plataforma foi “ênfaticamente o potencial de vitalidade humana, de criatividade e inventividade que era capaz de expressar na vida dessas cidades – na economia, nas relações sociais, nas alternativas criadas, a despeito e a partir destas quatro cidades poderem ser consideradas sob sítio.” (GONDAR, 2003, p. 41). Essas plataformas pretendiam, mais do que fazer denúncias, mostrar a capacidade de resistir, criar, dobrar a própria sujeição através de uma “ética de vida como resistência ao poder”.

A questão ética na comunidade, associada à potência e a dor aponta para um devir redentor, como escreve Negri (2007, p. 140):

A potência e a dor são dimensões complementares da vida. É por isso que se abrem para a comunidade e para a redenção.(...) a potência abre-se para a comunidade no mesmo momento em que inclui a dor, e, por fim, que essa abertura não somente faz da comunidade a sede de legitimação do ético, mas também a base de uma projeção futura, redentora, do homem.

Na prisão, a resistência e a criação se expressam de muitas formas, como nos projetos elaborados pelos presos, na invenção coletiva de um mundo próprio com regras e leis paralelas às estabelecidas pela instituição. O preso é capaz de dobrar a sujeição, transformando a força que oprime numa força consigo mesmo.

Segundo Deleuze (2005), a relação consigo seria um lado de dentro próprio que surge a partir de uma espécie de dobra das relações do lado de fora, é um poder de se afetar a si mesmo e se apresenta, em geral, como o afeto de si para consigo ou a força dobrada, vergada. É por dobra que se constitui a subjetivação. O sentido do termo “subjetivação”, para Foucault (DELEUZE, 2008), é processo e o sentido do termo ‘Si’, é “relação a si”. As forças que compõem o homem só são dobradas por ele se o lado de fora se dobrar e escavar um Si no homem, constituindo um lado de dentro coextensivo (DELEUZE, 2005). Enquanto a subjetivação é a relação da força consigo ou a “dobra” da força, a relação da força com outras forças é o poder. A força é o elemento que vem de fora, a relação da força consigo decorre desse fora. Dobrar a força ou a relação da força consigo é fazer com que a própria força se afete ao invés de afetar outras forças, permitindo ultrapassar o poder e resistir. A dobra é o que Foucault chama de “processo de subjetivação”, é uma operação distinta do poder e do saber, que tem mais a ver com a arte de viver. Os processos de subjetivação “designam a operação pela qual indivíduos ou comunidades se constituem como sujeitos, à margem dos saberes constituídos e dos poderes estabelecidos.” (DELEUZE, 2008, p.188); não se referem ao sujeito nem à “pessoa”, mas a uma “individuação, particular ou coletiva, que caracteriza um acontecimento” (DELEUZE, 2008, p. 123) e que funciona por intensidades, o que Foucault chamaria de paixão. A subjetivação, dobrar a linha do fora, não é uma forma de se proteger ou se abrigar, mas sim o único jeito de enfrentar a linha (DELEUZE, 2008). A linha do Fora ou o Fora em Foucault é o que está mais longe que o mundo exterior e ao mesmo tempo o que está mais próximo que o mundo interior. O Outro, o que está longe também é o mais próximo e o mesmo. O duplo é uma interiorização do lado de fora, ou seja, “eu encontro o outro em mim.” (DELEUZE, 2005, p.105). O si está situado no centro, na dobra. O mais longínquo se converte em mais próximo, tornando-se interno, que por sua vez, é coextensivo ao lado de fora. Assim é a vida nas dobras. O lado de fora é móvel e não um limite fixo; seus movimentos de pregas e dobras constituem o lado de dentro do lado de fora (DELEUZE, 2005). Segundo Deleuze (2008, p.138), “curvar a linha para conseguir viver sobre ela, com ela” é questão de vida ou morte. Ao dobrar a linha de força, constitui-se formas de existência, criam-se e recriam-se possibilidades de vida, o que inclui a morte, que podem ser resistência ao poder. Em seu livro sobre Foucault, Deleuze (2005, p.101) escreve que “o poder, ao tomar

como objetivo a vida, revela, suscita uma vida que resiste ao poder”. Existem singularidades de resistência que podem transformar, inverter as relações de forças. “Haverá sempre uma relação consigo que resiste aos códigos e aos poderes; a relação consigo é, inclusive, uma das origens desses pontos de resistência.” (DELEUZE , 2005, p.111). Dobrando a linha do fora, a força sobre si mesma, é possível viver o que seria invivível. Para Foucault, só é possível evitar a morte e a loucura, fazendo um “modo”, uma “arte”, da existência. Se no saber, tratava-se de formas determinadas e no poder, de regras coercitivas, na relação consigo, trata-se de regras facultativas, como ensinaram os gregos. Eles dobraram a força, relacionando-a consigo mesma, inventaram o sujeito como produto de uma “subjetivação”, levando em conta a interioridade, a individualidade, a subjetividade e descobriram a “existência estética” , isto é, o forro ou relação consigo, a “regra facultativa do homem livre”(DELEUZE, 2005, p. 108). Estas regras, tanto éticas quanto estéticas, fazem da existência uma obra de arte, constituindo formas de existir e de viver. A ética é oposto à moral, que participa do saber e do poder, são as regras facultativas que avaliam nossas ações e dizeres de acordo com o modo de existência ou estilo de vida em que estamos implicados (DELEUZE, 2008). Segundo Foucault (1998), *enkrateia* se refere a uma forma ativa de dominação de si por si, que permite resistir ou lutar. A batalha, a vitória ou a derrota são processos e acontecimentos que acontecem de si para consigo. Os inimigos a serem combatidos fazem parte de si próprio. Para Foucault, a liberdade que deve ser instaurada e preservada é a relação de cada indivíduo para consigo.

A menção à liberdade num sentido diverso ao de se libertar da prisão não é rara. Os presos se referem à “autoliberdade”, liberdade interior, liberdade de pensar, de sonhar, de escolher seu destino. Através da arte, dos debates, da escrita, exercitam essa liberdade.

É ao se efetuar, que se estabelece a relação consigo, a qual é capaz de resistir aos códigos e aos poderes, vergando as relações de poder (DELEUZE, 2005).

Podemos constatar essa resistência no relato de Amorim (1993, p. 91) sobre os presos do Comando Vermelho, em Ilha Grande:

Durante a metade de uma década, entre 1974 e 1979, a força da organização ficou limitada pelos muros do Instituto Penal Cândido Mendes. Foi o período da afirmação de um princípio:organizar para sobreviver - unir para resistir. (...) Um punhado de homens oprimidos por um sistema carcerário violento e corrupto. Lutaram por reivindicações justas –certamente! Obtiveram o atendimento da maioria das exigências.

Enquanto as forças estabelecidas devem ser colocadas em questão pela relação com o fora, a produção de novos modos de subjetivação cabe à relação consigo. A relação consigo, o tempo como subjetivação, o afeto de si por si, chamam-se memória. “Memória é o verdadeiro

nome da relação consigo, ou do afeto de si por si.” (DELEUZE, 2005, p.115). Foucault coloca o tempo no lado de fora; quando há dobra, o lado de fora é tempo e por isso, ele se torna sujeito, levando ao esquecimento do presente e conservando na memória, o passado. Enquanto o esquecimento indica que retornar não é possível, a memória é a necessidade de recomeçar (DELEUZE, 2005). A “absoluta memória” ou memória do lado de fora é a própria dobra, a reduplicação; ela “duplica o presente, que reduplica o lado de fora e que não se distingue do esquecimento, pois ela é ela própria e é sempre esquecida para se refazer”. (DELEUZE, 2005, p.115). O dentro é o forro do fora que está dobrado, é coextensivo ao fora, da mesma forma que é a memória em relação ao esquecimento. É isto a vida, esta coextensividade. A afecção de si, o lado de dentro, está em contato com o lado de fora, na linha da dobra (DELEUZE, 2005). Esta topologia vital não se explica pelo espaço, “libera um tempo que condensa o passado no lado de dentro, faz acontecer o futuro no lado de fora, e os confronta no limite do presente vivente.” (DELEUZE, 2005, p. 127). É assim que uma memória do futuro é solicitada pela existência estética dos gregos.

A memória se torna uma estratégia autônoma de resistência, criadora de práticas e de outros modos de existência, da mesma forma que o ato de pensar, podendo constituir-se como uma aposta no porvir.

Segundo Deleuze (2008), na filosofia de Foucault, pensar é poder, é estender relações de força, que não se reduzem à violência, embora constituam atos como incitar, induzir, desviar, etc. Aqui, o pensamento é estratégia. Mas depois, Foucault descobre o pensamento como “processo de subjetivação”, como constituição de formas de existência, de criação de outras possibilidades de vida, a existência como obra de arte. Para Deleuze, a obra de Foucault está entre as grandes obras que modificaram o significado de pensar. Pensar não é um exercício natural do pensamento, não é inato nem adquirido, é um acontecimento; é preciso que forças perturbem e se apoderem do pensamento para forçá-lo a pensar e lançá-lo num devir-ativo, afirmativo, para atingir sua máxima potência (DELEUZE, 1976). Pensar é “fazer brilhar um clarão de luz nas palavras, fazer ouvir um grito nas coisas visíveis (...) Pensar é emitir singularidades, é lançar os dados.” (DELEUZE, 2005, p.124). Segundo Deleuze (2008), Foucault era contrário aos métodos de interpretação e favorável à experimentação. Para ele, pensar é experimentar, é problematizar, não interpretar; “a experimentação é sempre o atual, o nascente, o novo, o que está em vias de se fazer.” (DELEUZE, 2008, p.132). Não é de dentro que vem o pensamento; ele vem de fora, ele consiste em enfrentar o Fora e retorna a ele (DELEUZE, 2008). Seria preciso transpor a linha e fazer dela uma arte de viver. Para enfrentar a linha e conseguir pensar, é necessário dobrá-la.

É no entrecruzamento de diversas linhas, é no meio, que é preciso instalar-se e é aí que as coisas e os pensamentos se dobram e não no começo ou no fim. (DELEUZE, 2008). “Pensar é dobrar, é duplicar o fora com um dentro que lhe é coextensivo.” (DELEUZE, 2005, p.126). Enquanto o passado (longo período) se condensa de forma descontínua na relação consigo, no dentro, é de fora que vem um futuro, sendo o presente, o limite. Pensar é estar no presente, confrontar passado e futuro para recriar o passado. O presente serve de limite para o pensar, como quando alguém se pergunta sobre o que pode hoje, quando pensa o passado na forma como se apresenta na relação consigo. O passado pode ser pensado como ativo, contra o presente, como resistência ao presente, em prol de um futuro, a fim de que o novo apareça e que pensar suceda o pensamento. “O pensamento pensa sua própria história (passado), mas para se libertar do que ele pensa (presente) e poder, enfim, ‘pensar de outra forma’(futuro)” (DELEUZE, 2005, p.127).

Pensar é criar, é engendrar, antes de tudo, o ato de pensar no pensamento, verdadeira criação, que parte sempre dos signos. Pensar é um exercício que sucede o pensamento. Para Deleuze (1995), interpretar, explicar, decifrar, traduzir um signo é pensar. Para encontrar o sentido dos signos (ou sintomas) - fenômeno humano, biológico ou físico, acontecimento, palavra ou pensamento - é preciso saber que forças se apoderam deles ou neles se exprimem naquele momento; o sentido é sempre múltiplo, conforme essas forças (DELEUZE, 1976).

Uma obra que se baseia na aprendizagem dos signos e na exposição da memória é *À La Recherche du temps perdu*, de Proust (DELEUZE, 1995). Tanto para descobrir uma verdade quanto para aprender é preciso decifrar e interpretar signos. Como um indivíduo aprende, não se sabe, mas é sempre através de signos, quando se perde o tempo e não através de conteúdos objetivos. A obra de Proust, em vez de focar o passado, se volta para o futuro. O tempo tem muita importância na *Recherche*. A busca do tempo perdido é uma busca da verdade, na medida em que esta tem uma fundamental relação com o tempo. A verdade se trai em vez de se entregar, se interpreta em vez de ser comunicada, é involuntária e não desejada. De fato, Proust não acredita que alguém busque naturalmente a verdade, a não ser em função de uma determinada situação, quando se é empurrado a essa busca ao sofrer uma violência no pensamento, o acaso de um encontro que nos obrigue a pensar. O objeto desse encontro, que exerce essa violência sobre nós, é o signo. É preciso primeiro, experimentar seu efeito violento e que, buscar seu sentido se faça necessário para o pensamento. Isso significa que nos enriquecemos mais com o que nos violenta do que com os frutos da boa vontade.

Segundo Deleuze (1968, p. 136), há coisas que deixam tranquilo o pensamento e outras que o forçam a pensar. Só a necessidade absoluta, a violência de uma estranheza, de uma

inimizade feita ao pensamento, vai arrancá-lo de seu natural estupor. Para Artaud³⁴ (DELEUZE, 1968, p. 145) o problema é chegar a pensar alguma coisa. Ele só concebe uma obra, que para chegar ao pensamento, parta dos nervos e se comunique à alma por um impulso, uma compulsão de pensar. Se só existe pensamento involuntário, coagido, é preciso que ele nasça por arrombamento, por violência. O ato ou a paixão de pensar só se instala por necessidade, a partir da contingência de um encontro com o que força a pensar. “Mais importante que o pensamento é ‘o que dá a pensar’” (DELEUZE, 1995, p. 41). Assim, mais importante que o filósofo seria talvez o poeta, pois este aprende que é fora do pensamento, é naquilo que o força a pensar, ou seja, é no signo, que se encontra o essencial. Esse signo que força a pensar e recordar, objeto do encontro fundamental, pode ser apreendido sob afetos, como a admiração, o amor, o ódio, a dor, mas só pode ser sentido, fazendo nascer no sentido, a sensibilidade, sensibilizando a alma. Tudo parte da sensibilidade, sendo através da intensidade que chegamos ao que se há de pensar. Da mesma forma, a memória involuntária, que não tem relação com a atitude da percepção consciente e da memória voluntária, só intervém em função dos signos sensíveis que a mobilizam; nos sentimos obrigados a buscar seu sentido, se apreendemos um desses signos, pois eles nos violentam (DELEUZE, 1968). Assim, recordar é criar o equivalente espiritual da recordação, que se confunde com o sentido ou verdade. A partir dessa noção de equivalente espiritual, um novo vínculo entre recordar e criar é fundado como obra de arte, num processo de produção.

Barrenechea (2008, p. 52) afirma que a visão singular do tempo, não linear, que Nietzsche sustenta na teoria do eterno retorno, leva a uma nova perspectiva, à memória do futuro, conceito no qual “memória e esquecimento se articulam sem contradição”. Se por um lado, o esquecimento é importante para a vida, pois nos coloca numa atitude de abertura diante dela e do novo, revigorando o homem, por outro lado, querer para trás, desejar, celebrar o passado, seria a forma afirmativa de superação do limite do passado pela vontade criativa. O eterno retorno dos fatos pode ser afirmativo quando a pressão se transforma em libertação. Acolher, aceitar a repetição do que já foi, sem restrições, liberta e fortalece a vontade, que passa de passiva a protagonista de nossos atos, elevando-se à sua máxima potência. A repetição ou a memorização do que passou, se dá no instante, podendo ser inovador, um ato criativo que nos projeta para o futuro, sendo este a possibilidade de reconstruir o passado. Nessa visão original, o homem pode chegar ao auge da criação, ao tornar sua existência uma arte de viver, uma obra de arte. Pensando o passado em função do

³⁴ Antonin Artaud (1896 — 1948) - poeta, ator, escritor, dramaturgo, roteirista e diretor de teatro francês.

futuro que se quer alcançar, pode-se pensar então, numa memória do futuro em que “as lembranças potencializam o vir-a-ser” (BARRENECHEA, 2008, p. 53), abrindo novas possibilidades e experiências (BARRENECHEA, 2005). Assim, podemos entender que, na perspectiva do eterno retorno, repetição criadora e memória do futuro são a própria vida. A memória do futuro pode ser entendida como aquela que propicia uma abertura para o novo; nela, o que virá pode ser desvendado pela lembrança. “Pois quem faz o mesmo de forma criativa gera o novo. Memoriza, mas inova. Repete, mas cria.” (BARRENECHEA, 2008, p. 60). Quando há intensidade na repetição do mesmo, uma diferença surgirá no presente, tornando singular o que já foi, quebrando a linearidade dos tempos presente-passado-futuro. Na repetição de um movimento, de um texto, de um acorde, por exemplo, sempre haverá novos sentimentos, emoções, intensidades. O conceito de memória do futuro está vinculado à criação; cada manifestação, cada ato na vida pode se renovar na repetição, adquirindo outros sentidos e intensidades.

Uma obra que se sustenta na diferença e que também nos revela mudanças, intensidades e valorização da percepção sensorial da realidade é a barroca. O mundo da expressão e da obra barroca é um mundo do paradoxo, impregnado de subjetividade (MAURANO, 2011), interessante para abordar a questão do novo, da criação, da singularidade. Um conceito que permite caracterizar o barroco, a partir da filosofia de Leibniz³⁵ é o conceito de dobra. O conceito de dobra é um tipo de conceito da singularidade e ele só se propaga na medida em que se bifurca, se metamorfoseia. Leibniz foi o primeiro pensador que levou a dobra ao infinito, que a liberou. E a primeira época em que a dobra é elevada ao infinito e transborda os limites, permitindo compreender perceptos e afetos, de forma não filosófica, é o Barroco, como se pode ver nos quadros de El Greco³⁶ e nas esculturas de Bernini³⁷. Leibniz e o Barroco deram autonomia à dobra, o que lhe possibilitou criar novos caminhos. Isso tem consequências artísticas, científicas e filosóficas. Entre outros artistas, Proust é um que configura um mundo de dobras e de desdobras. Segundo Deleuze (2008), a proposição mais conhecida de Leibniz é que cada sujeito (mônada) é totalmente fechado, sem portas nem janelas, contendo em seu fundo sombrio o mundo todo, o qual tem somente uma parte iluminada, que varia para cada um. Isso significa que o mundo está dobrado de forma diferente em cada sujeito, já que uma pequena parte da dobra está iluminada. É o que acontece na arquitetura, no interior e na luz barrocas. Ao mesmo tempo,

³⁵Gottfried Wilhelm von Leibniz (1646 — 1716) filósofo e matemático alemão.

³⁶Doménikos Theotokópoulos (1541- 1614), pintor, escultor e arquiteto grego, conhecido como El Greco.

³⁷Gian Lorenzo Bernini (1598 – 1680), escultor e arquiteto do barroco italiano.

essa seria a situação dos homens de hoje, considerando que as dobras se dão de novas formas. Leibniz tem a ideia de que nosso mundo é o melhor por ser capaz de produzir e receber o novo (DELEUZE, 2008).

Para Deleuze (1968), o que Nietzsche quis dizer com o eterno retorno é que retornar é a identidade da diferença, determinada como repetição. A superdobra seria o finito-ilimitado que corresponderia ao eterno retorno (DELEUZE, 2005). O que retorna é o ser do devir. Retornam as formas que, transformando-se, chegam ao extremo da potência e se tornam idênticas.

É o que podemos ver no trecho da carta escrita por Monteiro Lobato (1941) à sua esposa:

[...] Mas de tanto trabalhar [o pensamento] acaba girando num círculo, isto é, volta sempre às mesmas coisas. Os pontos que formam o círculo do nosso pensamento, ou as estações em que o pensamento para, para pensar sempre a mesma coisa, são - 1º você. Penso em V. com uma ternura imensa e um imenso dó, e culpo-me de um milhão de coisas. Meu dever era só cuidar da tua felicidade, Purezinha, e no entanto passei a vida a te contrariar e a fazer asneiras que tanto nos estragaram a vida. Se eu tivesse ouvido em negócios, minha situação seria hoje de milionário. Não ouvi, nem sequer te consultei, e o resultado foi desastroso. Cheguei até à prisão!

Em *Diferença e Repetição*, Deleuze (1968) busca Freud, em *Além do princípio de prazer* para falar do instinto³⁸ de morte, que estaria em relação com certos fenômenos de repetição e não necessariamente com as tendências destrutivas e agressivas. Segundo ele, trata-se de um princípio positivo originário, estando na repetição seu domínio e sentido. Deleuze coloca a questão de como a morte, que aparentemente é o mais negativo que há na vida psicológica pode ser um tema positivo, afirmando a repetição. Ele questiona também como o instinto de morte afirma a repetição e como se pode relacioná-lo com o jogo de nossa doença e nossa saúde, nossa perda e salvação, constituído pela repetição. E responde citando o que Miller³⁹ diz sobre Rimbaud⁴⁰, em seu livro: "Compreendi que era livre, que a morte, que tinha experimentado, me havia libertado" (DELEUZE, 1968, p. 27). Para entender a ideia de um instinto de morte, seria necessário, então, dar um princípio original positivo para a repetição, um poder de disfarce independente e um sentido que mistura o terror e a

³⁸ Optei por utilizar no texto o termo *instinto*, usado pelo tradutor, embora o termo *pulsão* esteja mais de acordo com a ideia de Freud, "que querendo marcar a especificidade do psiquismo humano, preservou o termo *Trieb*, reservando *Instinkt* para qualificar os comportamentos animais. Em alemão como em francês ou português, os termos *Trieb* e *pulsão* remetem, por sua etimologia, à ideia de um impulso, independente de sua orientação e seu objetivo." (ROUDINESCO, E. e PLON, M., 1998, p. 628.)

³⁹ Henry Miller (1891-1980), escritor norte-americano, autor do livro "A hora dos assassinos (um estudo sobre Rimbaud)", publicado em 1956.

⁴⁰ Arthur Rimbaud (1854-1891), poeta francês.

liberdade. A função do instinto de morte seria compreender toda a força do diferente na repetição, dando conta desta, positivamente.

O próprio do novo é a diferença, é provocar forças, potências no pensamento. É a partir do diferente que se pensa o mesmo. Deleuze (1968) pergunta que forças arrancam o pensamento de seu “inatismo” e que começa constrangido e forçado. Como o pensamento só pensa com a diferença, é a diferença que engendra pensar no pensamento. Como alguém vai aprender, a partir de que signos sensíveis, não se sabe previamente. O limite da sensibilidade se constitui pela diferença na intensidade. A intensidade define o exercício transcendente da sensibilidade, pois faz sentir, despertando a memória e forçando o pensamento.

Podemos associar essa intensidade que força o pensamento, a situações-limite de ameaças internas ou externas como acontece na experiência da prisão. Segundo Jelin (2002), os períodos de crise internos ou de ameaças externas geralmente levam a uma reflexão sobre o passado, à busca de sentido, reinterpretação da memória, questionamento e redefinição de si. A subjetividade emerge nos momentos de ruptura. A memória se transforma e o que é lembrado, que pressupõe uma experiência passada que se ativa no presente, converte-se na construção de um sentido do passado. Para a psicanálise, na dinâmica do inconsciente, o passado está no presente.

Assim, a partir da experiência limite da prisão, a subjetividade pode emergir na busca de um sentido para o vivido.

Uma questão extrema, que talvez esteja além da pulsão de morte, é a vida nua. Giorgio Agamben (2007) vai buscar no *homo sacer*, figura obscura do direito romano arcaico, o paradigma para o conceito de vida nua - a vida matável e insuscetível do *homo sacer*. A vida nua foi separada de seu contexto e, por sobreviver à morte, é incompatível com o mundo humano. O sobrevivente à morte “é um ser paradoxal”, se move num “limiar que não pertence nem ao mundo dos vivos nem ao dos mortos”; ele é um “morto vivente” (AGAMBEN, 2007, p. 106). A vida nua do *homo sacer* é uma zona de indiferença e de trânsito contínuo entre o homem e a fera, a natureza e a cultura. O seu assassinato é apenas a realização de uma mera “matabilidade” que é inerente a condição de “vida sem valor” ou “indigna de ser vivida” (AGAMBEN, 2007, p. 148). Ser condenado à morte ou ser detento num campo de concentração, por exemplo, significava a definitiva exclusão da comunidade política. O fato de estarem privados de quase todos os direitos e expectativas atribuídas normalmente aos seres humanos, embora ainda vivos biologicamente, os situava em uma zona-limite entre a vida e a morte, entre o interno e o externo, na qual se reduziam à vida nua. Condenados à morte e habitantes do campo, desligados de seu estatuto político normal e, em estado de

exceção, abandonados a experimentos e atos extremos, são como uma vida que pode ser morta sem que se cometa homicídio. Agamben cita Hannah Arendt, que observou nos campos a emergência de uma particular estrutura jurídico-política que rege o domínio totalitário segundo o qual "tudo é possível". Os campos constituem um espaço de exceção no qual além da lei ser integralmente suspensa, fato e direito se confundem, tornando tudo possível. Sem compreender essa estrutura, o inacreditável ocorrido dentro dos campos permanece completamente ininteligível. Aqueles que entravam no campo moviam-se em uma zona de indistinção entre externo e interno, exceção e regra, lícito e ilícito, na qual os próprios conceitos de direito subjetivo, de proteção jurídica não faziam mais sentido.

Pelbart (2007) retoma a descrição feita por Agamben, dos muçulmanos, aqueles que no campo de concentração recebiam essa designação terminal porque entregavam sua vida ao destino, conforme a imagem simplória do fatalismo islâmico. O muçulmano era o morto-vivo, era o detido que havia desistido, indiferente a tudo que o rodeava, exausto, vida humana excessivamente esvaziada para que pudesse sequer sofrer ou compreender a morte que o esperava em breve. A sobrevida é a vida humana reduzida ao seu mínimo biológico, ao mero fato de se estar vivo, à vida nua.

O autor faz uma aproximação entre Agamben e Deleuze. Vida, para Deleuze, é “virtualidade, diferença, invenção de formas, potência impessoal, beatitude”, o contrário da vida nua, que Giorgio Agamben teorizou como reduzida “ao seu estado de mera atualidade, indiferença, disformidade, impotência, banalidade biológica.” (PELBART, 2007, p. 36). Mas vida e vida nua se contrapõem e se sobrepõem ao mesmo tempo, pois o que está em jogo é a própria vida. Cita Foucault, para quem é justamente aí, na vida, onde o poder sobrevém com mais vigor, que a resistência aporta. Segundo Pelbart (2007, p. 26), “quando parece que ‘está tudo dominado’, como diz um *rap* brasileiro, no extremo da linha se insinua uma reviravolta: aquilo que parecia submetido, controlado, dominado, isto é, ‘a vida’, revela no processo mesmo de expropriação, sua potência indomável. (...) Ao poder sobre a vida responde a potência da vida”, ou seja, a inteligência das pessoas, sua criatividade, sua afetividade.

Quando Agamben conceitua vida nua, toma como referência, principalmente, os homens dos campos de concentração. Mas é possível aproximar o aniquilamento da subjetividade na prisão, à vida nua. Assim como os “muçulmanos”, muitos presos desistem da vida. No entanto, também são muitos os que resistem ao aniquilamento e escolhem viver.

2.2 CORPUS METODOLÓGICO

2.2.1 Metodologia

(...) surge aqui como força maior o tema da experiência da pesquisa. A importância da experiência do pesquisar aponta sua inscrição no plano de forças, que constitui o plano de produção tanto do conhecimento quanto da realidade conhecida. Pesquisadores e pesquisados, bem como o problema da pesquisa cartográfica, estão mergulhados na experiência.

Eduardo Passos, Virgínia Kastrup, Silvia Tedesco⁴¹

O objeto principal dessa pesquisa é o material de intervenção clínico-institucional, ou seja, o material clínico colhido nos atendimentos, nas atividades e na relação com os presos. É importante destacar que a ideia de pesquisa surgiu a partir da experiência de campo, no decorrer do trabalho e não previamente, em função da escuta e do material acumulado. Isso significa que a definição da pesquisa se dá *a posteriori*, após o material colhido e em função do tipo e da forma como este foi obtido quando suscitou reflexões e inspirou a busca dos referenciais teóricos, dos autores e conceitos mais pertinentes para entender o material e auxiliar na discussão e construção desse estudo.

Em pesquisa clínica, quando se acompanha processos não é possível predeterminar todos os procedimentos metodológicos. Mas considerando que estou implicada no campo, me insiro em algumas específicas abordagens metodológicas, com as quais identifico minha prática, tendo percebido entre elas pontos de interseção. A pesquisa qualitativa, que reúne a maioria das investigações no campo da subjetividade, requer procedimentos mais abertos e inventivos (PASSOS, KASTRUP e ESCÓSSIA, 2009). Assim, encontrei afinidade principalmente no método cartográfico e também na pesquisa-ação/pesquisa-intervenção; estas apresentam características em comum com a etnografia e a observação participante. Também podemos observar que em vários aspectos, estas abordagens parecem aproximar-se da psicanálise, na medida em que esta é uma clínica da escuta em que o outro é reconhecido como sujeito.

O método cartográfico estabelece uma relação entre pesquisa, intervenção, clínica e política. “Toda pesquisa tem uma direção clínico-política e toda prática clínica, é por sua vez, intervenção geradora de conhecimento” (PASSOS e BARROS, 2009, p. 26). Na cartografia,

⁴¹(PASSOS, KASTRUP, TEDESCO, 2013, p. 217)

teoria e prática, reflexão e ação são inseparáveis. Adotar como direção metodológica a cartografia é um compromisso com a produção de uma política cognitiva, na medida em que implica numa atitude, num *ethos*, numa posição frente ao mundo e a si próprio (PASSOS, KASTRUP e ESCÓSSIA, 2009).

A referência do método cartográfico é o conceito de cartografia, de Deleuze e Guattari, apresentado na introdução da obra *Mil Platôs* (DELEUZE e GUATTARI, 2000). Esse método possui características que ajudam no estudo da subjetividade, na medida em que acompanha processos de subjetivação. O rigor desse tipo de investigação está na atenção aos movimentos da subjetividade e do território existencial, suas linhas de fuga. Lançada numa deriva formada por desvios e reconfigurações, a cartografia, ela mesma processual, trabalha com linhas que se condensam em estratos mais ou menos segmentados e que se rearranjam. A decisão metodológica ou atitude (*ethos* da pesquisa) é de que a realidade se compõe de planos heterogêneos frente ao qual o pensamento é chamado a acompanhar o engendramento do que ele pensa. “Eis, então, o sentido da cartografia: acompanhamento de percursos, implicação em processos de produção, conexão de redes ou rizomas.” (PASSOS, KASTRUP e ESCÓSSIA, 2009, p. 10). A cartografia surge como um princípio do rizoma, o qual é feito apenas de linhas; não há um único sentido para a sua experimentação, as entradas são múltiplas, apresentando-se a realidade cartografada como mapa móvel. “O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente” (DELEUZE e GUATTARI, 2000, p. 21). Segundo Deleuze e Guattari (2000, p. 32), “o que está em questão no rizoma é uma relação com todo tipo de ‘devires’”. A direção metodológica num sistema que não tem centro, como o rizoma, é diferente da metodologia tradicional, que se define por regras estabelecidas previamente (PASSOS, KASTRUP e ESCÓSSIA, 2009). Como está em sintonia com a proposta de uma investigação processual, este método não deve formular regras e protocolos; há uma recusa de organização. A cartografia propõe uma reversão metodológica, transformando o *metá-hodos* – caminho predefinido pelas metas - em *hódo-metá*, que consiste num método para ser experimentado, uma experimentação do pensamento em que o rigor do caminho é ressignificado e sua precisão se aproxima dos movimentos da vida, sendo tomada como compromisso, interesse, implicação e intervenção no lugar da exatidão. Em vez de regras, pistas guiam o processo de produção da pesquisa como guiam o cartógrafo, sendo referências para manter “uma atitude de abertura ao que vai se produzindo e de calibragem do caminhar no próprio percurso da pesquisa - o *hódos-metá* da pesquisa.” (PASSOS, KASTRUP e ESCÓSSIA, 2009, p. 13).

Ao contrário das metodologias em que se penetra no campo de pesquisa sabendo o que se vai buscar, na cartografia inicia-se o processo com uma receptividade aos acontecimentos, com uma abertura para a experiência de encontro com o que não procuramos ou não sabemos exatamente o que é. “Atentos ao que desconhecemos, com uma atenção fora do foco, orientados por uma atitude de espreita (*ethos* da pesquisa), o cartógrafo se guia sem ter metas predeterminadas. Seu caminho (*hodós* da pesquisa) vai se fazendo no processo, indicando essa reversão metodológica que a cartografia exige (*hodós-metá*)” (ALVAREZ e PASSOS, 2009, p. 138). Como não se baseia em regras, não se trata de um método pronto, mas de um procedimento a ser construído caso a caso; pratica-se a cartografia, não se aplica a cartografia. Nessa prática os dados são colhidos a partir de técnicas diversas. Sendo um modo de acompanhar processos, a cartografia requer dispositivos, que se caracterizam pela capacidade de irrupção, de libertar o que está bloqueado. O dispositivo provoca tensão, movimento, deslocamento. A clínica e a oficina são práticas de subjetivação, são dispositivos, pois produzem efeitos. Assim, a pesquisa e a intervenção são dimensões indissociáveis do método cartográfico (KASTRUP e BARROS, 2009). Por um lado, processo de conhecimento que se preocupa em traçar o processo constante de produção, e por outro lado, prática de intervenção, pois participa e intervém nas mudanças (ESCÓSSIA e TEDESCO, 2009). Intervir não significa conduzir, mas acompanhar um processo que não se conhece previamente, habitar a experiência e observar sem estar amarrado a um ponto de vista (PASSOS e EIRADO, 2009). Trata-se de uma pesquisa *com* e não *sobre* alguém ou algo, compondo-se e engajando-se com o território existencial (ALVAREZ e PASSOS, 2009).

Na experiência de campo, as anotações contribuem para a produção de dados, transformando observações e frases colhidas em conhecimento. O cartógrafo detecta variáveis em conexão - no trabalho de campo, no estudo e na escrita (BARROS e KASTRUP, 2009). Para detectar e apreender o material, seja de cenas ou discursos, que inicialmente é desconexo e fragmentado, é preciso uma atenção à espreita, ou seja, uma concentração sem focalização (KASTRUP, 2009). A atenção no método cartográfico é flutuante, concentrada e aberta, o que possibilita acolher o inesperado e captar tanto o material coerente e ordenado quanto o desconexo e desordenado. A atenção flutuante é uma contribuição teórica da psicanálise: é a regra técnica da parte do analista que permite uma comunicação de inconsciente a inconsciente com o analisando, o qual deve seguir a regra da associação livre. Durante a sessão a atenção do analista fica como se estivesse adormecida até que a fala do inconsciente surge de repente no discurso do analisando. A atenção do analista é despertada então pelas manifestações do inconsciente, por fragmentos desconexos, sem sentido imediato. Esse

conceito contribui para a compreensão da atenção do cartógrafo, que deve suspender a atenção seletiva, a qual implica em inclinações e expectativas do eu, e substituí-la pela atenção flutuante. Na atitude de ativa receptividade, acontecimentos imprevistos e outros signos surgidos do território da pesquisa podem atrair nossa atenção devido a seu caráter instigante, podendo expor um problema e forçar a pensar. A atenção tateia e explora o que lhe afeta, não busca informação, até que é tocada, capturada por algo que ainda não conhece. Nesse momento a atitude investigativa é de ver o que está ocorrendo, é o reconhecimento atento, pois trata-se de acompanhar um processo, cartografar um território, produzir conhecimento no decorrer do percurso de pesquisa (KASTRUP, 2009). Fragmentos soltos ou elementos recorrentes vão ganhando, então, contornos mais definidos e inéditos (PASSOS, KASTRUP e ESCÓSSIA, 2009). Quanto à análise em cartografia “está afinada com outras abordagens de pesquisa e intervenção, assumindo diferentes procedimentos que permitem a análise de implicação na pesquisa e, por conseguinte, a análise da participação” (BARROS e BARROS, 2013, p. 373).

Ao habitar um território, que em princípio não habita, ao se manter no campo em contato direto com as pessoas e seu território existencial o pesquisador na cartografia se aproxima da pesquisa etnográfica e utiliza a observação participante. Esta é um dispositivo em que há uma interação entre o pesquisador e os sujeitos no meio desses, assim como a pesquisa-ação (LAPASSADE, 2005). Os dados são coletados a partir do que o pesquisador observa no convívio com as pessoas, desde dentro, a fim de compreender em vez de explicar, o que implica em empatia. Busca-se conhecer o que os sujeitos conhecem, compreendem, veem e o que é importante para eles, chegando às significações que os mesmos dão aos acontecimentos sociais. Mas enquanto a observação participante visa o conhecimento, este na pesquisa-ação, torna-se instrumento de mudança.

Para Lapassade (2005), pesquisa-ação é uma ciência da práxis, uma pesquisa que parte de dentro, da prática singular do pesquisador. Este é um sujeito autônomo, “autor de sua prática e de seu discurso” (BARBIER, 2007, p. 19). Pode-se dizer que a pesquisa-ação é empírica quando seus dados são fruto da própria prática cotidiana do técnico que trabalha com grupos sociais. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de um método clínico, de acordo com a definição de Barbier (apud HAGUETTE, 2000), que engloba procedimentos de observação direta, situações de terapia, grupos de debates, etc. e implica uma escuta sensível, visando a compreensão do sentido e a intervenção. A escuta sensível (BARBIER, 2002) se apoia na empatia e na aceitação incondicional do outro, além de pressupor uma inversão da atenção. É preciso que o pesquisador sinta o universo do outro a fim de compreender suas atitudes,

comportamentos, ideias e valores, de dentro, sem no entanto, aderir ou se identificar com o outro. O pesquisador não julga, não interpreta e reconhece a pessoa com sua complexidade, liberdade e imaginação criadora. Aceita “surpreender-se pelo desconhecido que, incessantemente, anima a vida” (BARBIER, 2002, p. 3). Na pesquisa-ação (BARBIER, 2007), há uma interação entre sujeito e objeto de pesquisa, em que se trabalha com os outros e não sobre os outros. Por isso Barbier denomina pesquisa-ação existencial, estando o imprevisto no cerne de sua prática.

À perspectiva crítica e compreensiva das ciências humanas, que desenvolveu “conjugando as variadas disciplinas e o olhar filosófico, a sensibilidade estética e poética, ou o questionamento ontológico saído das culturas do mundo” Barbier (2000, p. 2) chama de abordagem transversal.

A ideia desse estudo é compreender o material colhido na pesquisa, o que implica em empatia, partindo da escuta sensível ou da atenção flutuante, com base no método clínico a fim de compor, com os conceitos e teoria de Foucault e Deleuze sobre a questão do ato de pensar e da construção da memória, uma articulação com a situação de confinamento prisional, mapeando um território específico.

Os dados foram construídos em situação de campo a partir do que observei e escutei no convívio com as pessoas presas, no exercício da minha função de psicóloga na unidade penal. O material foi detectado e apreendido sob atitude de ativa receptividade, sob a atenção flutuante, concentrada e aberta, o que possibilitou acolher o inesperado e captar tanto o material coerente e ordenado quanto o desconexo e desordenado.

A cartografia é feita apenas de linhas. Os fragmentos colhidos de falas, poemas e escritos em geral são como as linhas de um mapa móvel que vão compor com o texto teórico, um sentido. O material é o ponto de partida para estabelecer conexões, acompanhar os movimentos de subjetividade, as linhas de fuga. Não existe uma ordem; os fragmentos vão sendo pinçados na medida em que saltam aos olhos ou aos ouvidos como flechas, quando fazem algum sentido em articulação com a teoria e os conceitos, transformando frases e observações obtidas no campo em conhecimento. Quando utilizados, os dispositivos – grupo de leitura, grupo de debate - tiveram a função de revelar, fazer aparecer, provocar as falas.

Foram registrados os fragmentos e trechos que atraíram a atenção pelo seu caráter instigante, inédito, recorrente ou por ter exposto uma questão que forçou o pensar, que provocou reflexões. Assim, o material colhido foi aquele que afetou, que tocou, que capturou a atenção. O outro aspecto é o “reconhecimento atento”, conhecer o que os sujeitos pensam, sentem, suas ideias e valores, as significações que eles dão aos acontecimentos. Através da

escuta sensível, compreender o sentido, sem julgar, aceitando surpreender-se pelo desconhecido e reconhecendo a pessoa com toda sua complexidade, autonomia e criação.

A análise dos dados é a minha própria escuta – sensível - segundo Barbier ou baseada na atenção flutuante da psicanálise, que mantenho como atitude no contato com as pessoas presas, seja nos atendimentos individuais, nos contatos informais ou nas atividades em grupo, como também ao ler um relato em livro ou um depoimento em jornal. Também faço a análise da implicação, visto que estou implicada no campo de pesquisa, meu local de trabalho. Como na cartografia teoria e prática, reflexão e ação são inseparáveis e o conhecimento vai sendo produzido no decorrer do percurso de pesquisa, é na conexão e articulação do material de campo e da análise da implicação com os conceitos e a teoria propostos que chego à compreensão do sentido que há nas linhas desse mapa, território que me proponho explorar.

2.2.2 Universo de estudo

O principal campo de estudo são unidades prisionais de regime fechado do sistema penitenciário do Rio de Janeiro: penitenciária de segurança máxima, penitenciária industrial, com cerca de 1000 apenados, cadeia pública de presos especiais (policiais, servidores públicos e pessoas com escolaridade de nível superior).

O estudo também utiliza para construção de dados, o campo bibliográfico, jornais e produções escritas de presos.

2.2.3 Construção do material em campo

O material do campo clínico é composto por fragmentos de discursos dos presos, falados, escritos, transformados em ação (projetos, livros). A fim de ilustrar e enriquecer esse material são acrescentados fragmentos de depoimentos e relatos de vivências no cárcere, que foram publicados. Assim, são utilizados como ferramentas metodológicas: bilhetes (“catuques”) que os presos encaminham solicitando atendimento; fragmentos de falas dos presos, colhidos das anotações dos atendimentos individuais; os registros de falas dos grupos de leitura; as atas dos debates em grupo sobre temas escolhidos por eles. Além do material obtido da práxis, existe o informal, que surge das iniciativas dos presos - poemas, livros, projetos, depoimentos – que eles trazem para mostrar ou colhidos nos jornais que circulam no sistema prisional, produzidos por funcionários em parceria com os presos. E também, fragmentos de relatos e histórias de presos, que foram publicados.

Os “catuques” são bilhetes, em geral curtos e eventualmente extensos, que os presos fazem chegar a mim através dos companheiros que vem para atendimento, que estejam circulando pela unidade ou através de funcionários, onde pedem “atenção”, “urgência”, “ajuda” e relatam situações que estão vivendo. Esse recurso é utilizado tanto pelos presos das penitenciárias, quanto pelos presos “especiais” da cadeia pública, embora seja mais frequente da parte dos primeiros, considerando o número muito superior desse efetivo carcerário, dez vezes maior que o segundo, o que dificulta a comunicação e o acesso aos profissionais. Os presos “especiais” da cadeia pública escrevem bilhetes mais longos ou cartas, quando optam por essa forma de comunicação.

Sobre o atendimento, são feitas anotações de comentários, frases que os presos dizem sobre a experiência da prisão, sobre reflexões que fizeram de sua vida, de seus atos, de seus sentimentos. São destacadas expressões que se repetem, ouvidas de vários presos ou que chamam atenção por surpreender pela originalidade, pelo paradoxo. Embora as reflexões dos presos “especiais” possam ser mais elaboradas, formuladas talvez de forma mais racional, em função do alto nível de escolaridade de grande parte deles, o conteúdo é muito semelhante ao dos presos “comuns”, sendo que algumas frases são ditas exatamente com as mesmas palavras.

Os debates em grupo sobre temas propostos, em geral, pelos participantes ou provocados por textos, letra de música e filmes, são registrados em atas a cada encontro. Foram discutidos vários temas, como liberdade, ato ilícito, ressocialização, ociosidade x trabalho, família, sistema prisional, religião, fim das prisões, felicidade, convívio e diversidade, a imagem do preso e como ele é visto pela sociedade, violência e crueldade, responsabilidade, intolerância, o tempo, a vida na prisão, crime, etc. A dinâmica do grupo é autogestiva; meu papel é coordenar o debate e dar um fechamento, não interferindo e não participando das falas. Só há interferência quando eu proponho o tema ou o texto, mas não interfiro na discussão. Os debates foram realizados com os presos de prisão especial, durante três anos; nos primeiros dezoito meses os encontros eram semanais, passando a ser mensais. Como o debate era aberto a todo o efetivo carcerário, considerando a rotatividade, visto que muitos saíam em liberdade ou eram transferidos e outros chegavam e considerando também a diversidade de formação dos presos, o público foi bastante variado durante todo o tempo. Cabe ressaltar que os temas abordados nos debates surgiram diversas vezes nos atendimentos com os presos das prisões comuns, mostrando muita semelhança nas opiniões emitidas.

Nos grupos de leitura cada participante comenta o livro escolhido e produz reflexões a partir da leitura e na troca com os outros. Minha participação é estimulando a discussão

através de questionamentos a respeito de seus comentários e anoto suas falas. Esse dispositivo foi utilizado nos dois tipos de unidades prisionais.

Outros dispositivos usados eventualmente, realizados na biblioteca, foram: oficina de frases e pensamentos, roda de música e roda de poesia. No primeiro, os participantes podiam criar ou pesquisar nos livros, frases, pensamentos e poemas que expressassem suas opiniões ou sentimentos. Nas rodas de música e de poesia, podiam escolher músicas e poemas ou trazer composições próprias para cantar ou recitar.

Não são citados nomes ou qualquer informação que possa identificar as pessoas cujas falas foram anotadas em atendimentos individuais ou de grupo. Como se trata de fragmentos e não de histórias de vida, o sigilo está preservado. Os nomes que foram citados no trabalho são de autores do material divulgado ou publicado.

A outra parte do material trazido espontaneamente pelos presos ou colhido em jornais editados no próprio sistema prisional é composta por poemas, livro editado e projetos elaborados por presos e depoimentos. A origem desse material é variada. Os Projetos CRIADAKI, Cadeia Limpa e Espaço Positivo, por exemplo, foram elaborados por presos de penitenciária enquanto a proposta do Grupo Ciclo de Ideias, partiu dos presos da cadeia pública. As produções literárias são criações tanto dos presos das penitenciárias quanto daqueles da cadeia pública.

Não é possível classificar o material de acordo com o nível de escolaridade ou status social, pois a criatividade desponta de todos os lados, inclusive por parte de pessoas simples, com pouco ou até nenhum estudo.

Utilizo também material do campo bibliográfico: livros e dissertações sobre relatos e histórias de presos.

2.2.4 Análise e Interpretação

Quer vivamos em uma democracia ou sob o jugo de regimes ditatoriais, quer trabalhemos em uma dada coletividade ou pertençamos a determinada comunidade, em suma, quaisquer que sejam as circunstâncias históricas, nunca devemos ceder nem ao procedimento do silêncio nem à aceitação da arbitrariedade legal. Pois, caso entremos na espiral do terror inspirado pela alteridade julgando salvaguardar a paz em seu próprio reino, perderemos primeiro a honra e em seguida a liberdade.

Elisabeth Roudinesco⁴²

⁴² (ROUDINESCO, 2005, pág. 9)

“Aqui se anuncia uma oposição radical às pretensões de neutralidade analítica do pesquisador, que já está implicado no campo de pesquisa. O método analítico consiste, então, em dar visibilidade às relações que constituem uma dada realidade, na qual o pesquisador se encontra enredado” (BARROS e BARROS, 2013, p. 376).

Começo, portanto, pela análise da implicação. É importante dizer que estou implicada no campo, por tratar-se do meu local de trabalho.

O confinamento produz efeitos na subjetividade, não só nos presos, mas em todos os que trabalham na prisão. A violência atravessa todas as relações, de uma forma ou de outra. Os funcionários, assim como os presos, são revistados, vigiados e em algumas unidades de regime fechado ficam trancados a cadeado atrás de uma porta de ferro, sem chave, precisando solicitar a outro funcionário a abertura da porta. Numa das unidades onde trabalhei, para chegar à minha sala, atravessava três dessas portas de ferro e passava por várias galerias onde estavam localizadas as celas dos presos; minha sala era bem próxima às celas. Das poucas vezes em que tocou a sirene avisando que havia algum tumulto na prisão, nós, os profissionais da área técnica (psicólogo, assistente social, médico, enfermeiro, dentista), tivemos que esperar um agente penitenciário vir abrir a porta para sairmos. Alguns colegas já foram reféns em rebelião; outros foram protegidos pelos próprios presos ou avisados por eles para irem embora imediatamente quando ía ocorrer um movimento. O profissional técnico tem o reconhecimento dos presos por seu trabalho e dedicação, como de alguns diretores de unidade prisional, o que não acontece por parte da administração, de modo geral, e mesmo do Estado, que desvaloriza o nosso trabalho em prol da “segurança”, explícito nos nossos baixos salários e na diferença de tratamento dado aos agentes penitenciários, que são homenageados e recebem altos salários com aumentos frequentes. Assim como o preso diz que para a sociedade ele é o “lixo”, para o Estado, os profissionais técnicos são o “resíduo ativo”⁴³, como escreveu uma colega diante da ameaça de prisão feita pela SEAP aos psicólogos que cumpriam uma Resolução do CFP.⁴⁴ Nesse contexto, já temos previamente, uma empatia com o preso. Por outro lado, também podemos ser afetados pelos acontecimentos do nosso dia a dia, como sermos assaltados, sofrermos sequestro relâmpago, como aconteceu com uma colega e com um defensor público, atendermos presos cujos casos são veiculados na mídia e outras tantas possibilidades. Várias situações e afetos podem atravessar a relação com o preso,

⁴³ Resíduo ativo é uma expressão que se encontra no contracheque dos profissionais de saúde da SEAP referente a valor que passou a ser pago a esses profissionais para evitar que seus salários fossem reduzidos por ocasião de sua inclusão em quadro de cargos em extinção.

⁴⁴ A carta lida pela psicóloga em reunião do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro está disponível em <http://www.crpjrj.org.br/documentos/2010-carta_dalila.pdf> Acessado em jun/2012.

com a administração, com o Estado. Por isso é fundamental estar sempre fazendo a análise da implicação a fim de que a escuta não seja influenciada e prejudicada por esses fatores.

Minha implicação não se limita ao meu trabalho na unidade prisional, estendendo-se ao lugar que ocupo como psicóloga e à função que nós psicólogos exercemos no sistema prisional, o que envolve questões éticas com o nosso código profissional. Durante esses anos, participei de movimentos que nos levaram a recorrer ao Conselho Regional de Psicologia (CRP), expondo nossas questões, o que resultou em posicionamento oficial do CRP e outras providências e desdobramentos. Passo a relatar aqui minha trajetória no sistema prisional.

Em 2001, após ter sido aprovada num concurso público para psicóloga do DESIPE (Departamento do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro) ingresso no DEGASE (Departamento Geral de Ações Socioeducativas)⁴⁵, para trabalhar com os “adolescentes em conflito com a lei”. No Centro de Triagem, para onde eram levados os adolescentes que cometeram um ato infracional, eles eram colocados em celas com vários outros, muito distante do que se poderia esperar de uma condição socioeducativa. Quando chegávamos no pátio para onde davam as celas, eles gritavam, chamavam, choravam, querendo atenção. Não havia lugar para atender os adolescentes; cheguei a atendê-los no quatinho de roupa suja, um ótimo analisador⁴⁶ do que o Estado chama de socializar e educar e uma metáfora bem adequada para demonstrar o que esse adolescente representa para o Estado. O sentimento do profissional que quer fazer um trabalho sério e que considera os direitos humanos, é de impotência para mudar a situação e às vezes o medo de estar compactuando com a tortura por não conseguir essa mudança. Tentei, ingenuamente, fazer alguma coisa através do meu trabalho, atendendo aqueles adolescentes com história de abandono, violência, maus tratos. A escuta e o acolhimento são importantes para eles, mas não suficientes. Propus à direção desenvolver trabalhos com eles, mas nada era permitido: não podia usar papel “porque eles usam para entupir o ralo; lápis também não pode porque eles podem usar para furar outro menino”, e assim por diante. Depois de um tempo, iniciamos o trabalho de avaliação biopsicossocial; atendíamos em equipe de três profissionais – psicólogo, assistente social e psiquiatra - todos os adolescentes que ingressavam no DEGASE. Enquanto não ficava pronto o Centro de Avaliação Biopsicossocial, atendíamos os adolescentes numa sala ao lado da lavanderia. Para ter acesso a esta sala, atravessávamos um terreno com capim alto e uma

⁴⁵ Na época, os dois departamentos pertenciam à Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Sistema Penitenciário subordinada à Superintendência de Saúde – SUPS.

⁴⁶ Conceito da Análise Institucional. Além de ser “um fenômeno cuja função específica é exprimir, manifestar, declarar, evidenciar, denunciar, ele mesmo contém os elementos para se autoentender, ou seja, para começar o processo de seu próprio esclarecimento” (BAREMBLITT, 1994, p. 71).

piscina com água parada. Para sairmos, precisávamos tocar a campainha, que nem sempre funcionava e aguardar que um agente penitenciário viesse abrir a porta; atravessávamos, então um pátio interno de uma das unidades. Muitos adolescentes atendidos se mostravam na defensiva, no início da entrevista, até hostis. Mas no decorrer da conversa, ao se sentirem escutados, a postura mudava, descontraindo-se. O trabalho desenvolvido nessa unidade tinha potencial, mas não funcionava, pois não se dava sequência, tornando-se estéril. Uma vez avaliamos que um adolescente apresentava sinais de depressão e fizemos os encaminhamentos necessários. Foi nesse episódio que descobrimos que a nossa avaliação não era nem vista, pois soubemos um tempo depois que esse adolescente tinha se suicidado sem que se tenha tomado nenhuma providência. Uma vez, um menino fugiu pelo basculante do banheiro. Todos os profissionais presentes no local tiveram que depor na delegacia; passamos o dia inteiro à disposição da polícia, respondendo perguntas, tratados como suspeitos, como criminosos. Nessa hora, existíamos. Assim funciona a lógica do panóptico. Éramos vigiados, embora nosso trabalho não fosse visto.

Em 2004 sou transferida para a SEAP⁴⁷, para trabalhar numa penitenciária de segurança máxima, com cerca de 1000 presos. Deparei-me com as funções obrigatórias do psicólogo no sistema prisional, de acordo com a LEP: participar de práticas disciplinares, ou seja, que punem os presos e realizar exames criminológicos – que avaliam se o preso pode ou não ganhar o benefício de progressão de regime ou de liberdade condicional. Ser obrigada a participar dessas práticas, que considero não éticas para o psicólogo, me causou muita angústia e mal estar. Passava mal cada vez que compunha, junto com outros profissionais, a Comissão Técnica de Classificação (CTC), a fim de julgar e punir faltas disciplinares dos presos, ou quando tinha que dar um “parecer” sobre aquele sujeito que eu estava vendo pela primeira vez e ter que opinar se ele “merecia” ou não a liberdade. Como disse Deleuze (DELEUZE E PARNET, 1998, p.50), os poderes estabelecidos têm mais interesse em nos angustiar do que nos reprimir, a fim de diminuir nossa potência de agir e nos fazer escravos. Mas em vez de me escravizar, usei a minha angústia como analisador e escrevi um texto questionando essas práticas, que apresentei no Fórum Permanente de Psicólogos do Sistema Prisional, em junho de 2005. De acordo com o art 7º da LEP e o art. 3º do RPERJ (Regulamento do Sistema Penal do Estado do Rio de Janeiro), deve existir em cada unidade penal uma CTC - composta por Psicólogo, Assistente Social, Psiquiatra (este, de fato, não participa) e agentes penitenciários - a fim de classificar os condenados, orientar a

⁴⁷ A SEAP foi criada por Decreto em 2003. O sistema penitenciário deixa de ser Departamento para tornar-se Secretaria de Estado.

individualização da execução penal e no caso da CTC disciplinar, julgar faltas disciplinares cometidas pelos presos, ou seja, é um minitribunal. Na prática, a CTC por parte disciplinar é na maioria das vezes, simplesmente instrumento de punição; o que acaba ocorrendo é uma “sobrepna”. Enfim, a reunião técnica acaba se tornando uma reunião de funcionários que estão ali para descobrir se o preso está mentindo e qual punição será dada. Trata-se de decidir então, se o preso vai receber 15 ou 30 dias de isolamento! A questão que se coloca aqui é: pode o psicólogo participar de qualquer ação punitiva, ainda que respaldado pela LEP? Isso não seria reproduzir o ocorrido na ditadura, em que colegas nossos compactuaram com a tortura ou se omitiram? É importante se estar atento para as armadilhas da instituição, onde vemos muitos profissionais, mesmo os da área técnica, enredados nas malhas do Sistema, esquecidos da crítica, agindo de forma mecânica, como se fizessem o óbvio, onde qualquer questionamento é indesejado e olhado com desconfiança. Penso que nós psicólogos temos uma responsabilidade que não nos permite ficar em silêncio, acatar simplesmente uma ideia e nos submetermos a uma ação porque está na lei, aceitar sem questionar o que nos é imposto. Afinal, somos os especialistas do psiquismo, com sua complexidade, contradições, indisciplinas, afetos. Não podemos ser contra manifestações de rebeldia e contestação e a favor da submissão. Priorizar o princípio da segurança em detrimento da liberdade pode levar a uma grave questão ética, na medida em que assim nos colocamos como profissionais de controle e deixamos em segundo plano os princípios dos direitos humanos. Se nossa participação na CTC nos leva a reforçar ou assinar punições, como isolamento, perda de visita, rebaixamento de índice de aproveitamento, estaremos contribuindo para a naturalização e legitimação do poder de punir, e conseqüentemente para a produção de uma subjetivação homogênea, submetida e para a delinquência, renegando assim nossa missão. Pior ainda, atravessados pelos mesmos mecanismos de dominação, estamos abrindo mão da palavra, da ética, de sermos sujeitos da nossa prática, sujeitando-nos a normas externas à nossa profissão, burocratizando nossa função, tornando-nos meros tecnocratas, funcionários do cárcere. A angústia, que tomei como analisador para entender essa experiência suportada na minha subjetividade assim como na subjetividade de muitos colegas, ao participar da CTC somado à preocupação com a responsabilidade ética em relação à minha prática profissional, me levaram a escrever esse texto, buscando encontrar eco entre os colegas.

Muitos deles se identificaram com os questionamentos e por sugestão da coordenação de Psicologia, formamos um grupo de trabalho (GT) para discutir a participação do psicólogo

na CTC⁴⁸. O GT teve início em julho e reuniu-se durante 9 meses. As discussões giraram em torno da validade e da forma de participação do psicólogo na CTC por parte disciplinar, que tomamos como referência, considerando as questões éticas, legais e funcionais. Para embasar a discussão fizemos uma pesquisa clínica, entrevistando colegas de diferentes unidades prisionais sobre a experiência de participar da CTC e sua opinião a respeito dessa prática.

Paralelamente, nesse tempo, fiz parte da comissão organizadora do Encontro Regional dos Psicólogos do Sistema Penitenciário, inserido numa estratégia nacional do Sistema Conselhos, com o tema “Construir uma Nova Intervenção da Psicologia no Sistema Prisional e Outras Formas da Sociedade Lidar Com a Criminalidade”, que aconteceu em setembro de 2005. O Encontro foi fruto de uma parceria do Ministério da Justiça e Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) com o CFP. Como resultado desse Encontro foi publicado em 2007, o livro *Diretrizes para atuação dos psicólogos do sistema prisional brasileiro*.

Em 2006, finalizamos a pesquisa sobre CTC e produzimos um texto com os resultados da pesquisa, que foi apresentado no Fórum Permanente de Psicólogos do Sistema Prisional. A partir da análise das entrevistas e relembrando propostas surgidas no Encontro Regional dos Psicólogos do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro, propusemos ao Fórum o caráter de Assembleia a fim de encontrar a direção do psicólogo em relação à CTC. Os psicólogos presentes votaram a favor da assembleia, mas embora a própria coordenação de Psicologia tenha sido favorável, retirou em seguida seu apoio. Realizamos mesmo assim, com muito esforço pessoal do grupo, duas assembleias com os colegas, que resultou num documento enviado ao CRP⁴⁹, em dezembro de 2006, em que solicitamos um parecer a respeito dos dilemas éticos da nossa prática profissional no Sistema Prisional, a partir de nossa participação nas Comissões Técnicas de Classificação e na elaboração do Exame Criminológico⁵⁰. O CRP chamou os psicólogos, formou-se um grupo no CRP para levar adiante a discussão, desenvolvendo-se um processo que envolveu outros órgãos ligados à Justiça e ao Sistema Prisional, audiência pública, congressos e seminários. Recebemos apoio do Grupo Tortura Nunca Mais. E finalmente, em agosto de 2007, o CRP deu oficialmente seu parecer⁵¹ quanto às questões encaminhadas. Assim, de acordo com o CRP, segundo nosso Código de Ética Profissional, as práticas do psicólogo no sistema prisional ferem a ética, ao

⁴⁸ O GT era formado pelos psicólogos Denise Gevaerd Sigwalt, José Meirelles, Patricia Schaefer e Rosangela Martins Nunes.

⁴⁹ Disponível em: <www.crprj.org.br/.../2009-carta-ao-crprj-sobre-exame-psicologico.pdf>

⁵⁰ O Exame Criminológico é um instrumento da execução Penal, composto por pareceres do psicólogo, assistente social e psiquiatra, com o fim de avaliar se o preso tem condições de obter o benefício de progressão de regime ou livramento condicional.

⁵¹ Disponível em: <www.crprj.org.br/.../2009-oficio-crp-exame-criminologico.pdf>

punir, julgar, contribuir para o isolamento, perda de direitos e privação de liberdade das pessoas. A partir daí, essa discussão se ampliou em todo o país⁵². Em 2008, participei de uma mesa no II *Seminário Nacional sobre a atuação do psicólogo no sistema prisional*, no Rio de Janeiro, em que tive oportunidade de divulgar e debater questões importantes de nossa prática.⁵³ Nesse Seminário, foi assinada uma moção de repúdio contra o exame criminológico pelos profissionais que atuam no sistema prisional e a sociedade civil organizada. Em 2009, fui convidada para integrar o Grupo de Trabalho da Comissão de Direitos Humanos do CRP-RJ a fim de discutir o Exame Criminológico. Em 2010, o CFP regulamentou a atuação do psicólogo no sistema prisional, através da Resolução Nº 9, de 29 de junho de 2010. O GT do CRP-RJ colaborou na elaboração do texto, embora o resultado final não tenha correspondido exatamente à nossa proposta e expectativa. Assim, de acordo com a Resolução, no art. 4º:

Em relação à elaboração de documentos escritos:

a) Conforme indicado nos Art. 6º e 112º da Lei nº 10.792/2003 (que alterou a Lei nº 7.210/1984), é vedado ao psicólogo que atua nos estabelecimentos prisionais realizar exame criminológico e participar de ações e/ou decisões que envolvam práticas de caráter punitivo e disciplinar, bem como documento escrito oriundo da avaliação psicológica com fins de subsidiar decisão judicial durante a execução da pena do sentenciado;

Foi uma grande vitória para os que lutaram por isso. Porém, as posições não eram unânimes e encontramos muita resistência para cumprir a Resolução, culminando numa ameaça de prisão para os psicólogos que não realizassem o exame, através de ofício assinado pelo Secretário de Administração Penitenciária⁵⁴. Fomos apontados como “maçãs podres” e respondemos sindicância, por termos obedecido nosso órgão máximo, regulador da profissão e por querermos trabalhar com ética. Em resposta a essas e outras tantas reações à Resolução e por intervenção do Ministério Público Federal do Rio Grande do Sul, o CFP suspendeu a Resolução sem consultar os CRPs⁵⁵.

Essa violência que vivemos no dia a dia do nosso trabalho, adocece muitos de nós; uns, por se calarem, acuados, outros por lutarem e se exporem. Alguns se afastam por motivo de doença física e mental; uma colega morreu doente – “sangrou até morrer” – outra, se suicidou atirando-se do 7º andar. Nunca esquecerei o comentário de Inês, após uma assembleia em que

⁵²Ver entrevista de José Novaes, Cecília Coimbra e Neide Ruffeil em: <www.crprj.org.br/.../jornal31-JoseNovaes_e_CeciliaCoimbra.pdf>

⁵³Participei do *Painel – Cenários e desafios da práxis psicológica no sistema prisional: ética e compromisso social*. O texto apresentado foi publicado no livro *Atuação do Psicólogo no Sistema Prisional*, em 2010.

⁵⁴ Documento disponível em: <http://www.crprj.org.br/documentos/2010-circular_SEAP.pdf>

⁵⁵Notícia disponível em:

<www.crprj.org.br/.../2010/0909-Suspensa%20a%20Resolucao%20092010.%20E%20agora,%20CFP.html>

expressou alegria por não estar mais só: “pelo menos, ninguém vai poder dizer que Inês é morta”. Penso que somos a Resistência nesse sistema que nos violenta no exercício de nossa profissão, na desconfiança e no desrespeito com que somos tratados o tempo todo. Infelizmente, uns não suportam tanta pressão e desistem da luta, de uma forma ou de outra. Quando digo que sou psicóloga do sistema prisional, geralmente a reação é de espanto ou admiração pela “coragem” de trabalhar com “criminosos”. Pois eu digo, que em quase 13 anos no sistema prisional, nunca sofri um ato de violência vindo dos presos; sempre fui respeitada por eles, que reconhecem e valorizam nosso trabalho. A violência vem sempre de cima, principalmente do Estado, que discrimina os profissionais técnicos (chamados de “apoio”), em relação aos profissionais de segurança: mesmo salário há 13 anos; não temos plano de cargos e salários, nem mesmo o enquadramento; não temos boas condições de trabalho; não somos reconhecidos nem respeitados.

Os presos percebem o descaso do sistema com os profissionais da área técnica enquanto eles próprios os valorizam. Em sua percepção, também estamos presos de certa forma, como vemos nas falas durante um debate:

Em 87 fui trabalhar na Lemos de Brito⁵⁶ e já tinha psicóloga. Essa função não progrediu, não dão valor. O lado psicológico precisa ser expandido. Vocês são presas, tolhidas pelo Sistema.

Talvez o Estado não dê o valor à assistente social e psicóloga. Não é só o preso que precisa de psicólogo; os guardas precisam de atendimento psicológico.

Eu, por ter trabalhado na área que cerceia, que diz não, que massacra, eu digo que o profissional de Psicologia é o fiel da balança para humanizar mais a cadeia. Eu, como guarda, eu via o profissional de Psicologia como inimigo em potencial. Hoje, com a visão de preso, vivendo o outro lado, eu entendo que é fundamental, senão isso aqui seria uma guerra total, a faixa de Gaza. Hoje, digo que o profissional de psicologia é importante para harmonizar a prisão.

Eu acho fundamental uma atenção psicológica porque você chega desorientado, sem suporte para encarar uma situação que você não esperava na sua vida. Essa separação da família, do emprego, dos amigos, do seu dia a dia, é difícil. É importante o trabalho do psicólogo, que ajuda você a superar isso. É difícil você ser imposto a abaixar a sua cabeça, num país que diz que é democrático, mas que você é preso em determinadas condições que a lei não é cumprida. As atividades que não são da área de segurança são fundamentais.

A sensação de estar preso é comum entre os funcionários do sistema prisional, de modo geral, como aparece na fala de um funcionário preso:

Eu fui inspetor penitenciário. Eu era muito jovem. Eu estava preso com “vagabundo”, com bandido. Você fica o dia todo na guarita e às vezes tem mais 6 horas. Uma coisa desumana. Você não pode fugir. Me sentia preso. Você tira cadeia junto com o preso. Numa cadeia pesada é uma guerra. (...) Existem vários tipos de prisão.

⁵⁶ Lemos de Brito é uma penitenciária do sistema prisional do Rio de Janeiro.

A violência vivida pelo funcionário é reproduzida por ele, muitas vezes, sobre o preso, denunciando o atravessamento dessa violência em todos os níveis, como indica o relato de um agente penitenciário, em conversa informal:

No início, quando eu via os outros agentes baterem no preso, eu chegava em casa e chorava. Não dormia à noite. Até que um dia eu tive que bater num preso que me provocou. E aí tomei o “gostinho”. Me mandaram grudar nos agentes de cabeça branca, que tinham bastante experiência. Um deles me explicou que eles vêm correndo por trás pra assustar, pra ver se a gente tem medo. Um dia um preso veio correndo por trás de mim; quando ele chegou perto, eu me virei e perguntei: qual é o problema? Ele disse que não era nada. Eu disse: tem um problema sim, você está doente. Vamos na enfermaria. Bati muito nele. E no final, eu não fiz queixa dele, deixei ele voltar pra cela. Ele até me agradeceu. A partir daí, cada vez que eu brigava em casa, com a minha mulher, eu chegava na prisão e os presos apanhavam. Depois que eu tive filho, fiquei mais calmo.

Os agentes penitenciários também adoecem. O alcoolismo é um problema comum entre eles, assim como a hipertensão, a depressão e outros problemas psiquiátricos que levam, muitas vezes, ao afastamento do trabalho. O comentário de um funcionário é bastante significativo; ele inventa um diagnóstico para dar conta de sua vivência: “Estou há 28 anos no Sistema. Tenho medo de entrar na galeria. Estou com a síndrome do cárcere”.

Mas o que tudo isso tem a ver com a proposta desse projeto de pesquisa, cujo foco é o preso? O que pretendo evidenciar é como a violência se coloca na prisão, atravessando tudo e todos que estão inseridos no contexto: os presos, os funcionários, as práticas de “segurança”, as práticas “técnicas”, “legais”, o Estado. No entanto, da mesma forma que a prisão como signo de violência força o ato de pensar, no preso, também foi ao me sentir violentada na minha ética, que questionei a prática profissional do psicólogo na prisão. Diz-se que a violência gera violência e isso de fato acontece, mas não necessariamente. Ao ser questionada se o fato de lidar com a violência da/na prisão nos força a pensar de modo violento, isso me faz pensar que num primeiro momento, ao sofrer a violência, a reação é de raiva, de revolta, seja da parte do preso, seja da parte do funcionário. Muitos presos querem matar, agredir, se vingar. Alguns funcionários querem castigar, extorquir ou ignorar, outros decidem “empurrar com a barriga” e cumprir horário. Mas para além da reação, está a resistência. Resistência é força, não violência, embora a violência possa ser a força inicial que impulsiona e se torna resistência. E mais para além da resistência, está a potência de dobrar a violência, a força que assujeita, ou seja, usa-se essa violência para criar, transformar o instituído. Foi o que aconteceu comigo e com muitos – presos e profissionais.

Lembrando Foucault com seu Grupo de Informação sobre as Prisões, no intuito de dar voz ao preso e respondendo ao desejo de muitos de serem vistos e ouvidos pelo Estado e provocar mudanças, participamos da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (2009). Inscrevi a unidade prisional onde trabalhava na Conferência Livre, em parceria com a assistente social, e tivemos apoio da Direção da unidade e da Coordenação de Psicologia, autorizado pela SEAP, através da Subsecretaria Adjunta de Tratamento Penitenciário, com a participação dos internos, que ajudaram a organizar o evento. Essa conferência se apresentou como “um marco histórico na política nacional, instrumento de gestão democrática para o fortalecimento do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) dentro de um novo paradigma iniciado pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI)” (1ª CONSEG, 2009, p.3). Como parte das etapas do processo participativo, as conferências livres possibilitaram qualquer cidadão encaminhar propostas à etapa nacional em Brasília, contribuindo para a formulação das diretrizes de uma nova Política Nacional de Segurança Pública. A Conferência propôs como ponto de partida para o debate um texto-base elaborado pelo Ministério da Justiça, estruturado em eixos temáticos entre os quais “Diretrizes para o Sistema Penitenciário” que escolhemos para discutir. A Conferência foi realizada dentro da unidade, durante um dia, da manhã à tarde. Os internos foram divididos em 3 grupos, tendo cada grupo, um relator e um coordenador. Na parte da manhã discutiu-se a Segurança Pública e na parte da tarde, o eixo temático “Diretrizes para o Sistema Penitenciário”. O Texto-base foi distribuído uma semana antes da conferência para que todos tivessem tempo de ler com mais profundidade e se inteirar do assunto. Do total de internos na unidade, 50% participaram da conferência e elaboraram 7 princípios e 20 diretrizes, alguns deles contemplados na elaboração final do documento nacional que pretende consolidar um novo paradigma da Segurança Pública – a Segurança Pública Cidadã. Realizar uma conferência livre dentro do presídio significa romper os muros da prisão, inserindo o sujeito preso nesse processo como participante ativo, incluindo-o assim na sociedade, propiciando sua reflexão e implicação com as questões do cárcere, da segurança, da violência ao mesmo tempo em que se fará ouvir pela sociedade livre. Essa iniciativa contemplou uma demanda dos próprios presos, que desejam ser ouvidos e vistos pela sociedade sem estigmas a fim de que, ao retornar a ela, possam de fato ser reinseridos e respeitados como cidadãos. Desta forma, eles também estiveram junto aos outros grupos sociais, contribuindo com esse novo paradigma da Segurança Pública em interface com o Sistema Penitenciário, valorizando a promoção da integração social e da cidadania participativa. A Conferência Livre realizada foi avaliada positivamente, tanto pelo quantitativo de participação – 50% dos internos - quanto pelo interesse demonstrado na leitura

do Texto-base (a maioria leu antes do evento), pelo empenho na elaboração das propostas e na demanda de se realizar mais encontros como esse. Ao final das atividades, os internos deram seus depoimentos, valorizando a oportunidade de participar desse processo de transformação da Segurança Pública em Segurança Pública Cidadã e reconhecendo aí a perspectiva de uma mudança no Sistema Penitenciário que pode levar a uma verdadeira reintegração social do egresso. Suas propostas e comentários revelaram o que mais os aflige na condição de apenados. A ansiedade de serem ouvidos, levou-os a fazerem observações pessoais no formulário de avaliação do evento. A participação nessa conferência trouxe como resultado o sentimento de inclusão, valorização de suas falas e uma nova perspectiva. Porém, até hoje nada mudou, trazendo a desconfiança de que talvez tenhamos participado de mais uma falácia. Ou quem sabe, é apenas a força do instituído que dificulta e, muitas vezes, inviabiliza os processos de mudança.

Por tudo que relatei aqui, o mestrado tem um importante papel na minha vida profissional no sistema prisional. Ele representa a oportunidade de expressar a minha experiência e transformá-la em conhecimento, concretizar ideias e elaborar o material, caro para mim, colhido ao longo dos anos, cujo destino poderia ter sido o de ficar arquivado na gaveta e na minha memória. O desejo de fazer o mestrado é a minha máquina de guerra nômade, é traçar linhas de fuga, é a “des-interdição” da minha palavra, é ultrapassar os muros. Escrever sobre essa experiência singular é também um ato de resistência e mais ainda, um ato de vida, pois representa, finalmente, minha carta de alforria do sistema prisional. Esse é o meu ato de pensar, foi assim que, dobrando a sujeição, construí a memória dessa vivência como psicóloga na prisão. Através do mestrado conquistei minha liberdade.

Antes de iniciar a análise dos dados, é interessante mencionar que meu interesse pelo tema confinamento é anterior ao meu trabalho no sistema prisional. Tendo feito uma formação em Análise Institucional, como trabalho de conclusão realizei, com um grupo de colegas psicanalistas e analistas institucionais, uma pesquisa clínica para estudar confinamento e subjetividade, cujo tema foi o confinamento na cidade⁵⁷.

Da análise da implicação, passo para a análise dos dados.

Iniciando pela instituição prisão e como os presos a vivenciam, temos o testemunho de um deles, que representa a fala de muitos, durante um debate na unidade prisional sobre o tema “saúde mental” proposto pelos presos:

⁵⁷Esse trabalho intitulado *Confinamento e Subjetividade “O paraíso é uma Instituição Total”* foi apresentado em alguns seminários e no Congresso A CIDADE VIVENTE: *subjetividade, socialidade e meio ambiente na cidade contemporânea*, em 1997, Belo Horizonte e publicado em seus Anais.

Aqui tem uma cidade de zumbis, de mortos-vivos para a sociedade. E em frente, um lixão. Eu não olho pro céu porque urubu lembra morte, é uma sensação muito ruim. Passei um ano no manicômio judiciário e um ano em prisão comum. Não dá pra ter saúde mental aqui.

Esse preso se refere à localização da unidade prisional: em frente a um lixão, onde diariamente se via uma quantidade enorme de urubus. A relação com a morte nos remete à experiência de Dostoiévski na prisão a qual chamou de “casa dos mortos” e também parece confirmar a análise de Miller (2008) sobre a ideia de Bentham, de que os edifícios penitenciários fossem construídos para chocar e aterrorizar, para serem vistos como a morada do crime, como a residência da morte. Podemos perceber que mais do que para ser vista, a prisão é feita para ser vivida como a residência da morte. A mortificação do sujeito e a submissão do corpo provocadas por essa instituição estão em oposição à saúde mental, que pode ser gravemente afetada. Seguindo Agamben (2007), poderíamos pensar que para a sociedade, a vida do preso é uma vida sem valor como a de um morto-vivo, como bem interpretou o preso em sua fala. O sentimento de ser um morto-vivo é comum, como podemos ver nas seguintes falas em atendimento individual:

Cair aqui é como ser enterrado vivo.

Essa cadeia parece que você está mais no fundo do poço. Aqui você é enterrado vivo.

Isso não é vida pra ninguém; a gente vegeta e a nossa família sofre.

Foram os piores anos da minha vida, isolado de tudo; às vezes entendo porque alguém fica maluco. É um lugar poluído, de muita maldade junta. Precisa ser forte pra sair daqui bem. Aqui é como uma lavagem cerebral, você se sente um morto-vivo.

Minha vida acabou aqui. Acho que estou ficando deprimido, fico pensando que nunca vou sair daqui.

Inspirado por um livro, o preso reflete no grupo de leitura:

Destaco desse livro, o que ele fala sobre liberdade. A morte é preferível à falta de liberdade. Morro a cada dia sem a liberdade, embora não me dê o direito de tirar minha própria vida. Também a solidão fala forte atualmente, mas é interessante que o silêncio quebra a solidão.

Escrito em uma oficina de frases e pensamentos, na unidade prisional, o trecho do poema de Luis A. mostra a associação do sistema prisional à morte:

(...)
 De um, ou outro lado das grades
 Pouca diferença faz,
 Quando todos deveriam se unir,
 Para todos viverem em paz

O sistema penitenciário brasileiro,
 É pena de morte lenta, que não quero não.
 Se é pra morrer lentamente,
 Prefiro fumaça de cigarro no pulmão.
 (...)

O preso é o inimigo social, o "lixo" que deve ser excluído da sociedade. Mais do que isso, ele é excluído do imaginário coletivo. Construir um presídio com vista para um lixão é um analisador de como o Estado e a sociedade tratam a questão do preso. A palavra "lixo", aliás, é usada frequentemente pelos presos:

Isso aqui é uma cidade. Estamos do lado do lixão, somos todos tratados como lixo, não tem salubridade. Os urubus dão rasante e cagam em cima da gente.

Nós somos o lixo da sociedade. A sociedade tem que reciclar o seu lixo.

Um deles expressa em sua fala durante debate sobre a música "Mais uma vez" de Renato Russo, o sentimento de ser tratado como lixo pelos próprios companheiros de cárcere, o que demonstra os atravessamentos que ocorrem, na medida em que se reproduz sobre o outro aquilo que se sofre:

Eles me machucam. Ninguém ama ninguém. Eu sou um velho. Já falaram pra mim que eu vou morrer aqui dentro. Pra eles, eu sou um lixo; muitos têm dinheiro, mas pr'aquela lá eu não sou lixo. A única esperança que eu tenho na minha vida é vencer.

Num debate sobre o tema "sistema prisional", proposto pelos presos, alguns afirmam que "O encarceramento só piora; é uma maneira primitiva de lidar com a questão." Ou: "Se eu quisesse crescer no crime, estaria feito. Aqui é uma escola".

Existe uma concordância da primeira fala com o que escreve Nietzsche (1877) sobre a possibilidade do homem se tornar pior em consequência dos castigos; segundo ele, o homem pode apenas ser domado e controlar seus desejos. As duas falas confirmam a denúncia de Foucault (1979) de que a prisão fabrica delinquentes. Os seguintes depoimentos, durante debate sobre o tema "retorno à sociedade livre", reforçam essa ideia:

O sistema carcerário atual não ressocializa, ele oprime e castiga. Vivemos sob opressão. Os presídios especializam homens para a marginalidade, é faculdade do crime.

Eu já fui pra rua e não consegui praticar na rua o que planejei aqui, fui empurrado pra voltar pro crime. Nada eu concretizei na rua, encontrei cerceamento. É lucrativo pro Estado construir 7 presídios e não, 7 escolas.(...) Se não houver mudança radical de cultura, o Brasil será um grande presídio. Eu sou um custo alto pro estado, que poderia ser menor se o estado me readaptasse. O Estado me criou, criou esse monstro.

Eu já tive essa condição de ser egresso; imaginava uma situação, mas a coisa é mais apertada do que eu imaginava. Eu achava que podia fazer concurso público para pedagogia, mas infelizmente, cumprindo a condicional, você tem o título de eleitor suspenso e não pode fazer concurso enquanto não zerar sua pena. Eu perguntei: é desse jeito que vocês querem me ressocializar?(...) Na minha cabeça isso gera marginalidade. Coisa que eu não praticava, como roubar uma pessoa, eu roubei, porque me vi sem condições nem espaço, cerceado em todos os sentidos. Eu parti pra tudo ou nada e estou aqui de volta.

Por incrível que pareça, hoje não somos sociedade; a sociedade nos vê como marginais. Quando voltarmos, a sociedade vai ter aversão ao marginal, vamos ter estigma. Tudo conspira pro cidadão voltar a delinquir. O presídio trabalha contra a sociedade, se retroalimenta de violência.

Em atendimento individual, um preso diz:

Prisão não corrige ninguém; é um massacre psicológico que leva a pessoa a se manifestar de modo diferente do que é. Durmo direto no chão, sem colchão. Aqui é escola de marginais.

Falando sobre a experiência da prisão em um atendimento, as falas dos presos confirmam o que diz Nietzsche:

É horrível, porque não ressocializa ninguém, tem tudo de ruim, muita gente com vício, muita gente brigando. O cárcere não muda ninguém, piora, porque machuca e maltrata. O que ressocializa o homem é a palavra de Deus.

Essa cadeia só piora o preso. Estou ficando quase maluco.

Sabemos, como nos mostra Amorim (1993), que facções criminosas são criadas dentro da prisão, como é o caso do Comando Vermelho. Uma facção que foi criada e só existe dentro da prisão, formada por presos de “seguro”⁵⁸ é o “Povo de Israel”. Alguns dizem que esse nome foi escolhido por um líder que abriu a Bíblia numa determinada página onde esse nome estava escrito; outros dizem que faz menção aos desterritorializados, os que não têm território. Já houve um presídio transformado em seguro, onde ficava o Povo de Israel. Segundo Caldeira (2007, p. 15), inicialmente, seus líderes “tentaram subordinar todos os presos do ‘seguro’ do presídio Ary Franco às suas ordens.”, mas um grupo de presos

⁵⁸O “seguro” é uma cela onde ficam os presos apartados do coletivo carcerário porque foram ameaçados ou rejeitados: aqueles que “desertaram” de suas facções do tráfico, os que cometeram crimes rejeitados pela massa carcerária por não serem considerados “crimes de homem”- estupro e pedofilia – e os “matadores de cadeia”, ou seja, os que matam outros presos.

rejeitou a liderança devido ao artigo em que grande parte dos líderes era condenada: estupro. Esse fato deu origem a outro grupo chamado “Povo Com Jesus - PCJ”. Depois, o “Povo de Israel” divulgou a informação de que aceitariam os presos que “pulassem”, conforme a gíria carcerária, das outras facções, ou seja, oriundos das facções CV, TCP ou ADA⁵⁹ e acolheria os que praticaram estupro ou atentado violento ao pudor. Isso atraiu também muitos jovens chamados de “funkeiros”, que devido à sua indisciplina, não se adaptam ao CV, por exemplo, com sua hierarquia e códigos de regras dentro da prisão. De acordo com entrevistas realizadas, esses jovens saem do CV por “opressão”. Dentro da organização “Povo de Israel” também existe hierarquia; os líderes mais poderosos são os traficantes internos da prisão, que tem todo um esquema, uma rede social de venda de drogas, entrada de celulares e de compra de benefícios na prisão, com ajuda de funcionários, advogados, familiares e amigos, sendo o “disque-sequestro” uma das atividades lucrativas (CALDEIRA, 2007). O que acontece é que presos que cometeram determinado crime na rua, envolvem-se em outros tipos de crimes dentro da prisão.

Reproduz-se na prisão, o crime, a hierarquia de poder, a opressão de uns presos sobre os outros, a segregação que todos sofrem por parte da sociedade. É o que os presos retratam ao falarem sobre a experiência da prisão, durante atendimento:

Estou correndo risco de vida na unidade. Estou no isolamento há 50 dias e há 2 semanas sem remédio. Recebo ameaça diária por bilhete. Minha mãe está impedida de vir me visitar porque ela é de região do outro Comando.

É um pouco penoso, porque o cárcere, hoje em dia, está um pouco difícil, com muita gente nova que pensa diferente da gente, são mais agressivos do que nós que temos certa idade. Por isso, me reservo.

É só derrota e prejuízo. O mais difícil é a covardia que a gente sofre por parte de companheiros e ter que cumprir a doutrina dos líderes, que existe na cadeia.

O relato de um agente penitenciário, em conversa informal, sobre sua experiência como vicediretor de unidade prisional, mostra a dinâmica de uma facção, sua tentativa de não submeter-se à autoridade da administração:

Eles querem impor suas regras. Enquanto o TC age individualmente, os do CV agem em grupo. Não aceitam que fique um preso com um agente; dizem que ficam em desvantagem. Só andam em dupla. Um deles pediu pra falar com o supervisor. Eu mandei que ele só atendesse o que pediu: ou um ou nenhum. Na hora, como eu disse, vieram dois. O supervisor falou que só atenderia o que pediu. Eles reclamaram, mas tive-

⁵⁹ Comando Vermelho, Terceiro Comando Puro ou Amigos Dos Amigos.

ram que aceitar. Eu não vou deixar eles mandarem. Eles agem sob comando; mesmo que um preso queira uma coisa diferente, só faz o que a liderança manda. Tem táticas pra desestabilizar. Eles começaram a gritar pro agente “tranquilidade”. Isso é pra desestabilizar, pra deixar o agente nervoso, enfraquecer. Eu fui lá falar com eles: “Vamos parar de dizer ‘tranquilidade’, não quero mais ouvir essa palavra aqui. O agente não está nervoso, mas se ficar, é comigo que ele vai resolver. Por isso, não quero mais ouvir isso aqui”.

Analisando por outro ângulo, a criação do Povo de Israel assim como do Comando Vermelho pode ser entendida como resistência ao instituído, como estratégia criativa de resistência ao poder horizontal e ao vertical, ainda que se trate de ações voltadas para o crime. Sem juízo de valor, não podemos negar o potencial de criação e de escape do poder que oprime.

A condição de confinamento leva os presos a criarem códigos internos, regras e até um vocabulário próprio, só compreendido por eles. A lei interna pode ser rigorosa e até cruel, quando se usa a violência física, que pode levar à morte. Mas no dia a dia procuram driblar as restrições impostas pela administração a fim de terem condições mínimas de sobrevivência, como fazerem sua comida, por exemplo, o que é proibido, e trabalharem para os companheiros em troca de dinheiro, visto que poucos têm acesso ao trabalho oficial. Também transgridem, ao fabricarem cachaça, usarem celulares e drogas, o que é óbvio, tem a convivência de funcionários.

O sentimento de que não há “ressocialização”⁶⁰ no sistema prisional é unânime entre os presos, tanto os de classes sociais desfavorecidas quanto os das classes abastadas, tanto os que têm pouca escolarização quanto os de nível superior. Num debate sobre o tema “Ressocialização” sugerido pelos presos, foi unânime a queixa de terem sido excluídos da sociedade, sem perspectiva de futuro:

O Estado só tira a cidadania, só pune e não faz nada pelo preso.

O sistema é o primeiro a marginalizar o preso.

Acho difícil recuperação ao sair daqui. Acho que essa liberdade é uma utopia. Quem não tem apoio lá fora volta a cometer delito. Tentei duas vezes e não consegui. Você sai e continua preso.

O relato de um preso durante o grupo de leitura, confirma: “A prisão é uma morte. Eu estava na rua e lembrava da prisão: ‘agora é a hora do confere’”.⁶¹ Eu continuava preso. Você

⁶⁰ Esse termo é utilizado pela SEAP e pelos presos; por isso reproduzo aqui, entre aspas, apesar de sua ambiguidade e de toda a polêmica em torno dele.

⁶¹ A hora do confere é todo dia de manhã, quando os agentes penitenciários contam os presos, conferindo se todos estão em suas celas.

morre e aqui você constrói um outro mundo”.

Essas falas contradizem o lema da SEAP “Ressocializar para o futuro conquistar” e também o que está escrito na LEP sobre “proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”. A política de segurança da SEAP, em detrimento de uma política que valorize as ações sociais e de saúde, é uma evidência dessa falácia. A dura verdade é que “você sai e continua preso”. Como falar em integração social tirando a cidadania, marginalizando, cerceando do direito de trabalhar? Sim, porque poucos presos têm acesso ao trabalho. A ociosidade é penosa. O tempo não passa e paralisa a capacidade de fazer qualquer coisa, levando-os a se sentirem perdidos, deprimidos, sem dignidade. Muitos pedem para trabalhar, mas a oportunidade é para poucos. Por isso, na maior parte das cadeias, o “faxina”⁶² é hostilizado pelo coletivo, pois é visto como cagoete, aquele que trabalha para a administração em troca de favores, o que faz com que fiquem separados dos outros, em galeria especial. Quando existe possibilidade, alguns improvisam e trabalham de maneira informal, prestando serviços aos companheiros. Em debate sobre o tema “ociosidade x trabalho” e em atendimento individual, os presos dizem:

Não posso ser cerceado do direito de trabalhar, de fazer alguma coisa. Se dizem que a cadeia é pra ressocialização...Preciso me sentir útil, produtivo, contribuir. Mas é difícil atingir este objetivo; o próprio sistema, a própria administração te tolhe. Não é o que eu esperava.

Estou ocioso, estou desaprendendo de trabalhar, mexer no computador. Isso não é ressocializar.

Isso aqui é uma universidade do crime. Essa é a [prisão] especial. Imagine a comum! Eu aprendi aqui dentro sobre o crime; hoje eu sei quanto custa uma droga, etc. Eu me sinto aqui torturado psicologicamente. Poucos aqui têm oportunidade de trabalho. Eu não posso trabalhar. Hoje eu conheço os remédios para dormir. (...) eu queria trabalhar. (...) Quem está lá fora não tem ideia do que é o sistema prisional. (...) o que eu sinto mais aprisionado aqui é a minha dignidade. (...) Se eu não tenho mais dignidade, o que vou fazer aqui? Vou dormir. Eu não sei o que fazer na prisão.

O faxina é hostilizado pelo coletivo, a fama dele é de cagoete e a maioria cagoeta sim, trabalha pra administração em troca de favores. Nas cadeias comuns o faxina tem galeria separada. Eu não tive essa oportunidade porque não quis me expor. Aproveitei pra fazer uma remição interior, uma libertação. Fazia meditação, atividade física e leitura. Como não consegui remir tempo, me remi como pessoa. A ressocialização tá ligada ao trabalho, mas às vezes o cara não tá aproveitando. Eu continuo na minha ressocialização interior.

Não tenho vontade de nada. É uma cadeia muito esquisita, você fica sem fazer nada, isolado.

⁶² “Faxina” é como o preso que trabalha é chamado.

Muitos presos, principalmente os de classes sociais desfavorecidas, acreditam que se houvesse um trabalho de “ressocialização” não retornariam ao crime. Alguns nunca tiveram uma oportunidade, outros nasceram, foram criados dentro do crime e portanto, só conhecem esse modo de vida, como diz um preso no debate sobre “retorno à sociedade livre”:

Eu tenho 28 anos, fui preso com 26. Antes, fui por tráfico. Quando fui preso tinha 13 anos na vida do tráfico, desde fogueteiro até chefe da boca. Nunca tive um trabalho dentro da lei. Tive trabalho durante um ano que era pra lavar dinheiro. Não sei fazer nada que não seja ilegal. Não sei o que vou fazer, sei tudo de drogas.

Para muitos, independente da classe social, o crime já está de tal forma introjetado, que nem lhes passa pela cabeça algo diferente. Estes são indiferentes às grades, fazendo da prisão seu escritório, dando continuidade ao que faziam do lado de fora. Comandam ações, fazem extorsões por telefone, matam seus próprios companheiros de cárcere. Há ainda os que querem sair do crime, mas são impedidos pelas lideranças, ou por estarem devendo dinheiro e ajuda à família ou porque a pressão é muito grande, a sedução é poderosa.

Um analizador de que a prisão não pretende “ressocializar”, como promete, foi ter encontrado, ao chegar para trabalhar numa unidade prisional, a biblioteca fechada havia aproximadamente um ano. Soube pelos presos que ela foi fechada no dia seguinte à sua inauguração. Reabri a biblioteca, com o consentimento da direção e junto com dois presos, retiramos todos os cerca de mil livros das estantes, separamos por assunto e os recolocamos. Esse processo levou um ano e meio devido às minhas funções burocráticas na prisão, como fazer exames criminológicos e participar das CTCs, além das dificuldades de ordem prática, como falta de estantes, de material de limpeza, de mobiliário e de verba para adquiri-los. Assim, pela força do desejo, conseguimos dar início às atividades e hoje a biblioteca funciona coordenada por um preso, auxiliado por mais dois e eu supervisiono com a ajuda de outra psicóloga. A participação dos presos e também dos funcionários revela a importância desse espaço, com uma frequência intensa e mais de 400 empréstimos de livros por mês, com a devolução de todos. Os “faxinas” da biblioteca, por sua iniciativa, fazem pesquisas, levantamentos e dão sugestões de atividades para serem realizadas com os presos. Dessa forma, resgatam o conhecimento que adquiriram com seu trabalho ou profissão e criam uma outra coisa, renovando o seu mundo. Acolho as iniciativas, pois entendo que isso é um ato de pensar e uma construção de memória que produz o novo. A ideia é que a biblioteca funcione de modo autogestivo. Estamos iniciando atividades de debates e oficinas de leitura, abertos a sugestões dos presos.

A redescoberta ou reconciliação com sua profissão para os que se distanciaram dela em função da prisão ou do crime, é muito potente. Constatei na prisão “especial” que muitos presos sentiam-se inferiorizados, deprimidos, alguns falavam de seu trabalho ou profissão com melancolia. Fiz um levantamento entre todo o efetivo carcerário para saber quem teria interesse em dar palestra sobre alguma área de conhecimento ou sobre sua profissão, para os outros presos, como uma atividade da biblioteca. Vários se inscreveram. Cito o caso de um preso que passou meses sem fazer nenhuma atividade, só dormia, demonstrando um humor depressivo. Depois de muito tempo começou a trabalhar como “faxina” e seu humor melhorou um pouco; convidei-o a dar uma palestra sobre sua profissão. Sua palestra lotou a biblioteca e ele falou de forma brilhante, mostrando-se conhecedor do assunto. Ficou muito animado, cheio de planos, valorizando a oportunidade desse reencontro com sua profissão da qual estava afastado em função das drogas. Reencontrei esse preso na prisão comum para a qual foi transferido após o trânsito em julgado. Nesta unidade, ele estava trabalhando como “faxina” da escola e lembrou o quanto foi importante aquela oportunidade. Ele hoje já está em liberdade; soube pelos presos que ele deu uma entrevista para um programa de televisão sobre a sua profissão.

A fala de um preso em debate sobre a Psicologia na prisão, mostra sua percepção da diferença entre uma prática libertária e a prática burocrática a qual somos impostos:

Eu tenho um laudo no meu processo, mas graças à Psicologia eu tive terapia em grupo no Heitor Carrilho⁶³ e ela me ajudou muito a controlar as vozes e vultos que eu via. Na cadeia comum, são tantos exames que as psicólogas têm que fazer, que onde fiquei era impossível ser atendido pela psicóloga. Aqui, eu estou tendo uma experiência boa.

Ouvi de muitos presos, quando os atendi logo que chegaram à prisão, que "meu corpo está aqui, mas meu espírito não chegou ainda". Essa frase é o que eles conseguem expressar sobre uma experiência radical e revela os sentimentos de estranheza e de dissociação provocados pelo choque da ruptura com seu meio social. O estranhamento pode persistir. Durante atendimento individual, um preso disse: “Estou me sentindo diferente do que eu sou. Estou me estranhando”.

De modo geral, passado o choque, a sensação de estranheza se aproxima do sentimento de ser estrangeiro em seu próprio mundo, mais ainda, de estar em outro mundo, que “corre paralelo ao mundo lá fora”; viver na prisão é “viver fora do mundo”, como disse um preso durante um atendimento. Outro dá a pista de que nesse mundo existe outra cena a qual não

⁶³ O Heitor Carrilho é um Hospital Psiquiátrico do sistema prisional.

temos acesso, como em uma obra barroca: “É outro mundo, a gente vê cada coisa...”. Em debate sobre a “vida na prisão”, a fala de um preso confirma: “A pena é de desterro. A sensação é de que estou num país distante.”

O estranhamento leva à convicção de que só quem vive sabe o que é e à dificuldade de transmitir essa experiência singular, como dizem alguns presos:

É horrível,não tem palavras.

Foi um desastre, não tem nem como falar. A pior coisa que tem é ficar preso.

Não sei explicar, não vivo, apenas vegeto.

Só quem está aqui sabe o que é, não tem palavras. O mais difícil foi que passei por várias rebeliões e quase perdi a vida;e também não ver meu filho crescer.

Em debate sobre o tema “a experiência da prisão”, um preso fala da complexidade dessa experiência:

Existe aqui um pouco do mundo de fora, com essa coisa heterogênea, mas sem a limitação geográfica. Só quem está preso sabe como é: um mundo duro, difícil, complexo.E tem problemas econômicos.O que não dá é pra recuperar esse pedaço da vida. É ridículo, não conduz a nada e estão formando feras que vão sair e vão morder. Quem teve a experiência da prisão, é um mundo triste,mas tem um outro lado, que é refletir.Não é válida;sou a favor das penas alternativas.

As atitudes, palavras e acontecimentos têm outra dimensão dentro do cárcere, onde a tensão predomina. Em debate sobre o tema “convívio e diversidade”, diz um preso: “O confinamento superdimensiona as coisas. Imagine nós, nesse ‘*big brother*’ forçado”.

Dentre as sensações que marcam o dia a dia no cárcere, três são muito citadas pelos presos: o paladar, o cheiro e o barulho. Eles sempre reclamam da comida – “incomível”, do cheiro - “é um cheiro de morte” e do barulho das grades e cadeados. Em atendimento individual, um preso diz: “Não suporto o barulho da grade, não consigo dormir”.

Um preso poeta descreve a vivência do cárcere, com suas sensações, imagens e sons:

“O bater da tranca”
(ou Pequena sinfonia de um trinca-ferros assustador)

Certas coisas no mundo
Nos marcam para sempre,
Feito ferro em brasa viva
No registro da carne da rês.

Pessoas, locais, cheiros e cores,
Atos ou omissões
Muitos são os que nos marcam

Nos olhos, na pele, na mente,
 Como na alma ou no carma.
 Aqui,
 Nessa dimensão restrita,
 A muros, grades e descaminhos,
 Marcou-se em mim para sempre,
 Não forma, cor ou cheiro,
 Mas o som do desespero,
 Do cessar do ir e vir.
 O som do “bater da tranca”,
 Que no “Rio Jordão” do cárcere
 Alcunhamos
 “O Bater das portas das celas”.
 (...)
 “Bater da tranca”
 Marca invisível
 De marcante nitidez,
 Que me distinguirá
 Para sempre,
 Na vida, na morte,
 Na tênue fronteira
 Entre ambas.
 Até o juízo final
 Humano ou divino
 Ou os dois.

Bate tranca, bate
 Aniquila minha anarquia cardíaca.
 “Bater da tranca”,
 De intensidade tão infinita,
 Que nada mais
 Meus tímpanos
 Hão de captar!
 [CORRÊA, C. trechos do poema “O bater da tranca”
 (ou Pequena sinfonia de um trinca-ferros assustador), 12/11/08]

Debatendo o poema “o bater da tranca”, diz um preso:

Eu acho que tem o antes e o depois do “bater da tranca”. Eu vi os presídios de outro ponto de vista, eu era médico legista. Cores e cheiros nos marcam para sempre. Eu já estou rejeitando o verde e o branco⁶⁴, que eu gostava. Nós temos que ver o “bater da tranca” como um bater no nosso cérebro. Nós temos que ver o que aconteceu. No início, eu frequentava todos os cultos. Passei dessa fase. Aí, comecei a ler mais, escrever. Comecei a escrever o “voo dos urubus”. Será que nós somos pra sociedade diferentes dos urubus e os lixos?

O efeito do “bater da tranca” foi muito intenso para um preso; no exato momento em que foi fechado o cadeado, ele surtou. Ficou horas sentado junto à grade, dizendo que já viriam buscá-lo. O “bater da tranca” é a metáfora do aprisionamento. Naquele momento, o preso recusou a realidade de estar preso. A fala de outro preso no debate “a vida na prisão” torna claro o significado daquela expressão:

⁶⁴ São as cores das camisetas usadas pelos presos. As verdes são usadas pelos “faxinas”.

Eu conheci os dois lados da tranca. Quando eu queria humilhar o preso, eu batia a tranca com mais força. Você está alijado da sociedade, punido pela sociedade e ainda a sociedade não te quer. O aço te põe limites, a tranca quer dizer ‘acabou seu espaço’. (...) Você vê abrir e fechar em segundos e em 24 horas você não vai mais ver abrir. (...) Esse bater da tranca vai te marcar pro resto da vida.

Duas questões significativas no cárcere são o tempo e o espaço. Refletindo sobre o tempo, na vida livre e no cárcere, os presos transmitem a ideia de que existe uma diferença na vivência do tempo. No cárcere, a sensação é de que o tempo parou, indicando a relação entre espaço e tempo. Durante debate em uma cadeia pública no Rio de Janeiro, eles dizem:

Pouco antes de ser preso eu deixei minha família e fui morar num quartinho, numa pocilga degradante, humilhante. Mas eu fiz essa escolha. Minha esposa me procurou com intenção de falar comigo. Eu disse: “o tempo é meu, eu é que decido, o tempo não é seu.”. A conclusão que eu tirei é que eu devia ter seguido o tempo dela; se tivesse feito isso eu não estaria aqui. O tempo é implacável. Hoje eu me arrependo de achar que era dono do tempo. O tempo passa e se você não aproveita, você perde o ônibus, perde a vida. Acima de tudo, você tem que ter sabedoria para lidar com o tempo. Ao mesmo tempo, é dadivoso e cruel.

Falar do tempo é falar um pouco da história das nossas vidas. O tempo é relativo. Esse tempo não é o mesmo na liberdade e na prisão. [...] passado não tem como mudar. O tempo aqui é bom porque podemos refletir.

Posso planejar, mas não posso criar ansiedade. É um dia após o outro. Eu vivo muito o aqui e agora. Criei um mecanismo de defesa: eu vivo o hoje.

O que sacrifica mais o preso na cadeia é ficar olhando pro relógio e o tempo não passa.

A vida parou.

Nós estamos vivendo um mundo paralelo ao da sociedade, mas lá, continua.

Em atendimento individual, os presos falam sobre lapsos na noção do tempo e no sentimento de tempo perdido:

Fico confuso, às vezes, com o espaço de tempo; não sei se falei com a senhora há um mês ou mais. E também tenho uns brancos.

Esse período é um buraco que nunca vai ser preenchido.

É um tempo que não recupera mais nunca, é um sofrimento total.

Refleti muito nas coisas que deixei lá fora, que deixei de fazer. O tempo que perdi aqui dentro, podia estar estabilizado lá fora, trabalhando.

Sobre o espaço, um preso diz: “Me sinto como um pássaro na gaiola, sem espaço”.

Além do espaço ser limitado, é dividido com outros em tempo integral, sem nenhuma possibilidade de privacidade. Em debates sobre o tema “convívio e diversidade”, a fala de um preso:

A pluralidade de indivíduos com costume e hábitos diferentes, a individualidade que ninguém deixa, é que acaba criando uma série de conflitos. A unidade prisional é uma minicélula da sociedade, com tudo de bom e ruim que a sociedade tem, mas com a convivência intensa por causa do confinamento. Nem com a família a gente convive 24 horas como aqui.

O convívio torna-se problemático e fonte de conflitos. Um exemplo é a dificuldade de aceitar a condição de aprisionamento, mencionada por um preso em debate sobre o tema “a imagem do preso e como é visto pela sociedade”:

Tem pessoas que tinham expressão lá fora e eles não querem perder isso, não se conformam de perder a condição que tinham lá fora. Até aceitar isso, demora um pouco. Tem pessoas que a ficha não cai e é difícil conviver.

A dificuldade de aceitação e de convívio tem consequências. Enquanto alguns presos procuram na droga um meio de atenuar o sofrimento do cárcere, outros querem se libertar da droga e pedem ajuda. É possível ter uma ideia dessa situação ao ler o que escreveu um preso no “catuque” (bilhete), como eles dizem, enviado à psicóloga da unidade prisional:

Doutora psicóloga, estou precisando urgentemente da sua atenção pois sou viciado desde os 13 anos na droga, não consigo me controlar. Estou tendo voz de perseguição que tenho que matar, já tentei até me matar, agredi um companheiro aqui. Por favor me ajude.

Em atendimento individual, um preso fala: “Quando me percebo dependente da droga, tenho vontade de morrer, já tentei me matar”.

Outra forma de lidar com a realidade do cárcere é escapando dela, através do uso de remédios que os fazem dormir o tempo todo ou negando-a como acontece em um surto psicótico. Muitos entram em depressão. No atendimento individual, um preso fala de sua angústia: “As pessoas falam que eu não estou legal, não tô direito, que estou ficando maluco. Me sinto fraco”.

Os presos dão seu testemunho em debate sobre “saúde mental” numa unidade prisional do Rio de Janeiro:

Tive um colega que se matou. A carga era tão pesada que ele começou a ver coisas, ouvir vozes e se matou. (...) A sua própria cobrança leva você a surtar, ainda mais quando você se sente isolado.

[...] algumas pessoas que vem de tratamento psiquiátrico, se automedicam e acabam dormindo mais do que o normal, dormem doze horas. Isso vai ter um efeito na sua mente, que vai ter consequência mais tarde. Eu tenho muita facilidade de adaptação, mas tem pessoas que não se adaptam.

No entanto, muitos presos ao informarem que são reincidentes, dizem que são “residentes”. Qual o sentido desse lapso? Esse lapso, manifestação do inconsciente, talvez indique que em algum nível, o reincidente torna-se residente. Nesse sentido, pelo menos para os reincidentes, a prisão poderia ser pensada como casa. Reincidir significaria então, “voltar pra casa”. Apesar de todo o horror da prisão, é verdade que alguns dizem que “se não tivesse sido preso, eu estaria morto. A cadeia foi o menos pior que podia ter me acontecido” ou “ninguém gosta, mas é melhor vir preso do que morrer ou ficar paralítico”. Nesse caso, paradoxalmente, a prisão, lugar de controle e castigo, pode ser sentida como proteção e abrigo. Assim se produz na prisão, como em outros campos fechados, uma subjetividade confinada. Diz um preso: “Como a alma custa a chegar, custa a sair”. Podemos conferir duas falas, uma em debate sobre o tema “liberdade” e outra sobre “saúde mental”:

Quando o sujeito sai e encontra a porta fechada, acaba achando que o melhor lugar é aqui dentro.

A sensação é que eu estava solto e esse estado de liberdade me assustou e eu estava louco pra voltar, pra me sentir seguro aqui. Eu senti agonia daquela liberdade momentânea.

Sobre o panóptico, Foucault (1979) questiona a resistência das pessoas ao sistema de vigilância permanente, se o aceitavam como natural ou se elas se revoltavam contra o olhar.

O trecho do poema de um preso no Rio de Janeiro parece responder esse questionamento:

Mas eis que o Estado se agiganta,
Do berço esplêndido
Do quanto pior, melhor.
Na arte de punir e segregar,
Levando ao fundo do poço-vida
Aquele que se permite afundar.

Estado onipresente,
No crime ou na omissão,
Guardião da reincidência
Segregando, punindo...
Revolta!
Fermento de vidas e histórias,
À mercê da destruição.
(CORRÊA, C. A Marca Presente da Ausência (37 meses de adversa viagem), 2008)

A resistência começa em não se permitir afundar, como mostra um preso em sua fala: “Eu não estou alienado, mas não me deixo contagiar por esse clima de que a cadeia é horrível, é tudo ruim”. Enquanto todo o contexto leva à destruição ou até mesmo à reincidência, muitos resistem, às vezes de forma silenciosa, internamente, como nas falas de um preso no Complexo de Gericinó/RJ, durante um debate sobre o tema “a vida na prisão”:

Um amigo me disse; ‘Quem falou que eu estava preso? Minha mente sempre esteve em liberdade! Eu estou apenas preso materialmente. A prisão te encaixa naquela cela mas tem coisas que não ficam presas. A mente está livre.

Existe resistência mais potente do que a de se sentir livre na prisão? Quando o preso diz que a mente está livre, essa consciência já é fruto do ato de pensar no pensamento; esse pensamento é uma potência nômade.

Em uma oficina de frases e pensamentos, um preso escreve: “Nós estamos presos, mas o pensamento não está preso”.

Em situação de atendimento, um preso fala sobre a experiência da prisão, revelando sua resistência: “Foi um paradoxo, mas transcendi tudo isso e reverti a meu favor, pois não aceitei a condição de morto-vivo”.

Deleuze (1999) afirmou que só o ato de resistência resiste à morte. Um trecho do poema de Correa (2006), também nos dá a ideia do ato de resistência à morte:

Era só mais um anjo
Um anjo torto na vida
Tinha as veias dos braços feridas
Mas no peito uma paixão
(...)
Só a morte de acautela
Anjo torto
E quando pensas que estás morto
Ainda existe solução.

Alguns presos radicalizam, resistindo à opressão de forma patológica, como na seguinte fala: “Comi sabonete e bebi urina pra testar minha resistência, pro caso da morte chegar e se assustar com meu estado; é um meio de driblar a morte”.

Mas quando alguém, principalmente o psicólogo se dispõe a ouvir os presos, muitos querem se expressar. Falar com o psicólogo também é uma forma de resistência, se considerarmos que calar os presos é um dos objetivos da prisão. Dizem eles, em debate sobre a “psicologia na prisão”:

Acho imprescindível o trabalho do psicólogo no presídio porque a pessoa chega traumatizada.

Eu vi coisas da minha vida, que eu nem pensava. Confesso que já chorei muito aqui dentro. Comecei a ver que a gente precisa desconstruir para aprender a construir.

Muitas vezes ouvir o psicólogo me faz ouvir detalhes que estavam embutidos. O psicólogo vai conseguir extrair daquela pessoa algo que a pessoa nem imaginava que poderia causar problema hoje.

Às vezes tenho carência de amigos. O suporte psicológico é importante. Tem colega que está com depressão. Sua função é importante. Tem hipocrisia na ressocialização do preso. Isso não existe porque a sociedade nos condena além da pena.

A Psicologia é importante.[...]A pior prisão, não há pena pior, vocês devem ter ideia, do que a prisão mental. Psicologicamente, acabou.

Para eles, a psicologia está associada à liberdade mental. Poder expressar o sofrimento é uma libertação, assim como a reflexão:

Deve ser difícil pra quem está preso não ter atendimento. Quando você está preso, o que você mais quer é a liberdade. Na prisão você está subordinado às normas, às opressões, mas também a si mesmo, que é o tolhimento de sua liberdade. A psicóloga é muito importante pro preso nessa situação, porque ele se sente com apoio de um profissional. Ele pode expressar o que está sofrendo (...).

A procura por atendimento tem várias motivações: querer parar de usar drogas; querer sair do crime; sentimento de “depressão”; entender seus atos ou pensamentos; angústia pela situação de confinamento ou por problemas familiares e de relacionamento; falar questões íntimas que não fala com os companheiros; conversar e desabafar; pânico por ficar trancado ou pelo barulho das grades; ajuda para proteger-se de si próprio ao perceber que não consegue controlar seus atos. Eis alguns fragmentos:

Pedi para me prenderem no meu próprio cubículo porque estava estressado com uns companheiros. Estou há mais de dois meses sem visita e estou usando drogas; esse foi um dos motivos pra eu querer ficar preso. A morte da minha esposa por câncer, me descarrilhou, passei a usar drogas e a matar. Fiquei revoltado com a vida. Não quero mais fazer mal a ninguém, não quero mais drogas.

Cuida de mim. Primeiro, quero me tratar, me ajuda. Ouço os gritos do cara que matei na galeria.

Usei droga desde os 15 anos; estou com 30. Não uso há 1 ano e pouco, mas tenho vontade de voltar a usar. Procuro ocupar meu tempo, não quero voltar a usar. A droga chega na minha mão.

Meu crime é estupro. Sentia muita raiva e desejo de vingança. Tinha ideia que era errado, mas tinha que fazer. Tentei pedir ajuda, mas tinha vergonha.

Eu evadi e fui recapturado, sem ter cometido outro crime. Nos 11 anos que fiquei na rua, trabalhei. Queria que a sociedade levasse isso em conta e me desse uma chance.

Queria parar, quero ajuda, sinto que estou me prejudicando. Sinto muito ódio ao usar a droga e quando passa o efeito me sinto o pior dos homens.

Estou no crime desde os 13 anos, comecei usando drogas. Estou aqui por assalto, mas cheguei a ser gerente de tráfico. Quero sair dessa vida. Minha esposa e meus filhos me pedem pra sair, mas nunca saí. Não quero mais saber de facção, você vê muita covardia, você não tem amigo. Preciso de ajuda psicológica e também pra arranjar emprego. Até hoje só vivi no crime, é só o que conheço. Quero estar preparado para viver em sociedade.

Eu tinha esquizofrenia infantil, agredia meus irmãos. Minha família achava que eu era retardado. Eles eram envolvidos com feitiçaria. A feitiçaria me faz mal. Aos 16 anos comecei a sentir prazer no desespero das pessoas. Não tenho amor por ninguém, sou um falso bom cidadão na sociedade. Eu trabalhava, mas maquiava. Ninguém sabia.

Quero mudar, não tô bancando o crime mais não. Se a senhora soubesse o que acontece aqui quando a cadeia fecha, a senhora ia ter um enfarte. Até eu fico assustado.

Fico nervoso, fico pensando grande, em ter dinheiro, em matar muita gente, ter inteligência.

Sou nervoso desde criança. Sou sobrevivente da chacina da Candelária e passei pela rebelião de Benfica. Fico alterado e ofendo os companheiros. Estou com a mente perturbada.

Estou desconfiado da minha companheira, já pensei em matar ela. Não sei o que fazer.

Fico irritado, agressivo, tenho medo de machucar alguém.

Eu não sei quem eu sou, pois quando estou em ação, me desconheço.

Estou podre por dentro, cheirando à carniça.

Alguns presos levam seus poemas para o atendimento individual como outra forma de se expressar e também para mostrar os pensamentos e sentimentos que lhes ocorrem no dia a dia; uns gostam de ler seus poemas, como esse trecho escrito pelo interno T.R. Carvalho:

Sou culpado é meu castigo
 Conseguiram me calar,
 Mas me mantenho muito vivo
 É só um tempo, esse lugar
 De uma hora pra outra
 Sei vai ter que chamar
 Preciso sair não posso ficar
 (...)

O poema de E. J. Soares, “o poeta sonhador”, como ele se intitula, sobre as “secções analíticas”, expressa seu desejo de não ser visto apenas como paciente, mas como um aprendiz e também de saber o que a profissional tem a lhe dizer:

(...)

Que tal as secções analíticas?...
Como estou de paciente?
Já ando impaciente

De ser só um paciente
Vamos!...Leia o meu repente
Que está na sua frente
Assim verás que sou mais que um paciente

Só vejo a vida de frente
Sem medo de ser feliz
Sou um eterno aprendiz
Nem sei se digo o que fiz

Talvez seja só ansiedade
De voar a liberdade,
Igual o Quatorze Bis
Sendo apenas esse eterno aprendiz

O que me diz?...

Inspirado na leitura de Cecília Meireles, o poeta escreve sobre a liberdade, o tempo e o pensamento, indicando a construção da memória que leva à transformação:

Alva pluma flutuante
Que mensagem iluminada
Linda luz de diamante
Linda joia lapidada.

Cecília és radiante
Sonhei teus sonhos...E amei.
Cascatas de diamantes
Sabe!...Eu também semê-ei.

Nestes lindos horizontes
Vimos o sonho liberdade
Encontramos com a verdade
Iluminamos os horizontes
Linda, Cecília Meireles
Bendita entre as mulheres
Voamos a liberdade
Encontramos a felicidade

Nos transformamos nos ventos
Movimentamos os tempos
Anunciando o advento
A liberdade do tempo... e do pensamento

O livro de Tolstói parece provocar no poeta o sonho de ser conhecido, reconhecido, ao mudar o curso da sua história:

Acabei de lê Tolstoi
O reino de Deus está em vós

Dizia o sábio russo
Aguardo um tá concurso

Quem sabe assim mudo o curso
Da história de todos nós
Obrigados Rosas dos Tempos
Foi como viajasse ao tempo

Lendo a obra de Tolstoi
Espero que chegue o dia
Ver a minha poesia
Ser semeada entre vós

Acabei de lê Tolstoi
Vou estudar apostila
Escrever nova cartilha
Que deixo pra todos vós
Obrigado Rosas dos Tempos
Por essa obra de Tolstoi
Vejam...já chegou o tempo
O reino de Deus está em vós.

Durante atendimento individual, um preso fala da poesia como força que impulsiona a pensar e mudar:

A leitura das poesias me trouxe coisas boas. Estou mais calmo. Não estou pensando mais o que estava pensando. Gostei do Drummond, da parte que fala em recomeço, em começar novos desafios. O primeiro que pensei foi em superar isso tudo.

No grupo de leitura outro preso aprende, com o livro, uma nova forma de levar a vida: “Aprendi, com esse livro, que pra viver você tem que levar a vida como poesia, senão fica difícil. Você tem que ter um olhar poético”.

A importância da escuta e da palavra pode ser constatada numa situação de atendimento numa unidade de segurança máxima em que foi utilizado o dispositivo de leitura. Um preso havia sido impedido de frequentar a escola da unidade por falta de interesse e “mau comportamento”. No atendimento, queixa-se de dificuldade de dormir e de se concentrar. Empréstimo um livro e no retorno diz que esquece o que leu: “Fico pensando na rua, na família”. Empréstimo então poemas e textos curtos; acompanhando-o e questionando-o, despertou para o significado das palavras, passando a relatar o que leu, colocando indagações e reflexões, associando com questões de sua vida. Conseguiu ler um livro inteiro e por sua iniciativa e desejo comprou um dicionário “para conhecer e entender as palavras”. Pedi à diretora da escola que o aceitasse de volta e tive o retorno depois que ele estava frequentando as aulas com interesse.

Assim o ato de pensar irrompe a partir da dor, provocado pela violência do confinamento e a criação se manifesta de várias formas. Um preso, por exemplo, criou uma cartilha sobre drogas. Seu objetivo foi alertar os pais para o comportamento dos filhos quando começam a usar drogas. A cartilha foi publicada, sendo o texto e as ilustrações de sua autoria:

[...] desenvolvi essa cartilha por acreditar que a luta contra as drogas é uma responsabilidade de todos [...] Vivi por tempo demais no submundo carioca e pude observar os danos que elas, as drogas, causam nos “usuários” e em seus familiares...
(MARCELO DE MELO, 2011)

O tema da responsabilidade é recorrente entre os presos. Responsabilizar-se pelos seus atos, querer reparar o dano causado a alguém ou compensar uma omissão do passado com uma ação no presente, são alguns exemplos. Em debate sobre o tema “responsabilidade”, um preso diz:

Você tem a responsabilidade de ser exemplo na sua casa, de criar limites, de ser uma referência. Quando você está preso você sai daquela conversa do cotidiano e vê que faz falta naquela situação. Coisas que você consegue perceber, a sua omissão antes e agora você quer fazer.

Outro vem buscar apoio no atendimento:

Vim procurar a senhora porque não quero mais saber do crime, estou com nojo do crime. Não estou mais traficando, mas os companheiros insistem. Tenho medo de fazer de novo, não sei o que dizer pra eles, porque não quero mais. Me sinto culpado quando vejo aqueles viciados em crack, que não conseguem largar, o sofrimento das famílias. Quando vejo na televisão, desligo, me sinto responsável por isso.

A partir do que leu, a fala de um preso no grupo de leitura: “A palavra compromisso é chave para minha vida. Fui criado com irresponsabilidade”.

Na prisão, a resistência e a criação se expressam no Projeto cultural “CRIADAKI”⁶⁵, elaborado por um grupo de internos de uma unidade de segurança máxima, com o objetivo de interagir com os outros internos e família, estudar e pensar, criar uma cooperativa, uma frente de trabalho dentro da unidade e fora dela. Eis alguns trechos da proposta produzida por eles:

O Projeto Cultural Criadaki surgiu da necessidade de alguns companheiros presos fazerem o trabalho sério, através do qual pudéssemos expressar artisticamente nossas inquietudes e anseios. Tarefa difícil para quem tem temporariamente cercada a liberdade de ir e vir. Mas com o resultado duplamente gratificante quando os frutos aparecem. E eles vem em forma de transformação diária, permanente, positiva, fundamental. E nós mesmos com a ajuda de nossas famílias, estamos vencendo barreiras, alcançando objetivos, elaborando a dor de forma construtiva através da ARTE

⁶⁵ Esse projeto, elaborado e escrito por um grupo de internos de uma unidade prisional do Rio de Janeiro, teve o apoio do diretor da unidade e foi apresentado aos demais funcionários e convidados dentre autoridades e artistas.

Criar um grupo de teatro e outro de HIP HOP para interagir com internos da unidade e com nossas famílias, nossos filhos, sobrinhos, vizinhos, etc... A ideia com isso é de fazer as pessoas pensarem no mundo que se encontram, rever seus conceitos sobre convívio social, ressocialização, crime... Esse processo nos leva a pesquisa, leitura, estudo e análise de diferentes textos, de diversos estilos, de vários períodos históricos e nos transporta a outros mundos, outros lugares, outras pessoas, outros valores... Junto e paralelo aos trabalhos de palco temos outra ideia não menos ambiciosa: criar uma cooperativa com o nome do projeto 'CRIADAKI' dentro da unidade[...]

Outros projetos e ideias que surgem do coletivo carcerário indicam o ato de pensar como estratégia de resistência e criação. O “catuque” foi a forma criativa que os presos inventaram para se fazerem ouvir, para terem acesso aos profissionais, já que necessitam de uma senha para chegarem até eles e não existe um meio oficial de comunicação. Assim, através dos “catuques” pedem para ser chamados ou já relatam o problema que querem tratar. O próprio nome “catuque” é muito sugestivo, pois expressa a intenção de “catucar”, de chamar a atenção para si. Mais importante do que as palavras contidas nesses bilhetes, é a que se destinam. São pedidos de atenção, de socorro por estar no isolamento, de intermediação quanto a exames e situações do processo jurídico, de atendimento para outro interno que eles avaliam que precise de ajuda, mas que não teve iniciativa de procurar, de urgência para ser atendido, breves relatos de problemas psicológicos, queixas da Unidade visando a resolução do problema, comunicação ou ameaça de ação, como por exemplo, greve de fome. Além dos “catuques” que são trazidos, em geral, por outros internos que estão circulando pela unidade ou eventualmente, por funcionários, trazem pessoalmente pensamentos e poemas, cartas de desabafo ou agradecimento pelo atendimento obtido.

Teatro, música, poesia, biblioteca, são criações que visam a comunicação. Uma peça de teatro foi criada para conscientização do coletivo sobre a tuberculose, que é um grave problema de saúde nas prisões. “De forma lúdica, apresentamos o contato com a bactéria, a simulação da bactéria no organismo, a impregnação da mesma...”, disse Denis, o autor da peça. Dois projetos também tiveram muita importância numa unidade prisional: o Projeto “Cadeia limpa”, que visava levar higiene às celas, galerias e pátio de visita e o “Espaço Positivo”, localizado dentro das galerias, que inclui biblioteca, curso de desenho, sala de debate, xadrez e tangram⁶⁶. Outra iniciativa do coletivo é formar grupos autogestivos com diversos objetivos. É comum formarem grupos para estudar determinados temas de seu interesse, como os religiosos. Um grupo se formou a fim de intermediar conflitos entre internos e entre internos e funcionários, “buscando sempre o melhor caminho”, como disse um participante. Ao iniciar trabalho numa determinada unidade prisional, soube que os

⁶⁶ Quebra-cabeça chinês formado por figuras geométricas.

próprios presos faziam uma acolhida aos que ingressavam, por perceber que muitos chegavam desorientados, assustados.

O preso T. R. Carvalho elaborou três projetos – “Espaço musical”, “Espaço Arte” e “Acolher o pior” - na expectativa que alguém os acolhesse e os colocasse em prática. Nomeou o conjunto de projetos de “Ser melhor no meu pior”. Diz ele:

Aguardo ansiosamente que alguém possa colocar em prática o que eu humildemente almejo pra mim pois sou melhor no meu pior. Busco através da arte ser alguém melhor pra minha família e principalmente pro meu único filho.

O “Espaço musical” tem por objetivo “dispersar o sofrimento através da música”. Pretende utilizar diversos ritmos – funk, pagode, rap, MPB, sertanejo – para “melhorar o comportamento do detento e até mesmo revelar seus talentos”. O “Espaço Arte” visa “interagir o detento com a arte do grafite”. Grupos de presos elaborariam murais. A proposta é todos se unirem “na intenção de expor o seu pensamento de dor ou de felicidade e de indiferença e esboçá-los num painel feito de forma unida e plausível. Pinturas em camisas e até mesmo nos barris de lixo”. Carvalho escreve que essa seria “uma forma de deixar o local de vivência mais descontraído, melhor no pior”. Diz que “seja na cadeia ou na rua é preciso conscientizar e procurar isso agora e sempre”. O terceiro projeto – Acolher o pior – “seria acolher escritas feitas por presos que se encontram em calamidades emocionais, familiares, financeiras, drogas, indiferenças educacionais. A intenção é estender a mão a quem precisa e almeja um futuro digno”. Carvalho escreve:

Muitos aqui, assim como “Eu” estão dispostos a ser melhor, a se encontrar consigo mesmo. Eu sempre fui sonhador e ambicioso por um futuro melhor. É que infelizmente fui seduzido e apoiado de forma não competente, fui intencionalmente bom naquilo que não era bom pois em minha mente achei que era “válido” ser um “bad boy 157”, pura loucura. É aí que tem que entrar o apoio otimista e eficaz para combater o Pior e esse pior vir a ser o melhor. Precisamos de pessoas que possam trazer a arte pra cadeia, que realmente estejam de acordo com a necessidade real de que o preso tem sim sonhos, planos, e até mesmo dor e transformá-los naquilo que realmente é bom e plausível pra nós mesmos e para a sociedade.(...) Existem vários talentos adormecidos e esquecidos. Pois sem dúvida é notável o que o “crime” faz com o intelecto de muitos. Percebo que muitos são induzidos e acolhem essa indução, admirados pelo sucesso de alguns manos que no crime se destacaram. A intenção do projeto não é retrucar a vida bandida que muitos escolhem seguir, pois cada um tem o seu livre arbítrio que já é doado por Deus. Mas sim caçar os talentos que se perdem e adormecem dentro de muitos que estão privados de sua liberdade.

Propõe: gincanas musicais, concursos de poemas, seleção de grafites. “E o principal, ver o que o preso é capaz de desenvolver. O melhor no seu pior”.

Em uma “roda de música”, um preso fala da importância da música para a vida e a memória:

Já estou preso há 1ano e meio e muitas coisas lá de fora vão fugindo da memória. A música preenche essa saudade que a gente sente da família, tem uma magia de se transportar para outros lugares, faz você lembrar de alguém.

Debatendo sobre a música “Mais uma vez” do Renato Russo, um preso mostra como a palavra, seja em um texto, seja através da música, pode potencializar a memória do futuro e a força da resistência:

Essa música me recorda as coisas que eu acredito e tenho que alcançar. A força de vontade de não me entregar, não estagnar. Não posso me deprimir, me isolar, porque é uma ida sem volta. Se eu me entregar, eu vou morrer, posso até tirar minha vida. Não quero chegar a esse ponto, mas é inegável que eu penso. Assumo meus atos, a culpa é minha. Lutar sempre, não me entregar nunca. A gente sempre se deprime um pouquinho, mas acho que isso é normal. Você não tem casa, não tem querer, não tem o direito de dizer não pra uma série de situações. Tem horas que a gente se sente lixo.

Em uma “roda de poesia”, outro preso fala sobre a importância da escrita para expressar a dor, inspirado em Adélia Prado:

A cadeia, para mim, se tornou suave. Eu escrevo para passar cadeia. Comecei escrevendo cartas na prisão para quem não sabia ler e escrever. (...) Nesses dois anos que passei na cadeia valeu por vinte lá fora. Eu escrevo porque a minha dor é tão grande.

Muitas vezes, os presos buscam a parceria ou apoio dos funcionários, como a proposta que recebi para coordenar um grupo de debates a que chamaram “ciclo de ideias”. Foi assim que formularam a proposta:

Ciclo de ideias

“Vou embora, hem...”

Convidamos os internos a participarem do ciclo de ideias que abordem temas como liberdade, família, trabalho, etc...

O objetivo do ciclo é a troca de ideias e experiências entre os internos, objetivando nos preparar para a verdadeira e permanente liberdade física e mental.

O ciclo contará com a supervisão de uma psicóloga (...).

Uma parte do grupo propôs que as falas produzissem informação “para fora dos muros”, que fossem divulgadas para “provocar mudança”.

Essas iniciativas indicam novos modos de subjetivação que constituem a construção da memória. Ao projetar um desejo de mudança para fora dos muros, em si e no mundo já estão

produzindo o novo. Num trecho do poema *Alvará interior (ou auto-liberdade profunda)*, Corrêa escreve:

(...)
 Vivo preso
 Aos muros, às grades, e às cercas.
 Preso ao passado e ao presente.
 Preso ao meu interior, alma ou espírito,
 Não ao refeito, mas ao por refazer.

Vivo a busca constante,
 Diária,
 Mínuto a segundo,
 Da varinha mágica,
 Da porção milagrosa,
 (...)
 Tudo sintetizado
 Em uma palavra:
 “Alvará”.
 Alvará judicial,
 Simples folha burocrática
 Que acredito ser
 (...)
 A liberdade!

Ouso discordar
 Trilhando caminho oposto.
 Acredito sim,
 No “HC” e no alvará estatal.
 Mas busco outra mina de diamantes,
 Outro mapa do tesouro,
 A jóia rara da liberdade.
 (...)
 A busca interior.
 Substitua as gavetas dos tribunais
 Pelas gavetas do seu “eu”
 E encontrará
 O verdadeiro alvará,
 A síntese perfeita
 Do ato de se libertar:
 O alvará interior, da alma ou do espírito,
 O nome não importa,
 Mas aquele que verdadeiramente
 Liberta
 Dos grilhões, das algemas,
 Das grades de nós mesmos.
 (...)
 Questione e revise
 Conceitos, atos e oportunidades.
 No espaço físico, mental e espiritual,
 No espaço d’alma.
 Refaça, se necessário for,
 Perspectivas de vida.

Se submeta a uma reflexão
 Que faça avançar
 Que refaça e requalifique o seu “eu”.
 Uma verdadeira e subversiva
 Revolução humana,

Que aponte para o futuro
 Buscando as fontes do passado
 Se alicerçando nas ações presentes.
 (...)
 Seremos vencedores
 Libertando-nos de tudo e de todos
 Que ousam ouousem
 Deter nossa rejuvenescedora
 Revolução humana!
 Liberdade para sermos livres
 Não para ficarmos presos ao que nos prendeu!

A expressão de ideias através dos debates produz o sentimento de liberdade:

Eu vejo a Psicologia não só no momento da dificuldade, mas de reunir, de trazer as pessoas para cá. Aqui, eu participo dos debates pra transpor as portas.

Destaco a importância dessas práticas para manter a saúde mental do preso, incentivando o convívio social produtivo, valorizando a liberdade de pensar e se expressar.

Nos grupos de leitura e debates do “ciclo de ideias”, normalmente, surgem associações com experiências pessoais e essa troca gera uma reflexão. Esses encontros produzem efeitos. Sentem-se incluídos, respeitados, valorizados ao poderem falar livremente e ser ouvidos. Embora os grupos não sejam de terapia, alguns os vivenciam de forma terapêutica.

Avaliando a experiência do grupo “ciclo de ideias”, após um ano de atividade, os presos dizem:

Eu acho que a gente ainda pode crescer muito em relação a atos proativos do grupo. Mas acho que o grupo tem outro objetivo que ele atinge muito bem, que é nos permitir ter oportunidade de externar muitas coisas que pensamos e ouvir o que os outros falam. Eu me sinto bem, me faz bem. É como se nós tivéssemos um momento de abordar problemas de forma séria, sem que tenha intimidade. Isso dá uma tranquilidade. Apesar de não ser terapia de grupo, tem consequências.

O principal é a nossa saúde mental. Depois, pode ter ganhos que se materializem em favor do coletivo.

Eu acho que como os dias de preso são difíceis, a gente tem que preencher o tempo e produzir algo. Eu entrei no grupo com esse objetivo: vou preencher meu tempo. Eu encaro que o principal objetivo é a saúde mental porque você vai falando, você vai refletindo. Você sai com um sentimento de autoestima por ter falado algo que enriqueceu o grupo. No grupo eu vejo que você aprende e tem algo de bom a passar. Eu acho que é uma oportunidade de ocupar seu tempo e se sentir bem de aprender e saber que pode dissertar bem sobre esse tema. Oportunidade de autoconhecimento, relacionamento social. Se enumerar o que tem de positivo...

O depoimento de um preso sobre o grupo de leitura também destaca o enriquecimento pessoal:

O compromisso com o grupo de leitura me obriga a ler. Se não tivesse o compromisso, não leria. Antes eu não me prendia a livros, lia coisas rápidas, como revistas e jornais. A leitura enriquece meu mundo, meu vocabulário, os conhecimentos. É uma forma nobre de ocupar seu tempo, pois evita que você fique em grupos de fofoca, que não fazem bem. Me distrai e me afasta dos grupos. Me faz refletir sobre questões minhas e às vezes me sinto culpado e triste. Outros livros, me sinto privilegiado por não passar por problemas do personagem que eu não gostaria de passar.

No grupo “ciclo de ideias”, o tema “ato ilícito” foi um dos sugeridos pelos presos. Tanto no debate, quanto em atendimentos individuais, alguns fazem uma diferença entre ser criminoso e ter praticado um ato criminoso: “É diferente ser criminoso e cometer um ato criminoso. Qualquer ser humano pode errar”. Falam também do ato cometido inconscientemente, por uso de drogas ou problemas psiquiátricos, ou ainda sob forte emoção:

Quando chego num estado “cheirado”, tento entrar numa luta interna contra a droga, conversando comigo mesmo. Sei que a droga me faz mal e a quem está em volta. Procuro me isolar. Acho que o crime que cometi tem a ver com as drogas, tenho um temperamento tranquilo quando não faço uso. O que mais mexe com a minha cabeça, é que por mim, eu não uso droga.

Muitos dos que vivem do crime afirmam ter tentado trabalhar, mas não conseguiam emprego ou não conseguiam viver com o salário ganho. A maioria começou a trabalhar cedo, ainda criança para ajudar a família, entrando para o crime na adolescência, muitas vezes a partir do uso de drogas. A trajetória de alguns está diretamente ligada ao contexto sociocultural precário, enquanto outros dizem que sua motivação não foi a necessidade e sim a ambição, o poder, a emoção ou “adrenalina”, como diz um preso em atendimento individual: “Eu gostava do que fazia, tinha ‘adrenalina’, mas me afastei dos amigos, tinha pouco tempo pra família, estava em esquema”. Entre os que têm dúvidas se vão ou não continuar no crime, estão os que acreditam que só com dinheiro e poder são valorizados e respeitados pela sociedade, como revela um preso durante atendimento:

Tenho dúvida se consigo viver fora do crime. Gosto de aventura e adrenalina. Quando eu não tinha nada, ninguém olhava pra mim. Quando trabalhava, não era respeitado. Quando assaltava, tinha muito dinheiro. Passei a ser respeitado, podia ajudar as pessoas, era querido na comunidade. Me vestia bem, ia pra Pedra Bonita e os “play-boyzinhos” da zona sul me aceitavam, me chamavam pra ir na casa deles. Tinha mulheres, arma, poder.

Há ainda os que cresceram com o exemplo do ilícito dentro de casa, como podemos ver na fala de um preso em atendimento individual:

Minha mãe cheirava pó o dia todo, meu pai era dono da boca. Aos 7 anos via gente morrer do meu lado e ficava traumatizado; depois passei a achar normal. Hoje, se tiver que matar, não sinto nada, já matei amigo de infância que vacilou comigo.

Em debate sobre o tema “ato ilícito”, outra fala, embora semelhante à anterior, indica a identidade entre construção de memória e construção de subjetividade. Nesse caso, a experiência violenta da prisão força a pensar e reconstruir o passado a partir dos questionamentos presentes, visando uma possibilidade de futuro diferente da vida pregressa:

Eu sempre tive exemplo em casa do ilícito. Desde pequeno presenciei o ilícito. Minha mãe era funcionária pública. Os blocos que sobravam na repartição era ‘para vocês levarem pra escola’. Meu pai era comerciante, vendia nota. Você vai introjetando o ilícito e acha isso normal. Comecei a trabalhar na polícia e o órgão facilita, você começa a achar normal. Como já vinha de berço... Eu comecei a questionar uma época o que era certo e errado. Na hora que a casa cai, você vê que não é assim. Coloquei na minha cabeça que não vale à pena, que quero ser melhor como pessoa e uma das coisas é parar com o ilícito. Sem hipocrisia, não julgo quem escolhe isso. O ilícito se apresentou pra mim e eu dei continuidade. Quero mostrar aos meus filhos o caminho certo: não fazer.

A ideia que alguns presos têm do crime envolve a questão cultural de um determinado grupo: “Tem pessoas que vivem em organizações criminosas, mas no meio social delas esses atos não representam tanto quanto leis morais, de honra”.

Fazem uma diferença entre a lei da consciência e as leis escritas:

Acho ato ilícito uma questão da consciência. Você pode cometer ato ilícito de leis não escritas.

Existe na consciência uma barreira entre o correto e o incorreto. Quando você ultrapassa essa barreira, o que acontecer já não pesa tanto. Quando você rompe a barreira da ilicitude moral, você já abriu sua guarda.

A gente vive numa sociedade que não é séria. As leis escritas são feitas no calor da emoção e os que velam em praticá-las não têm o menor escrúpulo e também infringem por ter o poder na mão.

Muitas vezes a pessoa não comete crime, mas tem atitudes sem ética. Mostrei aos meus filhos que não é só corrupção, tem a ver com moral, ética. Mostrei a eles como não se corromper, não só a nível de crime, mas do trato ao semelhante.

Enquanto alguns dizem não ter pensado nas consequências de seus atos, outros assumem que sabiam o que estavam fazendo, embora agissem compulsivamente, visando o prazer. Estes chegam à conclusão que “a vida do crime é uma ilusão”. A conscientização que surge indica uma passagem da atuação para o ato de pensar. No debate sobre o tema, em uma unidade prisional, as falas de alguns presos:

Foi um ato impensado que me causou 10 anos de sofrimento.

Recebi muita proposta pra dar aula no exterior, mas a emoção era melhor, a polícia era melhor. Pura ilusão.

Prazer é diferente de felicidade. O prazer do dinheiro fácil é uma ilusão.

Viver dessa forma, por mais que você tenha um bem estar financeiro, é um mundo de paranoia. No fundo, a pessoa quer a legalidade.

Eu queria dar uma vida melhor pra minha família, mas só perdi, acabei com a minha vida.

Eu tinha uma troca com meu meio social, ética e em determinado momento eu transgredi. Não fiz só uma vez, entrei numa espécie de compulsão; você não se reconhece. O que me deixa confuso é quando você segue uma linha na vida e de repente você transgredir e continua transgredindo sem pensar. Eu não precisava. É um ponto de interrogação.

Acredito que se não tivesse sido preso não teria parado para refletir. Hoje exerço a liberdade dentro do meu pensamento. Digo isso à vontade porque sou um policial criminoso, fazia extorsões.

Nos atendimentos individuais, a questão da ilusão também é falada:

A prisão me fez enxergar a verdadeira face do crime, que é de ilusão. Hoje entendo que consigo viver como um trabalhador normal. Hoje, valorizo a vida comum.

Eu vivia num sonho, numa fantasia, pois tinha dinheiro fácil e podia frequentar lugares que de outra forma não poderia. Se tivesse que passar por isso de novo, não ajuentaria, pois já vi e sofri muita covardia. A maior dificuldade foi conviver com pessoas estranhas e muitas vezes “loucas”. Dessa experiência, levo a valorização do sol, da forma de lidar com as pessoas, da liberdade.

Eu tinha outras saídas pro meu problema, mas não enxerguei, me deixei levar pela ilusão.

Precisei cair aqui dentro pra ver que isso não é vida pra mim. Caí na real.

Sobre a experiência da prisão, os presos dizem que foi “ruim”, “humilhante”, “traumática”, “um inferno”, “degradante”:

O primeiro sentimento que eu tive ao ser preso foi de que “eles estão tentando me tirar a dignidade”.

É horrível; uma das piores sensações é estar privado da liberdade e longe da família.

Foi muita perda, como a confiança da família e conhecidos.

Foi a pior experiência da minha vida, privado de tudo, da liberdade. Há 2 anos sem escutar a voz da minha filha.

A gente vê muita coisa errada na cadeia, vê muita covardia e é obrigado a conviver.

Não é vida pra ninguém,sou tratado quase igual a bicho.

Foi a pior coisa que me aconteceu,vi coisas que não sabia que existiam.

Traumática. De bom, não levo nada. Não aprendi nada. Não tenho como avaliar o quanto perdi.Foi um prejuízo irrecuperável.

É ruim depender tudo dos outros, não poder fazer nada sem autorização.

Foi ruim ver minha mãe vir aqui chorando. E ser contado que nem cachorro todo dia de manhã⁶⁷ ...

Parece que a mente está bloqueada.Só penso no que aconteceu.Fico nervoso,agitado.

Eu não prendo mais ninguém,se puder até solto.Solto até passarinho. Não sabia que a prisão era tão ruim!

Mas é interessante mencionar que muitos assumem e questionam seus atos. Fazem várias críticas ao sistema prisional, mas paradoxalmente, dizem que a prisão foi válida, foi o que os fez parar o ato e parar para pensar, rever seus valores. Ouvir que a prisão é válida é, até hoje, surpreendente, mesmo após ter ouvido essa fala tantas vezes, pois conheço de perto o horror do cárcere, as péssimas condições, a crueldade e tudo o que já foi dito aqui. Mas não se trata de defender a prisão; quando eles dizem isso não estão defendendo a prisão, não estão dizendo que a prisão foi boa, mas sim que precisavam de um freio, de algo que os parasse e que os fizesse pensar. Durante atendimento, alguns presos falam:

A prisão, pra mim, foi válida. Se não fosse isso, eu ainda estaria no crime, talvez até morto.

Por um lado foi bom,porque a gente para e reflete na vida.O crime não compensa.

Foi ruim num ponto e bom no outro. Tive muitas perdas, mas isso faz querer outras coisas quando chegar lá fora.

Acho válida a prisão;parei pra pensar.Mas acho que poderia ser uma pena mais curta e com mais condições de ressocialização.

No início a gente tem raiva,mas hoje até agradeço porque vi que não vale à pena.

Foi até bom porque eu não estou usando droga e a convivência com a minha família está 100% melhor.

Estou me regenerando em relação às drogas,que foi o que me deu todo esse prejuízo.

A prisão não ressocializa, mas o choque me fez parar para pensar.

Foi uma grande experiência, na medida em que me restaurei aqui dentro; foi uma grande melhora.

Foi bom, porque lá fora eu não enxergava nada, estava cego. Agora, estou tranquilo.

⁶⁷ Refere-se ao “confere”, conforme explicado anteriormente.

Tem sido difícil, tenho refletido sobre meus atos do passado e mudei minha perspectiva de vida.

Eu só comecei a refletir quando me senti preso mesmo.

A prisão é uma escola porque a mente abre, você aprende a parar pra pensar.

É horrível. É difícil conviver com pessoas diferentes. O aspecto positivo foi a oportunidade de estudar.

Nós nunca estamos sós. Nós vamos criar vínculos, somos sociais. Esse vínculo é que dá base para poder suportar nossa estadia aqui.

Algumas falas em debate sobre o tema “a experiência da prisão”;

Eu tô preso por uma coisa que eu não fiz, mas se olhar pra trás, eu fiz coisa muito pior. Quando você está preso, você vê os valores. (...) Infelizmente, tem que passar pelo sofrimento. Se estivesse na rua, eu ia estar metendo o bicho mesmo.

Quando você fica segregado, você pensa. O que eu errei foi fundamental pra reavaliar minha vida.

Durante debate sobre o tema “fim das prisões”, a sinceridade e autocrítica dos presos para quem a prisão serviu de “freio”:

No meu caso, se eu não tivesse sido preso, eu estaria morto. Não vou dizer que sou inocente, eu sei o que eu fiz. Tenho 17 anos de pilantragem. A cadeia é válida porque freia quem não tem freio, tem que existir. Pra mim, o castigo maior foi ter vindo pra prisão.

A prisão, pra mim, foi importante. Divido em duas fases. Comecei a fazer reflexão quando cheguei aqui; aqui começou um processo de segregação. Serviu como freio. Se eu estivesse lá fora, estaria numa pior. Falo de coração. Vou sair daqui outra pessoa. Eu não vi meu filho crescer, é pesado. Em termos de reflexão interna, foi positiva.

Quando fui preso sofri um freio de correção na minha vida. Eu pensava muito no imediato.

Para mim, foi boa a prisão, porque se eu estivesse lá fora eu estaria no mesmo ritmo, no mesmo embalo e nem sei como estaria, pois tem muito polícia morto.

Eu tinha que ser preso mesmo, senão ia piorar, eu ia continuar roubando. Para conter o meu lado violento e pra que eu repense minha vida. Para mim, foi válida.

Em atendimento individual, os presos também se referem ao “freio” e um deles radicaliza:

Estou feliz de estar aqui. Sou dependente químico. Pedi a Deus para parar de usar drogas e estou aqui. Pela primeira vez, meu pai me deixou dar um beijo nele. Ele sempre dizia que eu era um merda, não tinha jeito. Se isso aqui me fizer parar de usar drogas e eu ficar bem com meu pai, posso ficar preso a vida inteira.

Foi o empurrão que eu precisava para largar a droga de vez. Não vale à pena.

Alguns só pararam para pensar na terceira, quarta, sétima passagem pela prisão. Esses, que viviam do crime, começaram a pensar que a vida do crime não lhes trouxe nada de bom, apenas o efêmero, a perda da liberdade, a distância da família e descobriram que “é possível viver com pouco”, ao lado da família e em liberdade. Em atendimento individual e no grupo de leitura, os presos dizem:

Foi uma lição de vida, porque em sete passagens⁶⁸ eu aprendi que a vida do crime é uma porcaria. Se eu estivesse trabalhando teria tudo que eu queria e mais um pouco. Me fez pensar o quanto eu me orgulho dos meus pais, que sempre conquistaram tudo com o trabalho deles.

A prisão está sendo uma experiência de transformação. Descobri aqui que posso viver com pouco.

Os presos fazem uma relação da prisão com outras experiências de vida e de confinamento. A fala de um deles compara a plataforma de petróleo com a prisão: “Um amigo que trabalhava em plataforma disse que era pior que prisão. Ele ficava louco pra ir embora”. Outro, em atendimento individual, diz: “Quando passei fome na rua não foi tão ruim quanto estar aqui”. Em debate sobre o tema “felicidade”, a fala de um preso:

Antes de vir pra cá, tive um problema sério de internação, passei por uma cirurgia e considero até pior do que estar aqui. O momento que eu tirei a sonda foi um prazer enorme. A grande tortura aqui é o clima de indecisão, de incerteza, do que vai acontecer. Aqui a gente está sob pressão.

Quando o sentido de prisão e liberdade se inverte, um preso diz no grupo de leitura:

Nos últimos 6 anos eu estava preso; só não tinha grade. Agora, me sinto mais livre. Me preocupava em ganhar dinheiro, comprar carro, etc. Aqui descobri que posso ser feliz com pouco.

Podemos pensar que não havendo dinheiro, não havendo mercado, tem o outro, tem a relação consigo.

Em atendimento individual, as falas dos presos sobre a experiência da prisão também dão a ideia de como prisão e liberdade podem ser relativas:

Na liberdade, eu estava preso e agora, na prisão, estou livre nos meus pensamentos. Eu estava perdido. Soube que estava sendo procurado e que ofereciam uma recompensa para quem me denunciasse. Preferi me entregar. Fui pra praia, à noite, estava sem dinheiro. Fiquei pensando: “Deus, se você existe, quero saber a verdade.” Tinha pensado em ir caminhando pra dentro d’água até me afogar. Eu pensei em morrer e me dei dez minutos pra entender a razão. Olhei as estrelas e pensei que elas estavam rodan-

⁶⁸ Sete passagens pela prisão.

do,mas na verdade é a Terra que está rodando e senti uma paz muito grande.E aí começou meu processo de reflexão. Hoje eu estou preso, mas me sinto livre na mente. Antes eu estava livre,mas estava preso.Hoje não estou mais perdido.

A verdadeira prisão é encarcerar a própria consciência.

Pra mim não foi um bicho de sete cabeças, mas me ajudou a superar o trauma e me aproximar da minha família.O que eu estava vivendo[na rua] estava me fazendo mal e pra minha família.

Pensei até em me suicidar. Graças a Deus,vim parar nesse presídio.

Se eu não tivesse sido preso eu já teria morrido de overdose.Eu nem comia mais. Lá fora era a pior prisão. Tudo que eu não fazia lá fora estou fazendo aqui dentro. Aqui eu não uso droga,malho,tenho aula de inglês, faço terapia. Aqui foi minha liberdade. É melhor do que na clínica de dependência química. Lá, você fala de droga o tempo todo.Aqui,eu não falo da droga.

Também durante debate sobre o “fim das prisões”, dizem os presos:

Quando eu entrei pra polícia me disseram que polícia é bandido e não tem que ter pudor.Eu estive na função,entrei.Como eu ía fazer pra sair se eu estava inserido?Hoje,eu consegui romper isso.

Deveria existir em determinados casos.Tem casos patológicos, pessoas que têm prazer no crime,tem pessoas que a vida criminosa se tornou uma prisão pra eles.Conheço presos que a prisão se tornou uma liberdade pra eles.(...) Muitos que são associados ao crime,mas não querem aquilo,a cadeia é a liberdade.

Num debate sobre o tema “liberdade”, alguns presos questionam o sentido dessa palavra e a associam à mudança e reconstrução, mostrando a capacidade de dobrar a força que assujeita e recriando a relação consigo. Alguns fazem uma diferença entre o que chamam de “liberdade pessoal” e a “liberdade estatal”. Consideram que “só conquistaremos a verdadeira e duradoura liberdade, se discutirmos e reavaliarmos nossos procedimentos e concepções, numa profunda reflexão interna”, como disse um preso e acreditam que muitas vezes os que saem da prisão estão mais presos do que quando fisicamente o foram:

Eu nunca fui de enfrentar as coisas negativas e agora eu estou conseguindo. Minha primeira função ao passar do portão é recosturar meus laços familiares.

Acredito que muitos daqueles que recebem o alvará de soltura passam pelos portões da unidade rumo ao mundo exterior,muitas vezes,tão ou mais presos do que quando fisicamente o foram, pois, naquele instante, levam consigo as mesmas práticas, atos, perspectivas de vida e visão de mundo que tinham quando praticaram os atos ou ato que os levou à prisão.

Fazem planos, mas falam também dos medos ao retornar à liberdade: medo “do dedo em riste”, do julgamento da sociedade, de ser discriminado por ser ex-presidiário, de não conseguir trabalho e reincidir ou até voltar a praticar o crime por não ter elaborado suas

razões. Um preso diz: “Tenho certa vergonha de como vou chegar lá fora, como vou ser visto”.

O tema “família” é o que mais mobiliza os presos, às vezes mais do que a liberdade. Os que têm família suportam mais a situação de confinamento e a consideram fundamental para o processo de reinserção social. Muitos passam a valorizar a família nesse momento e se sentem culpados ou responsáveis por fazê-la passar pelo constrangimento da visita⁶⁹. Reparar o dano que avaliam ter causado à família é uma das metas ao conseguir a liberdade. Os que não têm família ou foram abandonados por ela, passam muita dificuldade, tanto psicológica quanto material, tornando-se quase mendigos dentro do cárcere. Em debate sobre o tema, os presos dizem:

A família também fica presa quando a gente vem preso. Existe uma grade invisível ali.

A penalização da família é uma covardia muito grande. Fiquei 2 anos afastado da família para não expô-los à revista da visita. Aprendi que família é fundamental.

Quando a gente cai aqui, percebe que a única coisa que você tem de verdade é a família, o resto é ilusório. O desejo de se vingar, de provar a inocência é menor que o desejo de ver a família.

Eu consegui através da prisão ter um novo perfil da família, muito positivo.

Acho que o que pode ficar comprometido depois de ficar aqui é a autoridade. Mas ao mesmo tempo isso me dá condições de dizer que preciso orientá-los para eles não virem a passar por aqui.

A importância e a influência positiva ou negativa da família, em suas vidas são citadas em atendimentos, quando falam da experiência da prisão:

Foi uma lição de vida. A gente aprende que a mentira não leva a nada. Se eu escutasse minha família, não tinha acontecido nada disso comigo.

Foi uma experiência que me fez refletir bastante; eu não dava valor devido à minha família.

Está acabando com minha vida. Por outro lado, me faz pensar e valorizar a família.

Não tenho com quem conversar. Meu cunhado disse que eu não sou ambicioso. Quero sair dessa vida [roubo], mas não sei se consigo. Meus pais passaram a mão na minha cabeça.

Minha mãe nunca sentou comigo e me disse “isso é certo, isso é errado, a vida é assim”. Pra fazer mal pros outros, ela tem tempo, pra saber dos meus filhos e vir me ver, não.

⁶⁹ O que os presos consideram constrangimento é o fato da família ser revista até intimamente.

E também em debate sobre o tema “família”:

Eu aprendi na minha família, com minha mãe, como não se deve criar alguém. Foi aqui que eu vim a ter um contato com minha mãe; é prazeroso, depois de 50 anos, você conseguir resgatar um relacionamento. (...) Vocês não têm ideia do que é poder abraçar uma mãe depois de 50 anos. Hoje eu tenho noção de família. É importante.

Em termos de família, esse fantasma existe pra mim. Eu sei que deixei um campo minado. O meu grande fantasma é como vou ser visto quando entrar em casa. O grande medo meu é a visão que eles têm de mim, de ter descido ladeira abaixo. Tenho medo do olho no olho, enfrentar o tribunal da vida, o que eles vão falar pra mim. Eu vejo muito a figura do dedo apontado.

No sentido contrário ao da maioria, uma fala inusitada no debate:

Estou aqui há um ano e não tenho visita da família. Quando eu morava com a família, eu ajudava, eu resolvia os problemas da família. Aqui, sinto em parte como se estivesse de férias.

Inspirados em livros, dois presos refletem sobre o valor da família durante o grupo de leitura e outro responsabiliza a família pela situação na qual se encontra:

Antes, eu dava pouco tempo pra família e todo o tempo pro trabalho. Agora, quero passar o máximo de tempo com a minha família. Antes, o que eu dava mais valor era ao dinheiro; agora, é à família.

Aqui, mudei meus valores. Aprendi a valorizar coisas como jantar com a família, estar com a família. Aprendi que posso viver bem com pouco. Eu achava que o importante era dar o melhor colégio pros meus filhos, ter o carro do ano. Hoje, acho importante estar com a família.

Meus pais não me ensinaram a pescar, me deram tudo. Me envolvi com drogas. Até que fui preso. Graças a Deus, cá numa cadeia.

Valorizar o que não se valorizava antes é um tema recorrente nos atendimentos, quando falam sobre a experiência da prisão:

Foi muito ruim, dolorosa, mas também foi boa pra abrir mais a mente, pra dar mais valor à família, ao serviço, à liberdade e a mim mesmo.

Hoje, vejo a falta que meus filhos fazem pra mim; passei a dar valor a coisas pequenas, como poder acordar e trabalhar.

Meu sofrimento é a abstinência sexual e a saudade da família. Apesar disso, pude expandir o lado espiritual e emocional. Vim conhecer a miséria na cadeia e hoje valorizo o que tenho.

Aprendi a dar valor ao próximo, à minha própria vida e à família; percebi o sofrimento que causei a ela.

Aprendi a dar valor à minha vida; lá fora eu era feliz e não sabia.

E também nos debates:

A prisão produz efeitos inimagináveis na vida do preso e de sua família. Durante o período de cárcere o detento tem a possibilidade de refletir sobre tudo que fez e aquilo que deixou de fazer em sua vida, passando a valorizar mais a vida, a família, os amigos e a liberdade.

No grupo de leitura, os presos falam sobre o valor próprio e o da vida, inspirados nos livros:

A reflexão que fiz foi de dar valor ao que está perto da gente, ao que ajudou na nossa caminhada. Mostrar o valor que às vezes está dentro de nós ou em volta e não percebemos.

Aqui fala sobre o valor da vida, não importa quem seja. Ali tem uma vida, como você. Aquele homem tem o mesmo valor que eu tenho, que é a vida, mesmo que ele esteja descalço e sujo.

Se vim pra cá foi pra mudar meus valores. Também achava que o material era importante.

Em debate sobre o tema “Felicidade”, um preso faz uma análise e diz que a associava ao consumo:

Vou me basear no conceito que o homem nasceu para ser feliz. E o homem muitas vezes deixa de ser feliz por desvio de percursos na história da humanidade. Dois pressupostos de felicidade: permanentes e impermanentes. [...] O status é impermanente, poder também não traz felicidade. [...] Minha relação familiar sempre foi boa, mas nunca valorizei. Quando eu precisei, foi minha família que deu apoio. Eu achava que ser feliz era ligado ao consumo. Quando me faltou muita coisa é que eu vi o que era felicidade. Antes, era imediatista, mas não permanente.

É possível ser feliz na prisão? O que eles dizem:

Felicidade são momentos. Nós vivemos buscando emoções. Eu tô preso, mas estou infeliz o tempo todo? O que achei interessante é que com o tempo a gente busca um nicho pra tentar suprir isso. A rotina que a gente busca aqui dentro não deixa de ser uma busca da felicidade. A gente encontra felicidade.

A pergunta é: você é feliz mesmo estando na cadeia? Eu sou feliz. (...) Esse companheirismo, nós reunidos aqui, é felicidade.

Eu tinha uma vida feliz, família legal, empregos rendosos. Uma vez por mês fazia churrasco. De uma hora pra outra, perdi. [...] Pra mim, felicidade era ter o carro do ano, churrasco, etc. Hoje [...] o ser útil pra mim é ser alegre, fazer bem a alguém e receber elogio é um momento de felicidade. Eu procuro aproveitar esse mínimo...

Eu, antes de ser preso, nunca me senti completamente feliz, no conceito de felicidade associada a fatores externos. (...) Quando eu estava sozinho após uma felicidade, era um sentimento de vazio. (...) Eu acredito que a felicidade existe, mas ela está dentro

de nós. No cárcere,tenho vivido isso intensamente. A felicidade hoje,consiste em tolerar as situações e conviver. Buscar dentro de mim a vontade de ser feliz. Um dos meios que eu uso é através da religião.

É possível ser feliz na cadeia?Aí temos que dividir o conceito de felicidade.Uma coisa é tolerar o cárcere de forma bem humorada, harmoniosa com os companheiros; a questão é: é possível ter momentos de alegria no cárcere? Sim. A felicidade é incompatível com a prisão,impossível.

Com raras exceções, todos os que tiveram alguma evolução pessoal durante o encarceramento afirmam que foi fruto de seu próprio desejo e questionamento, como diz um preso em atendimento individual: “Quem quer mudar, muda, mas quem não quer, piora”. É o que podemos ver também nas falas em debates sobre a prisão e no grupo de leitura:

A prisão é válida, mas a busca pra ela ser válida é pessoal.

O problema é que o Estado não faz nada pra melhorar a gente. Pra mim, foi válido. Mas minha melhoria como pessoa se deu pela minha família, meus companheiros.

O que aprendi com esse livro é sempre tentar evoluir,a buscar coisas mais sublimes.

Sou contra a prisão.Sou a favor da prisão se for réu confesso,se foi pego em flagrante, se é reincidente, desde que julgado em última instância. Para mim, a prisão faz crescer. Pelo lado pessoal, foi bom porque resgatei meus valores. Mas se fosse outra pena que não a prisão, eu também teria parado para pensar, porque fiz isso por mim. A prisão é um problema e não uma solução.

Eu cresci em dois anos de prisão o que não cresci em anos. Para quem sabe aproveitar,é uma oportunidade de crescimento, no sentido de conhecer o ser humano, olhar a realidade de forma mais crítica,ser mais humano.

É bom quem consegue fazer do problema uma oportunidade. Até o fato de você estar confinado,é. A prisão não dá o crescimento, dá oportunidade única para o crescimento.Não gostaria de estar preso, mas já que estou...

Onde eu atuo enquanto modificador de mim mesmo? Se eu não fizer essa discussão aqui, vou apenas cumprir um período burocrático. Quando a gente sente que está segregado é que começa a respirar mais fundo. Até que ponto vou ser protagonista dessa história? Não vou ficar esperando o Estado me massacrar. Se eu não fizer minha reflexão, vou só sair revoltado e essa revolta não me dá os conceitos de mudança.

A pessoa tem que aproveitar a oportunidade de ser preso para aprender alguma coisa. É importante uma autorreflexão.

Nessa busca interna, refletem, fazem uma autoanálise, encarando o seu outro, o estranho no espelho, a face de Gorgó. Em debates e atendimentos individuais, os presos dizem:

Eu, me autoanalizando,eu não soube amar o próximo,minha esposa, meus filhos, me amar. Eu consegui destruir minhas relações.(...)Tenho que rever, trabalhar na minha cabeça, eu me ver no espelho.

Quando você coloca que [aqui] é uma escola pra conhecer as pessoas, eu me pergunto sobre a gente se conhecer. Descobri um eu horrível, que eu escamoteava lá fora. Quando eu me senti trancado, comecei a me conhecer.

A primeira coisa pra você melhorar é aceitar, reconhecer que praticou um ato ilícito. Em geral, por instinto, as pessoas tendem a se defender.

O que eu fiz é irreparável, tirei a vida de uma pessoa. A mãe daquele cara teve o filho morto e enterrado. Os meus pais têm um filho meio morto, mas não está enterrado.

O depoimento de Barros (2004) ao Jornal mensal *Só Isso!* redigido e ilustrado pelas internas da Penitenciária Talavera Bruce (TB), do Rio de Janeiro, é um exemplo da construção da memória na prisão; ela reflete sobre seu passado para se libertar e pensar de outra forma:

Ano passado, vim parar na tranca. Em outubro fiquei uns 20 dias. Neste período, passaram em minha mente várias coisas ruins e várias coisas boas. Me peguei lembrando da minha infância, do meu pai, da minha mãe. Brigas, infidelidades. Lembro-me que meu pai chegava do trabalho às 5:00 da tarde, e eu, bem pequena [...] Depois disso muita coisa aconteceu, minha mãe saiu de casa. E eu fiquei com meu pai, eu tinha sete anos, quase oito. [...] ele se afundou no alcoolismo. Já não me tratava mais como sua filha querida, só sabia me agredir, bêbado, e eu fui tomando ódio dele. Passaram-se três meses e algo ruim aconteceu em minha vida; falei para ele, e ele não me apoiou. O que aconteceu foi tão ruim que me levou pro abismo, abismo este onde me encontro até hoje. De lá pra cá, só me iludi, só bati cabeça. Viramos inimigos, eu e meu pai. [...] Eu caí no mundo para sofrer e aprender, só que pela primeira vez, na tranca do TB, parei para pensar “nele”; nos motivos que ele teve para errar tanto comigo. [...] Então ele veio, e eu abri meu coração pra ele [...] perdi toda minha juventude com coisas banais e acabei esquecendo os verdadeiros valores da vida. Daria todo dinheiro que já arrumei, daria tudo, na verdade, para voltar ao passado e fazer diferente.

Durante um atendimento, um preso reflete sobre a vida que estava levando ao ser preso e lembra de cenas de sua infância com o pai que o levava para passear:

Não sinto vergonha, mas me sinto mal, vejo que perdi oportunidades, me afastei de coisas que me faziam bem. (...) A cadeia foi importante para eu parar e pensar na minha vida, no que eu quero pra mim.

No grupo de leitura, alguns presos fazem uma retrospectiva de suas vidas e se descobrem, inspirados nos livros que escolheram:

Pode ser um paradoxo, mas me sinto mais feliz hoje. Antes, eu queria as coisas na hora; precisava comprar um carro legal, etc. Eu queria as coisas imediatas, não parava para pensar. Hoje o que mais quero é poder ser feliz com minha família quando sair daqui. (...) não se pode dizer que a gente não aprende nada aqui. A gente aprende. Estou feliz porque foi uma lição de vida. Hoje eu vejo que posso ser feliz com as coisas mais simples.

Hoje percebo ciclos na minha vida que se repetem. Venho me dando conta.

Muitos aqui dizem que a época que foram mais felizes foi na infância. A criança não precisa de dinheiro pra ser feliz.

A busca de um sentido para a experiência vivida só acontece quando se é violentado pela experiência, quando se vive algo que força a pensar. Num debate sobre “ato ilícito”, um preso do sistema prisional do Rio de Janeiro expressa sua verdade:

Eu estou preso por um ato que não cometi, mas não me causa revolta porque tenho consciência de que fiz muita coisa errada. Estou preso por merecer, não pelo ato. Com certeza, todos nós estamos aqui porque merecemos estar. Nós mesmos somos arquitetos do nosso caminho, temos nossa consciência, algumas mais adormecidas, outras mais esclarecidas. Vamos pensar pra não ter o desgosto de nos encontrarmos aqui outra vez.

Alguns acreditam que a experiência da prisão teve um propósito em suas vidas ou serviu para despertá-los, como dizem em atendimento individual:

Essa experiência foi muito grande, se aprende muita coisa, o outro lado da vida. Foi um plano de Deus pra eu tomar uma posição na vida.

Acredito que fui preso pra que despertasse e aprendesse, passando a trabalhar mais a serviço de Deus. Foi muito sofrimento, mas este sofrimento me mostrou que eu posso suportar muita coisa. Me mostrou fé e determinação, me tornei discípulo de Jesus.

É muito sofrimento, mas colhe algumas coisas boas. Despertou uma vontade de procurar um objetivo, trabalhar e estudar.

A experiência da prisão é amarga, mas serviu pra amadurecer e acordar para a vida.

A capacidade de resistir, suportar e superar as adversidades do cárcere, a condição de confinamento, com tudo que isso representa, se evidencia nas falas dos presos. Em atendimento individual, um deles mostra que apesar de sua amarga experiência da prisão, escolhe apreender o que foi bom:

É o inferno, foi a pior coisa da minha vida. Fui espancado e quase morto, torturado durante nove meses por outros presos por causa do meu artigo [estupro]. Passei várias situações difíceis e sufocantes. Mas prefiro apreender as coisas boas, como a igreja, a escola, o artesanato, os conselhos dos mais velhos. Minha vida aqui dentro não tem valor.

Nos debates e em grupo de leitura, os presos falam da força e da determinação:

Fica claro no livro a determinação de uma personagem. Pensei que por mais difícil que estejam as coisas, é possível superá-las.

A gente tem que buscar a saúde mental. As nossas condições aqui geram mal-estar. Temos que procurar mecanismos para lidar com isso. A gente tem que ter muita força para superar cada dia.

Em uma oficina de frases e pensamentos, um preso escreve sobre a resiliência:

Existe uma palavra no vocabulário que é “resiliência”, que tem por significado muito mais que resistir. Significa a capacidade de, estando numa situação difícil, encontrar meios e modos de superar a dificuldade e ampliar as possibilidades de um futuro melhor.

Fazer da experiência da prisão um aprendizado de si, do outro e da vida é a tendência de muitos presos, como nos revelam algumas falas em debates sobre “convívio e diversidade” e sobre um artigo da revista *Época* intitulado “O mito da felicidade”. Aprendem a conviver com o diferente, a ter respeito, paciência, contemporizar situações:

Esses 5 anos e 2 meses de cadeia me ensinaram muito a respeito de mim mesmo e do ser humano. Fui preso com 42 anos e aprendi mais em 5 anos de cadeia do que lá fora. A pluralidade é a maior riqueza que pode existir no grupo, eu tive muita coisa pra imitar, me espelho e me previno pra não ter atitudes que eu vejo no semelhante. Vejo na riqueza da pluralidade, coisas que aproveito na minha vida. Vejo coisas que jamais vou querer pra minha atitude.

A cadeia também ensina, também tem um propósito. Nós passamos poucas e boas, Mas se pensarmos no que aprendemos... Tem gente que quer esquecer a cadeia, mas eu não posso esquecer tudo que eu aprendi aqui dentro, senão corro o risco de fazer o mesmo lá fora.

O que eu aprendi na minha longa estadia? A conviver com o diferente, a me fazer de cego, surdo e mudo, contemporizar situações. (...) Considero convívio muito difícil e um grande aprendizado pra vida.

Você vai crescendo, pensando sobre isso. Eu sou um preso ocupado, por incrível que pareça. Mas a gente vai ouvindo um ao outro e aprende. Uma coisa que eu aprendi foi paciência. Respeito todo mundo, ideias, opiniões.

Também em atendimento individual, falam sobre o aprendizado a partir da experiência da prisão:

Pra mim, foi ótimo, aprendi muita coisa. Primeiro, ter amor a Deus, tive muita oportunidade e não aproveitei. Segundamente, dar mais valor à minha família.

Foram os piores anos da minha vida, longe da minha família, por um ato que não cometi. Mas não deixa de ser um aprendizado de vida.

Foi muito difícil porque fiquei sozinho, minha irmã mora longe. Mas aprendi a ter mais paciência. Por pior que seja esse lugar, ele traz sabedoria, você aprende a conviver com as pessoas.

Aprendi a ter muito cuidado com relacionamentos e quando não estiver dando certo, não insistir. A experiência é deprimente, sofrida.

Foi uma experiência muito boa, porque eu sou trabalhador e o que aconteceu comigo foi uma fatalidade. Aprendi muita coisa, como a fazer por menos, ter mais paciência, respeitar o próximo. As coisas ruins vou deixar de lado e ficar com as boas.

Não foi boa, mas foi de aprendizado. Aprendi mais do que é certo e errado. Às vezes a situação está ruim, mas tem caminho melhor pra resolver.

Aprendi um bocado de coisas, ruins e boas. De bom, amar pessoas que eu não dava valor, como minha mãe e irmãs. De ruim, é que é um lugar de muita maldade, vem muitos pensamentos ruins. Não quero mais essa vida pra mim.

Servi de grande aprendizado; aqui é uma escola pro bem e pro mal. Aprendi a dar valor à família.

É uma destruição de vidas, porque não tem trabalho pra todos e o cárcere acaba se tornando um berçário do crime. Apesar de tudo, aprendi que o amor ao próximo é o mais importante e a dar valor à minha própria vida e às dos outros.

Aprendi a ter disciplina, a escutar e respeitar. Precisei passar pela prisão, sentir na pele, para parar pra pensar. Quando fiquei pouco tempo, cumprindo na rua, achei que era mole.

Prisão é sofrimento, mas ensina muito. A prisão não faz você virar só um monstro, também faz se regenerar. A cadeia não melhora nem piora ninguém, mas você tem tempo pra pensar. A maior dificuldade é a necessidade, falta de carinho e de compreensão.

É ruim, mas tento tirar o máximo possível de coisas boas, porque tudo nessa vida vai ter luta, nada é fácil. Aprendi a respeitar os outros, o espaço do outro.

Uma das possibilidades de refletir e aprender, para muitos presos, é através da religião, que pode se constituir em máquina de guerra, fazendo com que uma grande carga de nomadismo seja mobilizada e liberada (DELEUZE e GUATTARI, 1997). Durante atendimento individual, diz um preso: “Aprendi a ser mais bandido do que era, mas depois, através da religião, me libertei”. Eis as falas de um debate sobre esse tema:

A religião é importante sim, dentro da cadeia, porque ajuda a tranquilizar o ambiente carcerário. Não sou religioso, mas me aproximei da religião pelo sofrimento e também como processo de reflexão.

Aqui, participei das atividades religiosas e realmente como pessoa me senti mais confortável, aprendi algumas coisas. A religião tem um valor muito grande porque você aprende a ouvir, respeitar o próximo, tolerar.

Em debate sobre o tema “retorno à sociedade livre”, os presos projetam o futuro num exercício de construção de memória:

Aqui eu me sinto livre, é um paradoxo. Quando chegar lá fora, vou ser o cara que eu gostaria de ser.

Tem duas coisas que precisamos preservar: uma é a nossa vida, outra é a nossa liberdade. Deixar o velho homem aqui e o novo homem lá fora, voltado pra família.

Debatendo o filme *Invictus* a respeito de Nelson Mandela, eles falam do tempo e do porvir:

O que eu achei interessante como mensagem, é como um cara depois de 27 anos preso, ainda tinha planos. Ele soube aproveitar o tempo dele na cadeia. (...) Estamos aqui parados, mas a cabeça está pensando. O que vai ser mais importante pra mim lá fora? Tem gente que está bolando um jeito de fazer a mesma coisa e não ser pego.

Quando Deleuze (1968) nos mostra a face positiva da pulsão de morte e um sentido que mistura terror e liberdade, podemos entender essa afirmativa através da fala de um preso no Rio de Janeiro, durante um atendimento:

Eu era livre, mas estava preso. Hoje eu estou preso, mas estou livre. A prisão de fato é o início da minha nova liberdade.

Esse talvez seja o grande paradoxo da experiência da prisão, pelo menos nas falas desses presos. Nada mais potente, resistente e ao mesmo tempo inusitado do que sentir-se livre na prisão. É através do ato de pensar e da construção da memória que os presos dobram a força que assujeita e a transformam na força consigo, alcançando assim a liberdade possível, a “autoliberdade” ou liberdade da relação consigo. Seriam eles os nômades de hoje?

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando de uma experiência limite, surgem processos de singularização em uma busca de sentido para o vivido, a subjetividade emerge renovada. Opondo-se ao risco permanente de aniquilamento, o sujeito preso contorna o vazio através do ato criativo de pensar, dobrando a própria sujeição e superando o choque inicial.

O preso se singulariza, se diferencia, quando na contramão da opressão do cárcere, da totalização, encontra linhas de fuga, produzindo estratégias conscientes e inconscientes de resistência à disciplinarização, ao assujeitamento.

Que forças estão implicadas e se mobilizam quando um indivíduo é confinado numa prisão? Essas forças são anteriores, posteriores ao aprisionamento, são forças internas ou externas ao indivíduo? Existe um jogo de forças que é anterior à prisão e a atravessa: forças do poder estabelecido; das condições socioeconômicas; políticas; forças do crime organizado, que prende tanto quanto a prisão, impedindo “deserções” e desejos de mudança; forças internas que impulsionam à satisfação imediata das vontades, do prazer, da “adrenalina”. E existem as forças do cárcere - da disciplinarização, do assujeitamento, da opressão, da corrupção, da hierarquia entre funcionários e presos e entre os presos.

Porém, um outro jogo de forças se estabelece dentro da prisão, como forma potente de resistência ao poder: são as forças do indivíduo, que afetadas pelas forças externas que assujeitam, dobram-nas, criando novas possibilidades de vida para além do assujeitamento, numa produção de subjetivação; surge daí um poder de se afetar a si mesmo – a relação consigo. Em vez de submeter-se ou fugir da realidade, cria-se uma estratégia autônoma de resistência, usando a força consigo. Essa estratégia é a memória, que sendo uma aposta ao porvir, transforma o poder em potência e abre caminho para novos modos de subjetivação. Faz parte desse processo o ato de pensar, criação, fruto da violência de um encontro. Assim, o novo se manifesta no ato de pensar e na construção da memória.

Causa um estranhamento, uma perplexidade, quando um preso diz que se sente livre, estando preso e que se sentia preso quando era livre. Essa afirmação não justifica a prisão, mas nos faz pensar, como Foucault (1998), que a liberdade a ser instaurada e preservada é também a relação de cada indivíduo consigo. É essa relação consigo que resiste aos códigos e aos poderes. Nela, passado, presente e futuro se entrelaçam, enquanto na prisão o tempo não passa. No convívio com o diferente, já que se está em permanente relação com desconhecidos e estranhos, numa proximidade íntima sem ter intimidade nenhuma, se está ao mesmo tempo só com o estranho em si. Nesse jogo do tempo e da memória, pode-se produzir, num processo

de subjetivação, um novo eu pensante ou um eu esquecido, que retorna ou é descoberto agora, o mesmo e renovado num só tempo, o eu do futuro que se constrói naquele momento.

O pensamento precisa de um signo, de algo que o force a pensar, da violência de um encontro. Que signo seria mais violento que a prisão? A prisão invade o corpo, a mente, o tempo e o espaço do indivíduo, fere a subjetividade, tira sua cidadania, cala sua palavra, controla seus gestos. Pelo menos, tenta. Mas de repente ouve-se um grito, um clarão de luz e as singularidades se manifestam. Se pensar é criar e é a partir da diferença que se cria, este é o pensamento nômade em ação. Ao sofrer a violência, ao perder o tempo, se pensa e se busca a verdade. O aprendizado se dá na busca do sentido de estar ali, na prisão, ou do sentido da própria vida. A prisão força a pensar, levando o preso, criminoso ou não, a buscar um sentido para sua experiência. Nessa busca, tem importância a palavra, seja na fala, na escuta, na escrita e até no silêncio da reflexão. O ato de pensar é um ato para viver e não apenas, sobreviver. É a vida inventada. O preso surpreende ao expressar o seu potencial de criatividade e inventividade, dentro de um campo totalitário, que configura um estado de exceção.

Voltando ao início...

Num primeiro momento, a violência, devido à retirada brusca da sociedade para ser jogado numa prisão, perdendo a liberdade. Depois, a adaptação a esse mundo hostil, totalitário, onde a subjetividade e a imagem de si são atacadas através das tentativas de disciplinarização e de assujeitamento do cárcere sobre o sujeito. A experiência é estranha, singular, de viver em outro mundo, desterritorializado, o que a torna inenarrável aos de fora. Ao mesmo tempo, há uma impossibilidade de falar devido à dificuldade de encontrar escuta e ao descrédito de sua palavra pelos administradores. A civilização oprime o homem, sendo a prisão, seu representante mais radical, já que age sobre seu corpo e sua mente, tirando-lhe a liberdade, o tempo e o espaço. Tempo parado, espaço reduzido, solidão e falta de privacidade marcam o dia a dia no cárcere. Cheiros, paladar (de uma comida “incomível”), cores (em geral, cinza) e principalmente o barulho das grades e cadeados marcam os sentidos, talvez para sempre. Produz-se na prisão, como em outros campos fechados, uma subjetividade confinada.

Assim, o mundo da prisão se apresenta com toda a sua complexidade, tensão, sensações, afetando, de forma radical, a pessoa presa em sua subjetividade. O preso é o outro excluído pela sociedade e o outro para si, na medida em que se olha e se estranha ou se percebe. Exilado à revelia, nesse exílio deixa de ser cidadão. A perda de direitos e a mudança de papel agridem o preso enquanto sujeito social, assim como o luto pelo afastamento da

família, trabalho, amigos, sua casa e rotina de vida. A convivência entre os presos, entre eles e os funcionários é difícil, pois trata-se do convívio com o outro, com o diferente, em que alternam-se a barbárie e a civilidade. Reproduz-se no cárcere a luta de forças, as relações de poder, mas também acontece a solidariedade, se aprende a tolerância. A relação com o tempo e o espaço tem uma lógica própria; o tempo corre diferente dentro do cárcere, a vida é reduzida a um espaço limitado. A impossibilidade de compartilhar essa experiência radical e intransmissível gera angústia. O preso está inserido num jogo de vida e morte e não se sabe quem sairá vencedor. A subjetividade tende a entrar em colapso. O que é vivido no cárcere é violento e traumático e não há quem não seja afetado por essa experiência. Mas apesar do horror que essa vivência representa, pode despertar a consciência de si ao descobrir novos valores. Muitos são afetados de forma destrutiva, mas para outros essa experiência singular é vivida como um encontro consigo mesmo, como uma abertura para outros caminhos possíveis.

Às vezes, é de onde se espera a morte, que se encontra a vida. Às vezes, é preciso sentir a morte para valorizar a vida. Pulsões de vida e de morte se alternam e se complementam, mostrando a face positiva da pulsão de morte, que num jogo que entrelaça o mesmo e a diferença, a repetição e a renovação, aponta para o devir através da máxima potência do pensamento. Por pior que seja a vida é capaz de produzir o ato de pensar. Onde tem vida, tem pensamento, tem memória. E há vida na prisão, mais ainda quando se dobra a força que assujeita potencializando a relação consigo. É assim que o preso cria sua estratégia de resistência, pois é da própria circunstância adversa que ele encontra a força para transformar seu mundo.

Se para Agamben a vida nua é aquela esvaziada de qualquer sentido, podemos pensar com Pelbart (2007, p. 37), que “às vezes é no extremo da vida nua que se descobre uma vida”.

Busco inspirar-me
Na flor de lótus
Que ao florescer no pior dos pântanos
Exala a exuberância dialética da renovação.
(CORRÊA, C. Trecho do poema *Alvará interior (ou auto-liberdade profunda)*. Complexo penitenciário de Gericinó. Rio de Janeiro, 2008)

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, 2ª reimpressão, 2007.

ALVAREZ, J. ; PASSOS, E. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, E. ; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, E. (Orgs.) **Pistas do método da cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, p. 131-149, 2009.

AMORIM, C. **Comando Vermelho**: a história secreta do crime organizado. 3.ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.

BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Tradução de Lucie Didio. Brasília: Liber Livro Editora, p. 03-36, 2007. (Série Pesquisa, v.3). Disponível em:
<www.todosnos.unicamp.br:8080/.../BARBIER,%20Re...> Acesso em: 02 jun. 2013

_____. Abordagem Transversal nas Ciências Humanas e em Educação: Mudança Paradigmática e Pesquisa-Ação. Tradução Prof^a. Dra. Hélène Leblanc – Faculdade de Educação/UnB. In: 2º ENCONTRO PRESENCIAL DO 3º CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO CONTINUADA E A DISTÂNCIA 1999-2000, 21 de julho de 2000, Brasília-DF: Universidade de Brasília - UnB / Faculdade de Educação – FE. Disponível no Portal dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos do Brasil: <<http://forumeja.org.br/pesquisaacao01>> Acesso em: 02 jun. 2013

_____. Escuta sensível na formação de profissionais de saúde. Tradução Davi Gonçalves. In: **Escola Superior de Ciências da Saúde – FEPECS – SES-GDF**. 2002, Brasília. Disponível em: <www.barbier-rd.nom.fr> Acesso em: 02 jun.2013

BAREMBLITT, G. **Compêndio de Análise Institucional e outras correntes**: teoria e prática. 2.ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos,1994.

BARRENECHEA, M.A. Nietzsche e a genealogia da memória social. In: GONDAR, J.; DODEBEI, V. (org.) **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra- Capa, p. 55-71, 2005.

_____.Nietzsche: O eterno retorno e a memória do futuro. In: BARRENECHEA, M.A.(org.) **As dobras da memória** . Rio de Janeiro: 7Letras, p.51-63, 2008.

BARROS, A. Uma coisa real: a tranca do Talavera Bruce. **Só Isso!** Jornal mensal redigido e ilustrado pelas internas da Penitenciária Talavera Bruce, Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, p. 8, dez. 2004.

BARROS, L.P.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E. ; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, E. (Orgs.) **Pistas do método da cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, p. 52-75, 2009.

BARROS, L.M.R.; BARROS, M.E.B. O problema da análise em pesquisa cartográfica. **Fractal: Revista de Psicologia**, v.25, n. 2, p. 373-390, Maio/Ago. 2013.Disponível em: < <http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/Fractal/index> >Acesso em: 05 mar. 2014.

BENTHAM, J. O panóptico ou a casa de inspeção (1787). Tradução Tomaz Tadeu. In: TADEU, T. (org.) **O panóptico Jeremy Bentham**. 2.ed. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, p. 13-87, 2008.

BOUTANG, P.A. **O abecedário de Gilles Deleuze**. Série de entrevistas com Deleuze, por Claire Parnet, filmada em 1988-1989. Paris: Ed.Montparnasse, Arte Vídeo,1997. No Brasil, divulgado pela TV Escola, Ministério da Educação. Tradução e Legendas: Raccord [com modificações]. Transcrição integral do vídeo para fins exclusivamente didáticos. Disponível em: <stoa.usp.br/.../files/262/.../Abecedario+G.+Deleuze.pdf>

CALDEIRA, C. “Povo de Israel” e o milagre da multiplicação do crime. **Insight Inteligência**. n.38, p. 13-18. Ano: X – 3º trimestre, 09/2007.

CALVINO, I. **As Cidades Invisíveis**. Tradução Diogo Mainardi. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras,1998, 3ª Reimpressão, 2005.

1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA [CONSEG], 2009, Brasília. **Texto-Base**. Brasília: Ministério da Justiça, 2009.

CORREA, V.O.S. Angelical. **Metamorfose**. Jornal dos internos do sistema penitenciário do RJ, elaborado no Hospital de Custódia e Tratamento Henrique Roxo, Rio de Janeiro, n. 37, p. 7, jun. 2006.

DELEUZE, G. **Conversações**. 1972-1990. Tradução Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1992, 7ª reimpressão, 2008 (Coleção TRANS).

_____. **Proust y los signos**. Tradução Francisco Monge. 3.ed. Barcelona: Editorial Anagrama, 1995.

_____. **Diferença e repetição** (1968). Trad. Luiz Orlandi e Roberto Machado. Disponível em: <www.4shared.com/.../G_Deleuze Diferença e Repetição> Acesso em: 03 fev. 2013

_____. **Foucault**. Tradução Claudia Sant’Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005.

_____. **Nietzsche e a Filosofia**. Tradução Edmundo Fernandes Dias e Ruth Joffily Dias. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.

_____. **Crítica y clínica**. Traducido por Thomas Kauf. Barcelona: Editorial Anagrama, 1996.

_____. **O ato de criação**. Tradução José Marcos Macedo. Palestra de 1987. Edição brasileira: Folha de São Paulo, 27/06/1999. Disponível em: <www.4shared.com/.../Gilles_Deleuze_-_O_ato_de_criação> Acesso em: 16 dez. 2012

_____. **Pensamento nômade por Gilles Deleuze** e entrevista do filósofo concedida à André Flécheux e Mieke Taat [1973]. Tradução Milton Nascimento e Luiz B. Orlandi. 22 out 2011. Disponível em: <intermidias.blogspot.com/.../pensamento-nomade-por-gilles-deleuze...>. Acesso em: 10 fev. 2013

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia**. Tradução Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. 1 ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, v. 1, 1995, 2ª Reimpressão 2000. (Coleção Trans)

_____. _____. Tradução Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. 1 ed. São Paulo: Ed. 34, v. 5, 1997. (Coleção Trans)

DELEUZE, G.; PARNET, C. **Diálogos**. Trad. Eloisa Araújo Ribeiro, São Paulo: Escuta, 1998.

DOSTOIÉVSKI, F. M. **Recordações da casa dos mortos**. Tradução Rachel de Queiroz. Guanabara: Livraria José Olympio, v. VI, 1962. (Obras completas)

ESCÓSSIA, L.; TEDESCO, S. O coletivo de forças como plano de experiência cartográfica. In: PASSOS, E. ; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, E. (Orgs.) **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, p. 92-108, 2009.

FARIAS, F. R. **Por que, afinal, matamos?** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.

_____. Acontecimento traumático: fraturas da memória e descontinuidade histórica. In: BARRENECHEA, M.A.(org.) **As dobras da memória** . Rio de Janeiro: 7Letras, p. 101-112, 2008.

FIUZA, G. **Meu nome não é Johnny**. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução Raquel Ramallete. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2001 .

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. 3. Ed. Rio de Janeiro: Nau, 2008.

_____. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e Revisão Técnica: Roberto Machado. [Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979]. Disponível em: www.4shared.com/document/.../Microfisica_do_Poder_-_Acesso em: 14 fev. 2013

_____. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. 8.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.(Biblioteca de Filosofia e História das Ciências; v. n.15).

_____. A vida dos homens infames. In: **Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p.203-222. (Coleção Ditos e Escritos IV).

FREUD, S. **A perda da realidade na neurose e na psicose (1924)**. 2.ed. Rio de Janeiro: Imago, v. XIX, p. 225-234, 1987. (Obras Completas)

_____. **O mal-estar na civilização (1930)**. 2.ed. Rio de Janeiro: Imago, v. XXI, p.75-171, 1987. (Obras Completas)

GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1961.

GONDAR, J. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, J.; DODEBEI, V. (org.) **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra-Capa, p.11-26, 2005.

_____. Memória, Poder e Resistência. In: GONDAR, J.; BARRENECHEA, M.A. (org.) **Memória e espaço: trilhas do contemporâneo.** Rio de Janeiro: 7Letras, p. 32-43, 2003.

_____. Memória, Tempo e História. In: BARRENECHEA, M.A.(org.) **As dobras da memória** . Rio de Janeiro: 7Letras, p. 92-100, 2008.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na Sociologia.** Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.

JELIN, E. **Los trabajos de la memoria,** Madrid: Siglo XXI , 2002.

KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, E. ; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, E. (Orgs.) **Pistas do método da cartografia:** Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, p. 32-51, 2009.

KASTRUP, V.; BARROS, R.B. Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia. In: PASSOS, E. ; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, E. (Orgs.) **Pistas do método da cartografia:** Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, p. 76-91, 2009.

KLINGER, R. **Memórias do submundo.** Tradução Elena Gaidano. Rio de Janeiro: BestSeller, 2008.

LAPASSADE, G. **As microssociologias.** Brasília: Líber Livro Editora, v.9, 2005. (Série Pesquisa em Educação).

LEVI, P. **É isto um homem?** Tradução Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LOSICER, E. Confinados! **Revista Lugar Comum.** n. 21-22, p. 185-192, 2002.

_____. Psicanálise e Direito. In: BARRETO, V. P. **Dicionário de Filosofia do Direito.** Ed.Unisinos, 2009.

_____. Devenir grupo perfecto. In: SAIDÓN, Osvaldo (org.) **La potencia grupal.** Buenos Aires: Lugar Editorial, p.101-109, 2011.

MARCELO DE MELO, D. **Cartilha aos pais:** 1.ed. Rio de Janeiro: Centro Espírita Léon Denis, 2011.

MAURANO, D. Segunda torção: da dessubjetivação à ascensão do barroco na cultura. In: MAURANO, D. **Torções: a Psicanálise, o Barroco e o Brasil.** Paraná: Editora CRV, p. 41-71, 2011.

MENDES, L.A. **Memórias de um sobrevivente.** São Paulo : Companhia das Letras, 2009.

MILLER, J.A. A máquina panóptica de Jeremy Bentham. In: TADEU, T. (org.) **O Panóptico Jeremy Bentham.** Belo Horizonte: Ed. Autêntica, p.89-125, 2008.

MONASTA, A. **Antonio Gramsci**. Tradução Paolo Nosella. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores/ MEC)

MONTEIRO LOBATO, J. B. R. **Carta à Purezinha**, à sua esposa Pureza Monteiro Lobato, da prisão política de São Paulo em março de 1941. Disponível em: <www.projetomemoria.art.br/MonteiroLobato/monteirolobato/leia.html> Acesso em: 03 fev. 2013

NEGRI, A. **Jó, a força do escravo**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2007.

NIETZSCHE, F. **Para a genealogia da moral - Uma Polêmica (1877)**. Disponível em: <http://www.4shared.com/office/LOFifsyB/nietzsche_friedrich_genealogia.html> Acesso em: 10 fev. 2013

_____. **O Nascimento da Tragédia**, ou Helenismo e Pessimismo (1872). São Paulo: Companhia das Letras, 1992, (Coleção das obras de Nietzsche) 2ª reimpressão, 1996.

PÁL PELBART, P. Por um corpo vivo: cartografias biopolíticas. In: SEMINÁRIO UNIVERSIDADE E REFORMA PSIQUIÁTRICA: INTERROGANDO A DISTANCIA, 2007, Belo Horizonte. LOBOSQUE, A.M. (Org.) **Caderno Saúde mental**. Belo Horizonte: ESP-MG, v.2, p.25-37, 2009.

PASSOS, E. ; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, E. (Orgs.) **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PASSOS, E. ; BARROS, R.B. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E. ; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, E. (Orgs.) **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, p. 17-31, 2009.

PASSOS, E.; EIRADO, A. Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. In: PASSOS, E. ; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, E. (Orgs.) **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, p. 109-130, 2009.

PASSOS, E. KASTRUP, V., TEDESCO, S. Dossiê Cartografia: Pistas do Método da Cartografia - Vol. II. **Fractal: Revista de Psicologia**. Editorial v. 25, n. 2 p. 217-220, Maio/Ago. 2013.
Disponível em: <<http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/Fractal/index>>
Acesso em: 05 mar. 2014.

PERLONGHER, N. Territórios Marginais. In: LANCETTI, A. **SaúdeLoucura: grupos e coletivos**, v.4. São Paulo: Hucitec, p.49-69, 1994.

POLLAK, M. Memória e identidade social. In: **Estudos históricos 10**, Ed. FGV, RJ, 1992.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de Psicanálise**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

ROUDINESCO, E. **Por que a psicanálise?** Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

_____. **O Paciente, o Terapeuta e o Estado.** Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

SCHÖPKE, R. **Por uma filosofia da diferença: Gilles Deleuze, o pensador nômade.** Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **Dicionário Filosófico: conceitos fundamentais.** São Paulo: Martins Fontes, 2010.

SILVA BARBOSA, D. C. **A transfiguração do cárcere no poema “A balada de Reading” de Oscar Wilde.** 2001. Trabalho de conclusão de curso -Universidade da Amazônia – UNAMA, Belém, PA. Disponível em:
<[http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/a transfiguração do carcer.pdf.](http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/a%20transfigura%C3%A7%C3%A3o%20do%20carcer.pdf)>
Acesso em: 03 fev. 2013

VERNANT, J. P. **A morte nos olhos -** Figurações do Outro na Grécia Antiga, Ártemis, Gorgó. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

_____. (1999). Dioniso em Tebas. In: **O universo, os deuses, os homens.** São Paulo: Companhia das Letras, p. 144-161, 2000.

WILDE, O. **De Profundis.** Tradução Júlia Tettamanzy. Rev.: Flávio Dotti Cesa. Notas: Bruna T. Gibson;Wikipédia;Google, 2002. (Coleção L&PM). Disponível em: <umeoutro.net>
Acesso em: 26 jun. 2013.

ZOURABICHVILI, F.**O vocabulário de Deleuze.** Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Ifch-unicamp, 2004.